



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS

**O PERFIL PROFISSIONAL DO PEDAGOGO PARA ATUAR NAS
ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES: ESTUDOS EXPLORATÓRIOS EM DUAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**TERESINA
2016**

JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS

O PERFIL PROFISSIONAL DO PEDAGOGO PARA ATUAR NAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES: ESTUDOS EXPLORATÓRIOS EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí - UFPI, como exigências para Revalidação do Título de Mestrado em Ciências de la Educación, obtido na Universidad Evangelica del Paraguai – UEP.

Orientação da Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

**TERESINA
2016**

Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

R375p Reis, José Expedito Dias

O Perfil profissiográfico do pedagogo para atuar nas organizações não escolares: estudos exploratórios em duas instituições de ensino superior / José Expedito Dias Reis. – 2016.

163 f.

Cópia de computador (printout).

Dissertação (Mestrado em Ciências de la Educación)

Universidad Evangelica del Paraguai, Paraguai, 2016.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral.

1. Pedagogo – Atuação Profissional. 2. Organização Não Escolar. 3. Perfil Profissiográfico. I. Título.

CDD: 371.3

JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS

O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DO PEDAGOGO PARA ATUAR NAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES: ESTUDOS EXPLORATÓRIOS EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí - UFPI, como exigências para Revalidação do Título de Mestrado em Ciências de la Educación, obtido na Universidad Evangelica del Paraguai – UEP.

Teresina (PI) 23 / 05 / 2016


BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia de Oliveira Cabral (UFPI)
Presidente

Prof. Dr. Raimundo Dutra de Araújo (UESPI)
Examinador Externo


Prof.^a Dr.^a Antonia Dalva França Carvalho (UFPI)
Examinadora Interna


Prof.^a Dr.^a Francilane Sousa Carvalho do Nascimento (UEMA)
Examinadora Externa


Prof. Dr. Francis Musa Boakari (UFPI)
Examinador Interno

Ao Soberano e Eterno Deus, que por sua infinita misericórdia permitiu que eu chegasse até aqui; a minha esposa Oneide Gomes Silvestre pela compreensão, apoio, incentivo e orações; ao meu filho Gunnar Berg Silvestre Reis pelo apoio e compreensão pelas minhas ausências; aos meus pais Arnaldo Brabo Reis e principalmente a minha mãe Rosilda Dias Reis (*in memoriam*), a quem dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Igreja Assembleia de Deus em Floriano (PI), pelo carinho, apoio e abnegação; aos meus alunos da Faculdade de Teologia Hokemah — FATEH, da Faculdade Evangélica do Nordeste Brasileiro — FAENEB, que me inspiraram a continuar estudando; a minha orientadora Dr^a. Liliam Doussou Romero, pelas orientações, compreensões das minhas dificuldades e pelo incentivo na realização deste trabalho; ao meu grande amigo Dr. Edson Roberto Oaigen, pelos conselhos e incentivo; a Direção da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, campus da Cidade Floriano, e da Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI, por disponibilizarem suas dependências para realização desta pesquisa. As Prof.^a Dr.^a Antônia Dalva França Carvalho (UFPI), e Prof.^a Dr.^a Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento (UEMA), que muito me ajudaram com suas sugestões para melhoria desta pesquisa. Aos doutores Raimundo Nonato Dutra (UESPI) e Prof. Dr. Francis Musa Boakari (UFPI), por terem lido meu trabalho e contribuído com suas valiosas recomendações. A Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, exemplo de comprometimento, sabedoria e paciência, pois sempre conseguiu sanar minhas dúvidas. A Universidade Federal do Piauí – UFPI, pela permissão para validação do Título de Mestrado em Educação, e a todos meus colegas do Programa de Doutorado em Educação da Universidad Evangelica del Paraguay – UEP, que direta ou indiretamente contribuíram no decorrer deste processo.

Muito obrigado a todos! E que Deus, abençoe a todos nós!

Ensinar
é um exercício
de imortalidade.
De alguma forma
continuamos a viver
naqueles cujos olhos
aprenderam a ver o mundo
pela magia da nossa palavra.
O professor, assim, não morre
jamais...

(Rubem Alves, 1994)

1. Bem-aventurado o homem que não anda segundo o conselho dos ímpios, nem se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores;
2. Antes têm o teu prazer na lei do SENHOR, e na sua lei medita de dia e de noite.
3. Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de água, a qual dá o seu fruto no seu tempo, suas folhas não cairão, e quanto fizer prosperará.

(SALMO 1: 1- 3)

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.”

(Aristóteles)

“As escolas, fazendo que os homens se tornem verdadeiramente humanos, são sem dúvida as oficinas da humanidade.”

(Comenius)

“Quanto maior o número de problemas em que pensamos, maior é o perigo de não compreendermos nenhum.”

(Comenius)

RESUMO

A presente pesquisa responde a seguinte indagação: Os profissionais formados nos cursos de Pedagogia atendem às necessidades das Organizações não Escolares? A pesquisa tem como objetivo de estudo analisar o perfil profissiográfico dos Pedagogos para atuarem nas organizações não escolares. O cenário da pesquisa foram as cidades de Teresina e Floriano no Estado do Piauí. As IES selecionadas aleatoriamente foram a Universidade Estadual do Piauí — UESPI e a Faculdade Evangélica do Piauí — FAEPI. O método utilizado é o Hermenêutico-Dialético. O tipo da pesquisa é descritiva, com análise comparativa e o enfoque misto, qualiquantitativo, integrado à Técnica de Análise de Conteúdo (TAC). A amostra foi composta por 40 egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que estudaram nas duas Instituições de Ensino Superior — IES, do Estado do Piauí, no ano de 2011: dois coordenadores e 10 professores que lecionaram nos cursos de pedagogia no ano 2011, totalizando 52 indivíduos. Os dados obtidos na aplicação dos Instrumentos de Coletas de Dados - ICD, as análises dos Projetos Pedagógicos de Curso e a comparação das matrizes curriculares, evidenciaram que os cursos de Pedagogia das IES não habilitam os egressos para atuar nas organizações não escolares. Pôde-se concluir ainda que o Curso de Pedagogia, com seu núcleo não-escolar, deveria preparar profissionais para atuarem em ambientes escolares e não-escolares. Constatou-se, pela análise de discussão dos resultados, que o pedagogo é indispensável nas organizações não escolares, porque desempenha seu trabalho de forma pedagógica e disciplinar e, por isso mesmo, é um trabalho rico e produtivo, porém deve ser mais divulgado e mais esclarecido junto à sociedade. Diante disso, esperamos que os resultados possam contribuir para a consolidação profissional do pedagogo e sua conseqüente valorização perante as comunidades.

Palavras chave: Curso de Licenciatura. Perfil profissiográfico. Organização não escolar.

RESUMEN

La presente investigación responde a la siguiente indagación: Los profesionales formados en las carreras de Pedagogía, atienden a las necesidades de las Organizaciones no Escolares? La investigación tiene como objetivo de estudio: analizar el perfil profesiográfico de pedagogos para trabajar en organizaciones no escolares. El escenario de la investigación fue la ciudad de Teresina y Floriano en el estado de Piauí. Fueron seleccionados aleatoriamente las IES, Universidad Estatal de Piauí – UESPI y la Facultad Evangélica de Piauí – FAEPI. O método utilizado es el Hermenéutico-Dialéctico. El tipo de investigación es descriptivo, con análisis comparativo y el enfoque es misto, cualiquantitativo, integrado a la Técnica de Análisis de Contenido (TAC). La muestra estuvo constituida por 40 egresados de la Carrera de Licenciatura en Pedagogía que estudiaron en las dos Instituciones de Enseñanza Superior – IES, en el año 2011; dos coordinadores y 10 profesores que leccionaron en las carreras de pedagogía en 2011, totalizando 52 individuos. Los datos obtenidos en la aplicación de los Instrumento de recolección de datos - ICD, en los análisis de los Proyectos Pedagógicos de la Carrera y en la comparación de las matrices curriculares evidenciaron que las Carreras de Pedagogía de las, IES, no habilitan a los egresados para actuar en las organizaciones no escolares. Se puede concluir también, que la Carrera de Pedagogía, con su núcleo no escolar, debería preparar profesionales para actuar en ambientes escolares y no escolares. Se constató mediante el análisis de la discusión de los resultados, que el pedagogo es indispensable en las organizaciones no escolares, porque desempeña su trabajo, de forma pedagógica y disciplinar y, por esta razón es un trabajo rico y productivo, sin embargo, debe ser más divulgado y más esclarecido a la sociedad. Así, esperamos que los resultados puedan contribuir para la consolidación profesional del pedagogo y su consecuente valoración ante las comunidades.

Palabras clave: Curso de Grado. Perfil profesional. La organización não escolar.

ABSTRACT

This research intends to give an answer to this questions: professionals trained in Education (Pedagogy) courses meet the needs of Non Scholar Organizations? The goal of the research is to analyze the profissiographical profile of pedagogues to work in Non Scholar Organizations. The setting of the research were the cities of Teresina and Floriano in the state of Piauí. The colleges randomly selected were the Piauí State University – UESPI – and the Evangelical College of Piauí – FAEPI. The method used is the Hermeneutic-Dialectical. The type of research is descriptive, with comparative analysis and a mixed approach, quantitative and qualitative as well, integrated with a Technic of Analysis of Content (TAC). The sample consisted of 40 graduates of the Education course who studied in the two already mentioned Higher Education Institutions - IES, in the State of Piauí, in 2011: two coordinators and ten teachers who have taught in pedagogy courses in 2011, totaling 52 individuals. The data obtained in the application of Instruments for Collecting Data – ICD, do an analisys of the Pedagogic Project Course and a comparison of the curriculum matrices, showing that the IES Education courses of the mentioned Higher Education Institutions do not enable their graduates to work in Non School Organizations. It also concluded that the Education Course, with its non-school core should prepare professionals to work in both school and non-school environments alike. It was also noted in the discussion that analyzed the results that the teacher is essential in Non School Organizations because it plays his/her work in a pedagogical and disciplinary manner and, therefore, it is a rich and productive work, but should be more publicized and more enlightened by the society. Therefore, we hope that the results can contribute to the professional consolidation of the pedagogue and his/her consequent appreciation to the communities.

Keywords: Bachelor's degree course. Professional Profile. no school organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado encontrados nas Biblioteca Digitais nos últimos 5 anos.....	27
Quadro 2 -	A construção científica do campo da Pedagogia.....	35
Quadro 3 -	Questionário Aplicado aos Formandos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	81
Quadro 4 -	Questionário Aplicado aos Docentes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	82
Quadro 5 -	Questionário Aplicado aos Coordenadores dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	82
Quadro 6 -	Quadro comparativo do Perfil Profissiográfico e Matriz Curricular dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	83
Quadro 7 -	Design da Pesquisa.....	89
Quadro 8 -	Situação Contextual dos Formandos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia UESPI.....	91
Quadro 9 -	Sexo, Idade e Estado Civil dos Formandos do Curso de Pedagogia da UESPI.....	91
Quadro 10 -	Informações Acadêmicas dos Formandos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	92
Quadro 11 -	Situação contextual dos Docentes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	96
Quadro 12 -	Sexo, Idade e Estado Civil dos Docentes do Curso de Pedagogia da UESPI.....	96

Quadro 13 -	Informações Acadêmicas dos Docentes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	97
Quadro 14 -	Respostas do Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	100
Quadro 15-	Opiniões dos Formandos, Docentes e Coordenador do Curso de Licenciatura Pedagogia da UESPI.....	101
Quadro 16 -	Disciplinas para Habilitação Profissional do Pedagogo para as Organizações não Escolar da UESPI.....	106
Quadro 17 -	Análise do PPC o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	107
Quadro 18 -	Situação Contextual dos Formandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	109
Quadro 19 -	Sexo, idade e Estado Civil dos Formandos Curso de Licenciatura em Pedagogia FAEPI.....	109
Quadro 20 -	Informações acadêmicas dos Formandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	110
Quadro 21 -	A Situação contextual dos Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	112
Quadro 22 -	Sexo, Idade e Estado Civil dos Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	112
Quadro 23 -	Informações Acadêmicas dos Docentes Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	112
Quadro 24 -	Matriz Analítica das Resposta do Coordenador do Curso do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI,	114
Quadro 25 -	Opiniões dos Egressos, Docentes e Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	115
Quadro 26 -	Disciplinas de Habilitação profissional do Pedagogo para as Organizações não escolares	121

FAEPI.....

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ANDES	Associação Nacional de Educação
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESP	Centro de Ensino Superior do Piauí
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CETENE	Centro de Educação Técnica do Nordeste
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE / CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MH	Marins Holtz
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Político Pedagógico de Curso
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UC	Universidade Corporativa
UEP	Universidad Evangelica del Paraguay
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPITULO II - MARCO TEÓRICO	25
2.1 O ESTADO DA ARTE.....	25
2.2 SÍNTESE HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	28
2.2.1 O Curso de Pedagogia no Brasil.....	30
2.2.2 O Curso de Pedagogia no Piauí.....	39
2.3 AS REGULAMENTAÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	42
2.3.1 Identidade Questionada (1939 – 1972).....	43
2.3.2 Identidade Projetada (1973 – 1978).....	45
2.3.3 A Identidade em Discussão (1979 – 1998).....	46
2.3.4 A Identidade Outorgada (1999....).....	47
2.4 AS DCNs PARA OS CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	49

2.4.1	O parecer do CNE/CP n. 05/2005.....	49
2.4.2	O parecer do CNE/CP n. 03/2006.....	50
2.4.3	O parecer do CNE/CP n. 01/2006.....	52
2.5	OS PEDAGOGOS PRA ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLRES.....	54
2.5.1	O Perfil do Pedagogo para as Organizações não Escolares.....	55
2.5.2	As organizações não escolares.....	57
2.5.3	O Pedagogo Atuando no Ambiente não Escolar.....	59
CAPITULO III – MARCO METOLÓGICO.....		75
3.1	O TIPO DA PESQUISA.....	75
3.2	O MÉTODO DA PESQUISA.....	78
3.3	CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	79
3.4	O UNIVERSO, AMOSTRA E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	85
3.5	DESIGN DA PESQUISA.....	89
CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....		90
4.1	O CENÁRIO DA PESQUISA.....	90
4.2	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI – UESPI.....	90
4.2.1	ICD - 01 Aplicado aos Formandos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	90
4.2.2	ICD - 02 Aplicado aos Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	96
4.2.3	ICD - 03 Aplicados ao Coordenador do Curso de Licenciatura Pedagogia da UESPI.....	99
4.2.4	Análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.....	101
4.2.4.1	Proposta Pedagógica Curricular da UESPI..	102
4.2.4.2	Competências e Habilidades contidas no PPC da UESPI.....	103
4.2.4.3	Perfil do Egresso do Curso de Pedagogia da UESPI.....	104
4.2.4.4	Matriz Curricular de Pedagogia da UESPI.....	105
4.2.4.5	Disciplinas que habilitem o Profissional Pedagogo para as Organizações não Escolar.....	106
4.2.4.6	O Atendimento as Organizações não Escolares.....	107
4.3	A FACULDADE EVANGELICA DO PIAUÍ – FAEPI.....	109
4.3.1	ICD - 01 Aplicado aos Formandos do Curso de	

	Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	109
4.3.2	ICD - 02 Aplicado aos Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	112
4.3.3	ICD - 03 Aplicado ao Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	114
4.3.4	Análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI.....	115
4.3.4.1	Proposta Pedagógica Curricular da FAEPI.....	116
4.3.4.2	Competências e Habilidades contidas no PPC da FAEPI.....	117
4.3.4.3	Perfil do Egresso do Curso de Pedagogia da FAEPI.....	118
4.3.4.4	Matriz Curricular de Pedagogia da FAEPI.....	119
4.3.4.5	Disciplinas que habilitem o Profissional Pedagogo para as Organizações não Escolar.....	120
4.3.4.6	O Atendimento as Organizações não Escolares.....	121
5	CONCLUSÃO.....	123
	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICES.....	147
	APÊNDICE - A: Questionário aplicado aos Formandos do curso de Licenciatura em Pedagogia do ano 2011.....	148
	APÊNDICE - B: Questionário Aplicados aos Docentes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	150
	APÊNDICE - C: Questionário Aplicado aos Coordenadores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia.....	153
	APÊNDICE - D: Carta de Autorização para Pesquisa.....	156
	APÊNDICE - E: Termo de Consentimento e Colaboração com a Pesquisa.....	157
	ANEXOS.....	158
	ANEXO - A: Declaração do Comitê de Postgrado da Universidad Evangélica del Paraguay- UEP.....	159
	ANEXO - B: Projeto Pedagógico da FAEPI.....	161
	ANEXO - C: Projeto Pedagógico da UESPI.....	165

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vivencia momentos de intensos debates sobre os efeitos da globalização na educação. O fenômeno da globalização, conforme Arnaud (1999, p. 28), “[...] cobre todos os campos das atividades humanas”. É um fenômeno ainda não acabado, porém, já conquistou nações e povos, causando transformações no modo de vida das pessoas. No campo da Educação a globalização produz mudanças significativas, dinamizadas com programas de internacionalização e cooperação entre países. Essas mudanças têm produzido amplos debates, que envolve o papel das universidades, as atribuições docentes, os conteúdos, e o currículo.

Face ao exposto, foram pesquisadas e analisadas as características do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares: Estudo Exploratório em duas Instituições de Ensino Superior. O termo “Perfil Profissiográfico” segundo Gonçalves; Toledo (2010, p. 1), “[...] é a ferramenta que nos auxilia a determinar as características desejáveis em um trabalhador, suas habilidades cognitivas, técnicas e comportamentais.”. A competência profissional exigida nesta sociedade, está associada à capacidade de o sujeito desempenhar satisfatoriamente em situações reais de trabalho, os recursos cognitivos, habilidades e conhecimentos específicos do seu campo de ação.

Para Amatucci (2000, p. 26), o Perfil Profissiográfico, “[...] é o conjunto de atributos humano que definem o profissional.”. Isso pode ser entendido como um processo humano que se estende a todas as dimensões da vida individual, e está presente na maioria das organizações da sociedade, ou seja, mesmo as organizações não-escolares têm dimensões que compreendem ações educativas voltadas para seu público interno e externo. Nesta pesquisa justificamos o uso do termo “Perfil Profissiográfico” para relacionar a formação do pedagogo, suas habilidades e competências para o desenvolvimento de seu trabalho no espaço escolar, e não escolar, de acordo com o art. 5º da Resolução CNE/CP n. 1/06, (BRASIL), do curso de Pedagogia.

A formação do Pedagogo para o espaço não escolar, deixou de ser tema ou um discurso acadêmico, e converteu-se em uma questão muito debatida em toda América Latina. Para Guelman, (2011, p. 13), “[...] os grandes maestros han

pensado uma pedagogia cuyos enfoque y abordajes han servido para la producción de alternativas a los marcos educativos hegemónicos del século XXI”. As perspectivas de um currículo diferente, para a formação do pedagogo é de grande importância para a política educacional latino-americana, que se destina a transformar, no sentido mais amplo, a educação.

Segundo Franco (2005, p. 177), “[...] à medida que a sociedade se tornou tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos contextos, abrangendo diferentes tipos de formações necessárias ao exercício pleno da cidadania”. Nesta visão, identificamos as diversas formas e meios de ação educativa que deverão constar no rol de atribuições de um pedagogo, e, mais que isto, referendar o seu trabalho.

A busca para encontrar conexão com o tema proposto desta pesquisa, levou-me a compreender a função de um pesquisador e sua responsabilidade em fazer o conhecimento avançar e, para que isso seja possível, é necessário dominar o conteúdo a que se propõe estudar, os conceitos, os métodos e os procedimentos utilizados no estudo, bem como o contexto.

Desta forma, subentende-se que um dos primeiros passos a ser dado para o desenvolvimento desta pesquisa, seria a Contextualização do tema proposto. Segundo Hesselgrave (1994, p. 215) “[...] de forma geral, contextualização, é o ato de vincular o conhecimento à sua origem e sua aplicação nos mais distintos contextos, sejam culturais ou existenciais”. Para Menezes e Santos (2002, p. 12), contextualização passou a fazer parte da educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN 9.394, de 1996:

[...] a ideia de contextualização entrou em pauta na Educação com a reforma do ensino médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que orienta para a compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Tem origem nas diretrizes que estão definidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são guias para orientar a escola e os professores na aplicação do novo modelo. De acordo com esses documentos, orienta-se para uma organização curricular que, entre outras coisas, trate os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual.

Contextualizar é uma forma de abordar o conteúdo ou mesmo situar tal fato no tempo e no espaço do universo em que se está envolvido. No Brasil, segundo (SILVA, 1999; SAVIANI, 2008) o curso de pedagogia foi regulamento pela

primeira vez, através do Decreto-Lei n. 1.190/1939, e, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”.

No Piauí, que segundo Reis (s/d. p. 2), “[...] é um dos nove estados que formam a região Nordeste, com uma população de 3.032.421 habitantes”, no que se refere à educação, vem se desenvolvendo de forma gradativa. Em 25 de março de 1931, cria-se a Faculdade de Direito do Piauí; em 18 de fevereiro de 1958, a Faculdade de Filosofia; em 12 de março de 1971 é instalado a Universidade Federal do Piauí; e em 1984 é criada a Universidade Estadual do Piauí — UESPI.

O primeiro curso de Pedagogia foi criado em 1971, porém somente efetivado em 1973. Nesses 40 anos da criação do curso de pedagogia, verificou-se uma preocupação: somente preparar o pedagogo para o ambiente escolar.

As possibilidades de atuação do pedagogo, apesar de serem amparadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia — DCNs, (BRASIL, 2006), provocam questionamentos por parte dos profissionais de outras áreas que resistem à presença do pedagogo fora do contexto escolar.

Como cenário da Pesquisa, temos as cidades de Floriano, localizada no sul do Estado do Piauí, com uma população estimada em 60 mil habitantes e quatro Instituição de Ensino Superior - IES, com curso de Licenciatura em Pedagogia; e Teresina, capital do Estado, com uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, com 20 IES, com curso de pedagogia, destacando-se dentre elas a Universidade Federal do Piauí - UFPI, e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Após verificação da situação contextual, começou-se a perceber a necessidade de um estudo sobre o profissional pedagogo que está sendo colocado no mercado de Trabalho. Qual o perfil dos pedagogos que as IES estão formando anualmente? Por que ingressam no curso de Pedagogia? Será que eles estão habilitados para a atuação no espaço não escolar?

Em face desse quadro, nossa pesquisa parte do seguinte problema: Os profissionais formados nos cursos de Pedagogia atendem às necessidades das Organizações não Escolares?

Essa problemática passou a ser o eixo norteador desta pesquisa. Porém, outras dificuldades surgiram no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Qual a bibliografia existente sobre o perfil do Pedagogo? O que está sendo produzido em

nível de pesquisa de Mestrado e Doutorado sobre o pedagogo e sua atuação nas organizações não escolar?

Para sanar essas dificuldades, recorreremos ao estudo do Estado da Arte, também chamado “estado do conhecimento”, que para Messina (1998, p. 01), “[...] é um mapa que nos permite continuar caminhando”. Nesta mesma perspectiva, Fiorentini e Lorenzato, (2006, p. 103), ressaltam que os estudos do estado da arte “[...] procuram inventariar, sistematizar e avaliar a produção científica numa determinada área (ou tema) de conhecimento, buscando identificar tendências e descrever o estado do conhecimento de uma área ou de um tema de estudo”. Na visão de Ferreira, (2002, p. 258):

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações, teses, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam como tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

O Estado da Arte auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas. Em termos de resultados preliminares em decorrência do andamento da pesquisa ora proposta, destaca-se o levantamento feito junto as Bibliotecas Digitais de Portugal, Espanha, México, Estados Unidos e Brasil. Mas foi precisamente no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que encontramos duas dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado, realizadas nos últimos 5 anos (2008 a 2012), que após leitura e análise, trouxeram apenas uma aproximação tênue sobre o assunto pesquisado.

Mediante o exposto, ficamos cômnicos de que ainda existem necessidades de novos estudos sobre o Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares. Isso justifica a escolha deste tema de pesquisa, bem como o torna relevante para a comunidade acadêmica.

Para as Instituições, a relevância está na identificação de como os cursos oferecidos estão contribuindo para esse processo de construção Profissiográfico. Para os pedagogos, essa relevância se apresenta ao fato de identificar o Perfil Profissiográfico e mostrar como está a formação profissional.

A relevância social é justificada pelo envolvimento com os pedagogos, que estão em exercício nas instituições de ensino público e privado para melhor qualificação de seus egressos. Atrevo-me a dizer ainda que esta pesquisa é relevante para toda a comunidade nordestina, piauiense, e inédito dentro da área de Conhecimento, Educação e linha de Pesquisa Currículo e Ensino, da Universidad Evangelica del Paraguay — UEP.

Diante desse cenário, buscou-se estabelecer o objetivo geral da pesquisa que foi: Analisar Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares. E para atingir tal objetivo, alguns objetivos específicos foram traçados:

- a) Caracterizar, o perfil dos pedagogos formados nessas instituições, comparando suas competências e habilidades e as necessidades do mercado nas organizações não escolares;
- b) Verificar se o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos Cursos de Pedagogia das IES, tem em seu conteúdo uma proposta pedagógica que contemple o binômio habilidade/competência profissiográfica;
- c) Confirmar se nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia das IES há disciplinas que possibilitem o preparo do profissional pedagogo para as organizações não escolares.

Na fundamentação trilhamos caminhos percorridos por diversos autores como: Abbagnano e Visalberhi, (1992); Almeida (2011); Aquino (2011); Araújo (2011); Brzezinski (2007); Ceroni (2006); Cambi (2009); Duarte (2001); Ferreira (2002); Gohn (2010); Libâneo (1996,1999, 2001, 2004, 2006, 2010); Saviani (1989, 1991, 2005, 2008), Scheibe e Aguiar (1999); Silva (1999), e encontramos possibilidades de trilhar alguns outros, conforme exposto nas Referências

Na construção desta Pesquisa, justificamos a intenção de levantar informações que pudessem contribuir para a formação do profissional de pedagogia diante da necessidade do mercado de trabalho das organizações não escolar.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa utiliza o método Hermenêutico-Dialético, que segundo Minayo (2010), “[...] a união da hermenêutica com a dialética leva que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social [...]”. O tipo da pesquisa é descritiva, fundamentado em Andrade (2002) e Triviños (2006), que mostram que os fatos precisam ser registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência

do pesquisador. A análise é comparativa, baseada em Franco (2000) e Schneider; Schmitt (1998); o enfoque é misto (qualiquantitativo), que segundo Johnson *et al.* (2007, p. 123):

[...] o tipo de pesquisa na qual o pesquisador ou um grupo de pesquisadores combinam elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (ex., uso de perspectivas, coleta de dados, análise e técnicas de inferência qualitativas e quantitativas) com propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento e sua corroboração.

No enfoque qualiquantitativo, quando combinados, não exclui a análise qualitativa e quantitativa, e, permite estabelecer conclusões significativas a partir dos dados coletados, aos quais balizam condutas e formas de atuação em diferentes contextos.

Para Creswell (2007, p. 35), este enfoque “[...] emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas da pesquisa.”. Quanto à interpretação, na análise de conteúdo, optou-se por tomar como balizador deste estudo as etapas da Técnica de Análise de Conteúdo (TAC) propostas por Bardin (2002).

A amostragem foi composta por 40 formandos de pedagogia; dois coordenadores e 10 professores que lecionaram nos cursos de pedagogia no ano de 2011. Os participantes da pesquisa, (formandos, coordenadores e docentes) de ambos os gêneros, aceitaram, por livre e espontânea vontade, participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados obtidos na aplicação dos Instrumentos de Coletas de Dados (ICDs), as análises dos Projetos Pedagógicos de Cursos e a comparação das matrizes curriculares evidenciaram que os cursos de Pedagogia pesquisados das IES não habilitam os egressos para atuar nas organizações não escolares.

Considerando a realidade exposta, esta dissertação encontra-se didaticamente estruturada em capítulos assim delineados.

Na Introdução, apresentamos os aspectos relativos ao objeto de estudo, ao problema de pesquisa, aos objetivos, bem como as questões norteadoras que orientaram todo o estudo e a estrutura do trabalho.

No capítulo dois, configuram-se os pressupostos teóricos que dão base de sustentação ao estudo, destacando-se: O Estado da Arte; A Síntese Histórica dos Cursos de Pedagogia; As Regulamentações dos Cursos de Pedagogia; As Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia; O Perfil do Pedagogo para os

Espaços não Escolares; As Organizações não Escolares; O Pedagogo atuando no Ambiente não Escolar.

No capítulo três, apresenta-se o percurso metodológico, revelando os passos escolhidos para realização desta pesquisa. Tais passos se aportaram no Tipo e Método da Pesquisa; Universo, Amostra, Delineamento da Pesquisa; O *Design* da Pesquisa e suas respectivas características; Instrumentos de Coleta de Dados, contemplando também as etapas da pesquisa.

O capítulo quatro foi destinado à apresentação, análise e discussão dos dados coletados, buscando-se fazer uma correlação entre a prática observada na pesquisa de campo com a teoria apresentada no marco teórico, que apresentou a fundamentação teórica necessária para a compreensão do objeto de estudo e análise dos dados da Pesquisa.

Por fim, ostenta-se a conclusão, que responde ao problema inicial da pesquisa e aos objetivos, propondo alternativas para a continuidade da pesquisa realizada e possíveis recomendações para trabalhos futuros, destacando as possibilidades de avanços, com enfoque em alguns aspectos nos quais o tema problematizado ainda demanda pesquisas mais aprofundadas.

Apresentamos em sequência os Apêndices, e os Anexos, com o objetivo de mostrar os instrumentos que foram utilizados no decorrer da Pesquisa, bem como os documentos que tivemos acesso através do Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia da Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI.

Esperamos que os resultados desta Pesquisa possam contribuir para a identidade profissional do pedagogo e sua conseqüente valorização perante a sociedade. Celebramos com muita alegria a conclusão deste trabalho.

CAPITULO II - MARCO TEÓRICO

O Marco Teórico possui a função de validar a dimensão do construto da pesquisa. Neste capítulo trataremos sobre O Estado da Arte; A Síntese Histórica do Curso de Pedagogia; As Regulamentações do Curso de Pedagogia; As Diretrizes Curriculares Nacional — DCN, para o Curso de Pedagogia; O Perfil do Pedagogo em Espaços não Escolares; O Pedagogo e as Organizações não Escolares.

2.1 O ESTADO DA ARTE

O Estado da Arte é um termo que vem sendo adotado gradativamente em nossa cultura acadêmica. Segundo Barbosa (2010, p. 67):

Surge nos Estados Unidos em 1889, publicado no Anthony's Photography Bulletin, e hoje é utilizado para caracterizar o desenvolvimento de alto nível dos diversos ramos das ciências. O termo também foi usado em 1910 dentro da engenharia por H.H, no Suplee's Gas Turbine.

O Estado da Arte, de acordo com Brandão (1986, p. 7), “[...] é usual na literatura científica americana e é pouco conhecido entre pesquisadores no Brasil”. É uma exposição sobre o nível de conhecimento e desenvolvimento de um campo ou questão, que segundo Ferreira, (2002, p. 258), visa “[...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento”. O desejo de conhecer o que já foi pesquisado é o que move tais iniciativas, as quais contribuem também para que os pesquisadores de uma mesma área ou campo vislumbrem lacunas e objetos ainda não contemplados ou até mesmo pouco estudados. Picheth, (2007, p. 19), corrobora dizendo que o Estado da Arte deverá:

[...] acompanhar e pontuar o movimento do conhecimento em um determinado período, permitindo consequentemente compreendê-lo em perspectivas relacionáveis no que concerne a contextos históricos, políticos e sociais.

A Pesquisa, na modalidade Estado da Arte, requer procedimentos e etapas bem elaboradas e organizadas. Segundo Pillão (2009, p. 45):

Estado da arte tem sido entendido como uma modalidade de pesquisa adotada e adaptada/interpretada por diferentes pesquisadores de acordo com suas questões investigativas. Algumas vezes utilizando diferentes denominações – estado da arte, estado do conhecimento, mapeamento, tendências, panorama entre outras – os trabalhos envolvidos nessa modalidade de pesquisa apresentam em comum o

foco central – a busca pela compreensão do conhecimento acumulado em um determinado campo de estudos delimitado no tempo e no espaço geográfico

O Estado da Arte é uma das partes mais importantes de todo trabalho científico, que, de acordo com Kuenzer, (1987, p. 5-6), permite ao pesquisador:

Fazer um balanço do conhecimento [...] identificar temas de pesquisas que carecem de desenvolvimento e tentar avançar na compreensão das questões postas pelas relações sociais concretas é um trabalho que se impõe principalmente no caso brasileiro, onde as conquistas democráticas são incipientes e a cidadania é pouco mais que uma concepção formal, em decorrência do que a oferta educacional tem sido insuficiente e inadequada.

É importante fazer comparações do Estado da Arte com outras regiões, outros estados e outros países, para se identificar problemas comuns, tendências, políticas etc. Nesse sentido, Ferreira (2002, p. 258, grifos do autor), diz:

[...] “estado da arte” ou “estado do conhecimento” [...] no Brasil parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrados e teses de doutorado, publicações em periódicos, comunicações em anais de congressos e seminários.

O Estado da Arte faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias. Além disso, auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas.

Ao iniciarmos nossa pesquisa, perguntamo-nos se haveria possibilidade de levantarmos quais e quantas pesquisas têm sido defendidas em formato de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado que envolvessem o tema: Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares

Assim, nós nos propusemos a um levantamento que foi realizado junto ao Banco de dados da Biblioteca Digital da Espanha, Biblioteca Digital do México, Biblioteca Nacional de Portugal e da CAPES em trabalhos de dissertação de Mestrado e teses de Doutorado, defendidos nos últimos cinco anos (2008 a 2012).

Procurando delimitar o tema, buscamos palavras-chave que pudessem ajudar na busca proposta, são elas: O Perfil dos Formandos dos Cursos de Pedagogia; Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares; Pedagogia Empresarial.

Depois de minuciosa busca em todos os Bancos de Dados das bibliotecas citadas acima, a Biblioteca Digital da CAPES tinha duas Dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado.

A partir deste ponto, realizamos a leitura dos resumos, no intuito de buscar buscando informações que pudessem dar sustentação sobre como tal tema tem sido abordado em pesquisas científicas. Apresentamos no (Quadro 1), relação das pesquisas encontradas no portal da CAPES.

Quadro 1 - Relação de Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado encontrados nas Biblioteca Digital nos últimos 5 anos.

Área do Conhecimento	Mestrado	Doutorado	Tema	IES	Total	Ano
Educação		Doutorado	O “ser professor” para docentes de escolas voltadas para o contexto empresarial	PUC ¹ /SP	01	2008
Ensino-Aprendizagem	Mestrado		Formação do Pedagogo: Entre Velhos Desafios e Novos Compromissos	UCB ²	01	2008
Educação	Mestrado		A Noção de Competência nos Currículos em Curso de Pedagogia no Estado de Santa Catarina	UNOESC ³	01	2010

Fonte: Banco de Dissertações e Teses da CAPES do ano 2008 a 2012.

A tese de Ribeiro (2008) “O ‘ser professor’ para docentes de escolas voltadas para o contexto empresarial”₁, tem como propósito compreender a natureza da ação docente desenvolvida por professores que, sem formação específica para o exercício da docência, atuam em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (MBA e similares) voltados para o mercado corporativo.

Duarte (2008), em sua pesquisa “Formação do Pedagogo: Entre Velhos Desafios e Novos Compromissos”, centrou-se em três aspectos: função social da educação, abordando a formação de professor, saberes docentes e os desafios da sociedade globalizada; trajetória da formação do pedagogo no Brasil, destacando as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

¹ Pontifícia Universidade Católica

² Universidade Católica de Brasília

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina

A dissertação de Escario (2010) “A Noção de Competência nos Currículos em Curso de Pedagogia no Estado de Santa Catarina” apresenta como temática geral a formação de professores a partir da LDBEN n. 9.394/1996, que focaliza a intencionalidade expressa em tais políticas de incorporar a noção de competência nos currículos dos cursos de licenciaturas e busca identificar se houve, efetivamente, na composição das propostas pedagógicas dos cursos de Pedagogia ofertados pelas universidades catarinenses, a incorporação de uma organização curricular orientada pela noção de competência.

A aproximação que encontramos nas pesquisas de Ribeiro (2008); Duarte (2008) e Escario (2010) é simplesmente sobre a formação do Pedagogo para os desafios da sociedade globalizada; destacando as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

O estado do conhecimento apresentado nas pesquisas citadas mostra que ainda existem lacunas a serem preenchidas na pesquisa científica. Isso torna nossa pesquisa relevante para a comunidade acadêmica brasileira, nordestina piauiense e inovação dentro da área de Conhecimento Educação e linha de Pesquisa Currículo e Ensino da UEP.

2.2 SÍNTESE HISTÓRICA DA PEDAGOGIA

Com relação à Pedagogia, para ser conhecida em sua origem, é necessário que se estabeleça vínculos com a filosofia e a educação. Segundo Abbagnano e Visalberghi (1992, p. 10):

[...] por lo común, el estudio de la historia de la pedagogía empieza por el pensamiento educativo en la antigua Grecia. Pero los egipcios, los babilonios, los hindúes, los chinos y muchos otros pueblos del Oriente cercano y lejano habían elaborado complejas y eficientes formas de educación antes de los griegos.

Rosa (2012, p. 100), corrobora com a afirmativa dizendo: “[...] diversas Ciências, originou-se na Grécia, sem querer, contudo, significar que todas as Ciências se formariam durante a evolução da civilização helênica”. Houve, porém, uma dicotomia na história da educação grega, conforme mostrada por Fonseca (1997, p. 1, grifo do autor):

[...] é comum considerar-se que há dois períodos na história da educação grega: o período antigo, que compreende a educação homérica e a

educação antiga de Esparta e Atenas, e o novo período, o da educação no "século de Péricles", correspondendo este ao período áureo da cultura grega, o qual se inicia com os Sofistas e se desenvolverá com os filósofos/educadores ou educadores/filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles.

No final do século IV a.C. se inicia a decadência das Cidades-Estados gregas e a cultura helênica, que se mistura com as das civilizações que dominam a Grécia. Segundo Lobato (2001, p. 32), "[...] a antiga Paidéia torna-se enciclopédia, ou seja, educação geral", que consistia na formação do homem culto, diminuindo ainda mais o aspecto físico e estético. É entre os gregos que a reflexão filosófica sobre educação ganha relevância, pois é tratado como um problema social, político e antropológico.

Na Grécia antiga havia educação para os nobres, para os plebeus, porém para os escravos não havia nenhum tipo de educação. Barbosa (2001, p. 10), diz que é nesse momento que: "[...] surge então à figura do pedagogo, o escravo doméstico que além de conduzir as crianças nobres à escola, também era responsável pela educação". Então, pela mão do pedagogo, espécie de preceptor, o menino era conduzido à palestra, lugar destinado à prática de exercícios físicos sob a orientação do pedótriba, um instrutor físico.

Para Aranha (2006, p. 67), "[...] os gregos esboçaram as primeiras linhas conscientes da ação pedagógica e assim influenciaram por séculos a cultura ocidental". Com o desenvolvimento da cultura grega, pressupõe a busca por conhecimento, e a educação é o processo consciente de construção desse conhecimento que, por sua vez, provém das bases para o exercício da cidadania. Para Lobato (2001, p. 33-34):

[...] neste período cresce o papel do pedagogo com a criação do ensino privado e o desenvolvimento da escrita, leitura e o cálculo. Inúmeras escolas se espalham e da união de algumas delas (Academia e Liceu) é formada a Universidade de Atenas, lugar de importante desenvolvimento intelectual que dura inclusive até o período de dominação romana.

Gadotti (2005, p. 30), referindo-se a essa fato, diz: "Os gregos criaram uma pedagogia da eficiência individual e, concomitantemente, da liberdade e da convivência social e política.". Com o sentido de educar, os gregos revestidos de uma autoridade incontestável, sempre deram primazia à educação moral, visando o homem no seu todo, preconizando sempre uma educação integral. Segundo Geraldo (2010, p. 13):

Platón distingue dos tipos de niveles educativos, aquel que forma los hábitos y virtudes morales, basados en las facultades irracionales del hombre, y un segundo nivel donde encontramos las virtudes superiores que no son otras que justicia y sabiduría, asentadas en la facultad racional, siendo éste el más elevado nivel de educación.

Para Goncalves; Donatoni, (2010, p. 5):

Desde a Antiguidade, a educação é pensada por e para homens e mulheres, e dentre outras coisas se pode tomá-la como forma de garantir a sobrevivência histórico cultural da espécie humana, como as sociedades mais primitivas e as formas mais individualistas de educar crianças e jovens. Um dos mediadores dessa sobrevivência é o pedagogo: o condutor da criança; isto é, o escravo que acompanhava crianças e jovens: sua “ação” era guiá-las à escola (discaléia) ou ao gymnásion, onde se aprendiam as letras e o cultivo do corpo

Desta forma, não se descarta que existe vínculo da Pedagogia com os métodos de como ensinar, o que ensinar, quando ensinar e para quem ensinar. Isso é corroborado por Nassif (1991, p. 43):

No sólo lógica sino cronológicamente la realidad educativa precede a la pedagogía. La reflexión y la sistematización han llegado tardíamente con respecto al hecho educativo, tan antiguo como el hombre. Pero se han constituido sobre él, pues la práctica alimenta a la teoría y la teoría debe volverse sobre la práctica para enriquecerla.

Também Marques (2000, p. 102), afirma:

[...] a Pedagogia é a reflexão sobre as teorias, os modelos, os métodos e as técnicas de ensino para lhes apreciar o valor e lhes procurar a eficácia. A pedagogia destina-se a melhorar os procedimentos e os meios com vista à obtenção dos fins educacionais”.

Essa reflexão segundo Libâneo (2004, p. 26), “[...] está ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades”. A História da Pedagogia permite, em primeiro lugar, tornar mais inteligível a pedagogia atual pelo conhecimento do passado. Descobrimos, graças a ela, as origens frequentemente longínquas das nossas tradições educativas.

2.2.1 O Curso de Pedagogia no Brasil

A história da educação no Brasil começa em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas. Para Mattos (1958, p. 37), os jesuítas movidos por intenso sentimento religioso de propagação da fé cristã, criaram a “[...] a primeira escola brasileira”. É esse o ponto de partida da história das instituições escolares brasileiras.

Saviani (2005, p. 12), procura esboçar os períodos da seguinte maneira:

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola.

Os jesuítas, com seu fervor religioso, procuraram impregnar os princípios cristãos aprendidos em Portugal em toda cultura brasileira. Em sua função colonizadora e civilizadora por excelência das crianças indígenas, a Companhia de Jesus⁴ segundo Hansen (2000, p. 21), fazia a “[...] defesa intransigentemente tradicionalista da transmissão oral das duas fontes da Revelação, a tradição e as Escrituras”. Para Vieira; Gomides (2008, p. 3):

[...] os sacerdotes assim preparados estariam em condições de educar os homens para que se tornassem mais homens, desenvolvendo-lhes a memória, a vontade e a inteligência, com ênfase na Retórica fundamentada nas obras dos antigos, em especial de Cícero e Quintiliano.

Os primeiros docentes brasileiros receberam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada a padrões da sociedade europeia cristã, que privilegiavam a retórica e a eloquência ciceroniana. Essa formação, recebida em Portugal, e, mais tarde, no Brasil, constituía a primeira e marcante influência externa na formação de professores da terra recém-conquistada.

Segundo Azevedo (1963, p. 93), “[...] quase na sua integridade, o patrimônio de uma cultura homogênea, a mesma língua, a mesma religião, a mesma concepção de vida e os mesmos ideais de homem culto” eram ensinados em terras tupiniquins. Para Mesnard, (1992, p. 61), um momento importante na expansão dos colégios jesuítas foi

[...] a criação, em 1550, do colégio romano, cujo primeiro reitor foi o padre Pelletier. Tal colégio chegará a ser, não somente o que Paris foi para a primeira geração de jesuítas - a escola normal onde se formaram

⁴Nascimento (2013, p.157), “[...] ordem religiosa que foi criada no século XVI, pelo cavaleiro da Espanha, Inácio de Loyola no ano de 1534”.

os futuros professores -, e ainda mais: o centro onde desembocam, para serem submetidas a uma confrontação fecunda, todas as experiências instituídas nas diferentes casas da ordem.

A educação passou a ser a principal atividade desenvolvida pelos jesuítas. Segundo Palma (2005, p. 5), “[...] A pedagogia jesuítica inspirou-se na Universidade de Paris, com filosofia tomista, e com ideais de Quintiliano, um educador espanhol, considerado o primeiro professor pago pelo Estado romano”. Cumpre destacar que a educação não era relevante para a sociedade da época, uma vez que a classe dominante não necessitava dela e a classe dominada não a podia sustentar. Martins (2009, p. 401), diz que:

Os jesuítas estiveram no Brasil desde a época colonial e aqui permaneceram por mais de 200 anos, em que desenvolveram um trabalho missionário e pedagógico. Foram eles os responsáveis pela estruturação de três cursos no País: Letras Humanas, Filosofia e Ciência, e Teologia e Ciências Sagradas – destinados à formação do humanista, do filósofo e do teólogo

A Educação brasileira sofreu um golpe profundo, com a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios. Após séculos de predominância, inicia-se um processo de laicização da instrução com o envio dos professores régios portugueses.

Villela (2000, p. 98), destaca algumas medidas em relação à instrução primária que passaram a ser desenvolvidas: “[...] unificar o sistema por meio de adoção de um método, definição de n de ensino, autorização ou proibição de livros, estabelecimento de normas burocráticas a serem seguidas pelas escolas”. Por mais de três séculos a função docente não era especializada.

Segundo afirma Nóvoa (1995, p. 15), que:

[...] a função docente desenvolve-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente.

A Especialização da função docente era um anseio da comunidade tupiniquim, durante os primeiros trezentos anos de descobrimento Brasil, o que só veio ocorrer muito tempo depois. Segundo Tanuri (2000, p. 60):

[...] o estabelecimento das Escolas Normais destinadas ao preparo específico dos professores está ligado à institucionalização da instrução pública. [...] é com a Revolução Francesa que se concretiza a ideia de uma Escola Normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos.

No Brasil, as questões que motivaram a criação da Escola Normal vincularam-se ao projeto de consolidação do Estado-Nação com a proclamação da Independência em 1822. Para Romanelli (1997, p. 34):

As escolas normais existem no Brasil desde o século passado. A primeira delas foi criada em 1830, em Niterói, sendo a pioneira na América Latina e, de caráter público, a primeira de todo o continente, já que nos Estados Unidos as que então existiam eram escolas particulares. Pelo menos uma dezena dessas foram criadas até 1881. [...] além dessas, destacou-se a criação do Pedagogium, em 1890, de curta duração que deveria ter funcionado como centro de pesquisas educacionais e museu pedagógico.

A ideia de preparação de professores para o ensino elementar foi preconizada por Comênius, no século XVII. As Escolas Normais desde o momento de sua institucionalização até o século XX, tornaram-se característica marcante para a formação do professor do primeiro segmento da Educação Básica.

Segundo Tanuri (1970, p. 16):

A primeira Escola Normal Brasileira, era regida por um diretor que também exerceria o cargo de professor. Através do Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira procurou reorganizar as Escolas Normais, contemplando a cultura geral e a cultura profissional.

Depois da reforma estabelecida pelo Decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira transformou a Escola Normal, que tinha como foco os aspectos da cultura geral, em Escola de Professores. Segundo Vieira e Gomides, (2008, p. 98), “[...] havia preocupação em formar professores para o secundário”. Logo se fez necessária a criação da Universidade para a formação do profissional docente, pois, até então, o ofício era comumente exercido por profissionais liberais ou autodidatas.

A criação da universidade no Brasil foi tardia, a Coroa Portuguesa não se interessava em criar instituições de ensino, muito menos universidades. Segundo Durham, (2005, p. 201), “[...] As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando de década de 1930”.

No Brasil, as universidades foram criadas a partir do modelo das universidades europeias, principalmente as de Portugal e Espanha. Segundo Cunha (1980), “[...] o crescimento dos sistemas de ensino e as mudanças políticas motivaram o surgimento dos “ profissionais da educação”.

Segundo Furlan (2008, p. 3864):

O primeiro curso superior de formação de professores é criado em 1935, quando a Escola de Professores (como era chamada), foi

incorporada à Universidade do Distrito Federal. Esta recém-criada Faculdade de Educação passou a conceder “licença magistral” para aqueles que obtivessem na universidade “licença cultural.

A formação de professores para atuação no ensino secundário justificava-se pela preocupação em formar docentes capazes de contribuir para as transformações pretendidas da época. Segundo Azevedo, (1950, p. 753):

[...] com esse acontecimento inaugurou-se, de fato, uma nova era do ensino secundário, cujos quadros docentes, constituídos até então de egressos de outras profissões, autodidatas ou práticos experimentados no magistério, começaram a renovar e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de filosofia que, além do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário.

Com extinção da Universidade do Distrito Federal - UDF, seus cursos foram anexados à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que havia sido criado através do Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939. De acordo com Cruz (2008, p. 47), este Decreto:

[...] reorganizou a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Nacional de Educação, instituídas em 1937, que unificadas passaram a se denominar Faculdade Nacional de Filosofia, dividida em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, que incluía mais uma, a Didática

A força do Decreto-Lei n. 1.190, 1.190 de 4 de abril de 1939, reorganizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, como também, segundo Silva (1999, p. 11), criou “[...] o Curso de Pedagogia no Brasil”.

Assim, nasce o Curso de Pedagogia, como consequência da preocupação com o preparo de docentes para a escola secundária. Segundo Frauches, (2006, p. 01), o curso de Pedagogia surge “[...] como bacharelado, na Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil, em uma “Seção de Pedagogia”.

Historicamente, desde sua origem, o Curso de Pedagogia causou polêmicas. Segundo Gallo, (2009, p. 805-806):

[...] era um curso que não dispunha de um mercado profissional que o recebesse, formavam-se pedagogos, mas esses, não tinham campo de trabalho para atuar. Essa inadequação é representada, principalmente, pela tensão provocada, de um lado, pela expectativa do exercício de funções de natureza técnica, e pelo caráter generalista das disciplinas fixadas em sua formação.

Existia uma incerteza quanto este campo de trabalho, conforme explicita Chaves (1981, p. 48):

[...] pois o Licenciado em Pedagogia tinha direito de lecionar em Escolas Normais; entretanto, “o Bacharel em Pedagogia, sem a formação

complementar do Curso de Didática, era conhecido como um ‘técnico em educação’, embora nunca houvessem sido definidas de maneira precisa suas funções”.

As incertezas da função do pedagogo influenciam o desenvolvimento da licenciatura em Pedagogia, pois, segundo Brzezinski (1997, p. 46):

Marcado por uma pseudo-identidade, passo a passo, o curso de Pedagogia foi ocupando lugar periférico no contexto das licenciaturas que já eram periféricas no elenco dos demais cursos superiores, porque percebidas como cursos de segunda categoria. Os professores mais bem preparados na universidade não se dedicavam ao curso de Pedagogia

Depois de 29 anos de funcionamento, o curso de pedagogia deixou de fazer parte das Faculdades de Filosofia. Segundo Arantes; Gebran (2013, p. 283):

Em 1968, por força da Lei n. 5.540, o curso de Pedagogia deixou de fazer parte das Faculdades de Filosofia, uma vez que a seção de Pedagogia dentro da Faculdade de Filosofia deixa de existir. Então o curso de Pedagogia passa a ser oferecido pelas Faculdades de Educação, regulamentadas através do Parecer CFE n. 252/1969 e da Resolução CFE n. 2/1969, que estabeleciam as normas de seu funcionamento em conformidade com os princípios da Lei 5.540/1968.

Observa-se que diante desse vasto e contraditório campo de atuação do Pedagogo, as legislações e diretrizes não foram suficientes para resolver os dilemas enfrentados em torno das especificidades da Pedagogia.

a) A cientificidade da Pedagogia

Historicamente, o curso de Pedagogia continua marcado pela indefinição epistemológica, que tem produzido dificuldades para a definição e compreensão do termo “Pedagogia”. No decurso da história do Ocidente, a Pedagogia firmou-se como correlata da educação, é a ciência do ensino.

Segundo Saviani, (2008, p. 2):

[...] desde a Grécia delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia sendo de um lado uma reflexão ligada à filosofia voltada à finalidade ética que guia a atividade educativa e do outro lado mais voltada ao sentido etimológico da pedagogia como a condução da criança “no sentido empírico e prático inerente a paidéia entendida como a formação da criança para a vida”.

Para um estudo da cientificidade da pedagogia, é preciso utilizar como opção metodológica, a perspectiva histórica. Ela ajudará a entender como a Pedagogia tem assumido diversas identidades através dos tempos. No (Quadro 2), mostramos a construção científica do campo da pedagogia.

Quadro 2 - A construção científica do campo da Pedagogia.

Período	Perspectiva Epistemológica	Características de la Pedagogía
Pre-científica	Fuerte vínculo con la Filosofía	<p>Es un período primitivo en la evolución científica de la pedagogía. En realidad, se habla de educación más que de Pedagogía. La educación es objeto de tratamiento de los grandes filósofos Platón, Aristóteles, entre otros, quienes otorgan categorías humanistas al fenómeno que, en lo sucesivo quedaría determinado por el tema de los valores, la libertad y el fin. La educación se estudia por medio de una metodología especulativa. Aparece la Pedagogía en su nueva acepción, como disciplina que considera el problema total de la educación aunque aun no como conocimiento independiente y unitario de un objeto sino integrada a la política y a la filosofía (Platón y Aristóteles). En 1803 se divulga el “Tratado de Pedagogía” de Manuel Kant y en 1806, la Pedagogía General deducida del fin de la educación de Juan Federico Herbart, constituyen intentos por lograr autonomía. En el siglo XVIII la Pedagogía adquiere un significativo desarrollo por el desenvolvimiento del saber psicológico y el mundo social. comenzó a generalizarse en Alemania en la 2da mitad del siglo XVIII. El primero en aplicar el vocablo fue Ernesto Cristian Trapp en su obra “Ensayo de una Pedagogía” publicada en 1780. Luego se vinculó con la Teología durante la Edad Media. Con un fuerte contenido ideológico y por efecto de la obra de Juan Amós Comenio (1592-1670) quien estructura y da fundamento científico a la Didáctica, en el siglo XVII la Pedagogía queda eclipsada por la Didáctica y se convierte en una metódica de la instrucción.</p>
Cientificista	Positivista	<p>En el proyecto de la Modernidad, el discurso pedagógico puso énfasis en establecer los pasos de una acción instrumental determinada por un plano político y productivista; la Pedagogía pasó a ser una técnica de conducción social, de corte experimental despojada de su sentido humanista y cerca de una pretendida “neutralidad” en pos de salvaguardar la objetividad como criterio fundamental de científicidad. Durante este período surge la idea de una nueva denominación: Ciencias de la educación (CE). Esta iniciativa, se sitúa en la mitad del siglo XX cuando la Pedagogía se fundamenta en las concepciones positivistas y se sistematiza a la luz del modelo de las ciencias naturales. El hecho educativo es estudiado por medio de la observación, la experimentación y la inducción. Se intenta indagar las leyes del fenómeno educativo de igual manera que las ciencias físicas indagan las leyes naturales. La denominación de la CE pone de manifiesto el desplazamiento en el área de influencia de la disciplina desde lo que se designa como “pedagogía” consolidada en las publicaciones de obras</p>

		alemanas. Kant, Herbart) hasta lo que deviene en "CE" de raíz anglo – sajona.
Científica	Fenomenológica- Crítica	Una denominación reciente (fines del siglo XX) es la de Teoría de la Educación/ Ciencia Crítica de la educación. Esta denominación representa a un movimiento de reacción en contra de las concepciones positivistas para alejar a la Pedagogía de la consideración de la educación como fenómeno natural del aprendizaje o hecho cultural de la socialización. Al respecto, Carlos Cullen (1997, pag.20, 29), epistemólogo argentino expresa: " <i>No se trata de preguntarnos qué es objetivamente la educación porque no existe la posibilidad de determinar a priori desde una razón "pura" o sujeto trascendental, la objetividad de las prácticas sociales como si fueran meros fenómenos naturales. Se trata de pensar la educación, pero no orientados por la pregunta en torno a sus presuntas propiedades esenciales, ni tampoco por la pregunta en torno a sus presuntas cualidades objetivas. Nos interesa su historicidad y su discursividad social".</i> Aparece con mucha fuerza en la tradición europea relacionada a la perspectiva crítica fundamentada en un nuevo concepto de racionalidad vinculada a la práctica y la emancipación del hombre (Habermas). El estatuto científico de la Pedagogía ofrece un panorama diversificado em cuanto a posturas, enfoques y doctrinas en pos de superar el monismo naturalista y dar un nuevo ideal de formación humana que favorezca el desenvolvimiento de todas las fuerzas esenciales del hombre en relación con el contexto sociocultural con el que se relaciona.

Fonte: VELÁZQUEZ, Isabel (2013)

A Pedagogia tem sido entendida como uma Ciência que abrange e procura compreender o fenômeno humano chamado: Educação. A construção científica do campo da pedagogia procura estudar a problemática, a ação educativa e sua contextualização. Segundo Libâneo (2004, p. 10):

[...] a Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação.

A Pedagogia é uma ciência, ou seja, gera o Conhecimento pedagógico a partir do apoio e contribuições de outras ciências. Nesse sentido, constitui-se como um caminho necessário, repensar a educação e a ciência, para buscar a reinterpretção dos conceitos principais do espaço científico da Pedagogia.

b) Pedagogia: Ciência da Educação

A discussão sobre a Pedagogia como Ciências da Educação, tem se evoluído grandemente no Brasil. Porém, segundo Pinto (2006, p. 28), "[...] nunca

tivemos o curso organizado no país, seja em graduação ou pós-graduação. Entretanto, temos formado cientistas da Educação nos cursos de pós-graduação em Educação”.

Nas faculdades de Educação, convivemos com professores pesquisadores provenientes de diversas áreas como: História, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Política, Economia, Antropologia. Todos esses profissionais devem ser reconhecidos como cientistas da Educação, mas para isso é necessário que seus estudos e pesquisas tenham a educação como campo e objeto.

Para Túlio (2015, p. 57):

Ao longo da história surgiram quatro posicionamentos em relação à cientificidade da Pedagogia: Pedagogia Geral (única ciência da educação); Ciência da Educação (desaparece o termo “Pedagogia”); Ciências da Educação (excluindo a Pedagogia); Ciências da Educação (incluindo a Pedagogia).

Precisamos compreender os posicionamentos em relação à cientificidade da Pedagogia conforme apontado por Túlio (2015):

1 Pedagogia Geral - (como única Ciência da Educação). Segundo Franco *et al.* (2007, p. 76), “[...] defende a unicidade científica da Pedagogia, ou seja, a Pedagogia seria a única ciência da educação, as demais seriam auxiliares”. O uso de ciências auxiliares, recolocar a Pedagogia como a Ciência da Educação, que é alimentada por essas diferentes ciências, que compreende o fenômeno educacional em sua totalidade. Segundo Libâneo (1996, p. 118), “[...] é a Pedagogia que pode postular o educativo, propriamente dito, e ser ciência integradora dos aportes das demais áreas.”. Ela parte do fenômeno educativo como um todo e, com a contribuição da produção teórica das diferentes ciências, vai elaborando as sínteses possíveis para a apreensão do real. A denominação Pedagogia geral, corresponde à concepção dos pedagogos clássicos alemães, a partir de Herbart, o primeiro defensor da autonomia da Pedagogia.

2 Ciência da Educação (desaparece o termo “Pedagogia”). Nesta visão a Pedagogia é excluída e dá lugar à Ciência da Educação, que aplica os experimentos das outras ciências nas práticas educacionais. Segundo Túlio (2015, p. 56), “[...] Essa concepção é defendida principalmente em países sob influência norte-americana”. Essa visão tem o enfoque positivista, baseada na experimentação e na tecnologia educacional, resumindo-se à aplicação, no

campo educativo, dos princípios de outras ciências. Segundo Moreira (2007, p. 87,) “[...] Entende a Ciência da Educação como suporte da tecnologia e aplicação das teorias da aprendizagem comportamentalistas e sistêmicas à prática de ensino”..

3 Ciências da Educação (excluindo a Pedagogia) - Tem origem europeia e postura pluridisciplinar. É um posicionamento defendido por países como França, Itália, Portugal e em algumas instituições universitárias do Brasil. Segundo Moreira (2007, p. 86), “[...] considera a educação objeto de estudo de alguns conjuntos de ciências e alguns de seus adeptos ignoram o campo de conhecimento da Pedagogia. A educação é compreendida como o objeto de estudo de várias ciências, em alguns países não se utiliza o termo Pedagogia.

4 Ciências da Educação (incluindo a Pedagogia). Inclui a Pedagogia dentre as Ciências da Educação que tomam a educação como objeto, cada uma de um ponto específico, compreendendo-a em sua simultânea unicidade e pluralidade. Segundo Moreira (2007, p. 8):

O objeto de estudo das Ciências da Educação, para essa abordagem, é o fenômeno educativo em seu conjunto. E a Pedagogia faz a síntese: recebe a contribuição das várias ciências sociais, sem perder, no entanto, sua autonomia epistemológica.

É a única que assegura o caráter multidimensional do fenômeno educativo. Segundo Franco et al (2007, p. 77), “[...] toma o fenômeno educativo sob um ponto de vista específico, mantendo-se, todavia, a Pedagogia como uma dessas ciências”. Este é o pensamento esboçado por Franco (2005); Franco, Libâneo e Pimenta (2005); Libâneo (2004); Libâneo e Pimenta (1997); Pimenta (2002); que defendem a Pedagogia como Ciência da Educação. Também este autor comunga com esse pensamento e fundamenta-se em Túlio (2015, p. 56), que diz: “[...] a Pedagogia apoia-se nas ciências da educação, mas sem perder sua identidade e autonomia epistemológica, possui problemáticas próprias e seus próprios conteúdos, formas e métodos. ” Também Pinto (2006 p. 179-180), corrobora com esse pensamento quando afirma:

[...], é o único curso que traz em seu currículo a Psicologia da Educação, a História da Educação, a Filosofia da Educação, a Sociologia da Educação. Que outro curso superior no país tem estudado o fenômeno educativo sob tantos e diferentes enfoques.

A expressão Ciências da Educação, pode ser tomada como sinônimo de Pedagogia, onde seus educadores a assumam como ciência, que não somente

reflita e teorize sobre os fenômenos educativos, e sim organize ações estruturais e produzam novas condições de exercer o ato pedagógico, sempre com o intuito da emancipação da sociedade e do indivíduo.

2.2.2 O Curso de Pedagogia no Piauí

A educação brasileira, desde sua origem na colônia, é profundamente identificada pelo seu conteúdo de classes, pela prioridade à formação intelectual dos grupos e classes dominantes e pela relativa distância entre o modelo adotado e a realidade local.

No Piauí, estudos mostram que o primeiro estabelecimento de ensino superior data de 1931. Trata-se da Faculdade de Direito do Piauí, que nasceu da iniciativa privada, como resultado do esforço de alguns intelectuais que contavam com o apoio do interventor federal no Piauí, Leônidas de Castro Melo, e surgiu em uma época de muita valorização dos cursos jurídicos no País. Conforme Brito (1996, p. 25):

[...] o Piauí, embora sendo um Estado de economia predominantemente agropastoril, adotava o modelo então vigente no país, privilegiando a formação de bacharéis em direito, em detrimento da formação profissional no campo da agricultura e da pecuária que seriam as duas áreas de mais carência de formação, dada a situação socioeconômica na qual estava inserido. Desse modo, aqueles que pretendessem seguir outras profissões teriam que se deslocar para outros estados.

E como esses deslocamentos eram muito onerosos, só os mais abastados alcançavam suas aspirações. Os que conseguiam chegar ao ensino superior tinham que abraçar a carreira jurídica que nem sempre era exercida de fato. Geralmente, desviavam-se para a política, para o magistério ou para o funcionalismo público.

Na verdade, grande parte dos recém-formados ingressava no magistério secundário e normal sem ter preparação pedagógica. De tal modo, devido à considerável demanda de professores, um grupo desses profissionais deu início, nos anos de 1950, a uma tentativa de organização de uma Faculdade de Filosofia, que não chegou a funcionar.

Entretanto, em função de formar o corpo docente com uma específica formação pedagógica, persiste a necessidade de uma Faculdade de Filosofia, tendo sido criada, sob a liderança de D. Avelar Brandão Vilela, em 1957, a

Faculdade Católica de Filosofia, pela Sociedade Piauiense de Cultura, tendo como primeiro diretor o Prof. Clemente Honório Parentes Fortes.

Segundo Brito (1996, p. 88), essa Faculdade foi instituída em 16 de junho de 1958, “[...] pelo Dec. n. 43.402, de 18/02/58, e passou a funcionar provisoriamente no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no turno da noite” Conforme o autor, seu reconhecimento se deu seis anos após a autorização, por força do Dec. n. 54.038, de 23 de julho de 1964. Após a Faculdade Católica de Filosofia, observou-se a implantação de outras faculdades no Piauí, como a Faculdade de Odontologia, a de Medicina e, por último, a de Administração. Sobre essa temática, Santos Neto (1998, p. 10) afirma:

A primeira organização Universitária que se implanta no Piauí, a partir dos anos 1930, se constitui enquanto sujeito da dupla possibilidade de ser a um só tempo, um vetor de transformação e espaço privilegiado de conservação e reprodução de formas antigas de disputa de poder pelas elites locais.

O autor enfatiza que o processo de constituição da universidade piauiense completa-se apenas no final de 1960, começo dos anos 1970, quando é criada e implantada a Fundação Universidade Federal do Piauí — FUFPI, com a Lei n. 5.357.

a) A Universidade Federal do Piauí – UFPI

A criação da UFPI, em 12 de novembro de 1968, seguia todas as determinações do GT da Reforma Universitária de 1968. O curso de Pedagogia na UFPI foi criado em 1971, porém somente em 1973 começou a funcionar como Licenciatura Curta. Segundo Carvalho (1999, p. 18):

[...] a partir de convênio firmado entre a UFPI com a Secretaria de Estado da Educação, com o Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENE) e outras instituições, são criados vários cursos na área de educação, dentre eles o de Pedagogia.

Portanto, o primeiro vestibular realizado para as habilitações Administração e Supervisão Escolar ocorreu também no ano de 1973, sendo que as vagas que foram ofertadas eram destinadas uma parte para a comunidade em geral e outra para profissionais da educação que exerciam atividades pedagógicas na rede pública de ensino.

Os cursos de licenciatura Curta, Integrado ou Parcelado, foram autorizados pelo Ato da Reitoria n. 198/74, de 26/04/74, e o curso de Licenciatura Plena pelo Ato n. 237/75, de 06/05/75. Já o reconhecimento do

curso é concebido através do Decreto n. 81.935, de 11 de julho de 1978, pelo então Presidente da República Ernesto Geisel.

No ano de 1975, é autorizado o funcionamento do curso em regime de Licenciatura Plena, através do Ato da Reitoria n. 237, de 06 de maio de 1975. Nesta mesma data, foram acrescentadas ao currículo as habilitações em Magistério e Orientação Educacional. O funcionamento do Curso de Pedagogia está respaldado no Parecer n. 252/69 e na Resolução n. 02/69, que regulamentam o curso, sendo que estes documentos estão pautados nos princípios da Lei da Reforma Universitária n. 5.540/68.

b) A Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Os primeiros passos concretos para a criação da UESPI, com sede em Teresina, foram dados em 1984, por meio da Lei Estadual n. 3.967, que instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí — FADEP, entidade mantenedora dos Centros de Formação de Recursos Humanos para o ensino da rede pública estadual em nível de 3º grau, Centro de Teleducação e Centro de Pesquisa.

Em 1985, através do Decreto Federal n. 91.851, foi autorizado a funcionar o Centro de Ensino Superior, com os cursos de Pedagogia – Habilitação Magistério, Ciências – Habilitação em Matemática e Biologia, Letras – Habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas e Administração.

No ano seguinte, 1986, realizou-se o primeiro vestibular para os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia: Magistério; Ciências Biológicas; Matemática; Letras/Português; Letras/Inglês e Bacharelado em Administração, totalizando 240 vagas. Com uma estrutura de cursos superiores já em funcionamento, o poder Executivo Estadual aprova a Lei n. 4.230/88, com objetivo de criar as condições necessárias para instalação da UESPI.

Em 1989, é aprovado o primeiro Estatuto da UESPI. Em 1992, foi aprovado o Plano de Carreira e realizou-se o primeiro concurso público para docente do CESP – Centro de Ensino Superior do Piauí e, conseqüentemente, o enquadramento dos professores que se encontravam no CESP, remanescentes dos quadros da Secretaria Estadual da Educação, Secretaria de Administração, Fundação CEPRO etc.

Em 1993, através de Decreto Federal, a Universidade foi autorizada a funcionar como uma Instituição multicampi. A sequência histórica se deu com o surgimento gradativo de cursos e de Campi, no interior do Estado. Nesse ano, houve o primeiro concurso público para professor efetivo. A UESPI conta hoje com 18 Campi, instalados em todo o Estado, além de 25 Núcleos Universitários.

2.3 AS REGULAMENTAÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Os anos de 1930 produziram um fecundo debate em torno das questões educacionais. A educação neste período é concebida como um grande impulso para reformar o país. Em outras palavras, a reforma da sociedade dependeria da reforma da educação. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Brasil, através do Decreto-Lei n. 19.851/1931, favoreceu a formação de educadores no ensino superior. O curso de Pedagogia estruturou-se, no Brasil, através do Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939.

O Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, tem definido como seu objeto e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Nas primeiras propostas para o curso, a ele se atribuiu o estudo da forma de ensinar.

Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril de 1939 e segundo Scheib e Aguiar (1999, p. 223):

Como bacharel, o pedagogo poderia ocupar cargo de técnico de educação, do Ministério de Educação, campo profissional muito vago quanto às suas funções. Como licenciado, seu principal campo de trabalho era o Curso normal, um campo não exclusivo dos pedagogos, uma vez que, pela Lei Orgânica do Ensino Normal, para lecionar nesse Curso era suficiente o diploma de ensino superior.

De acordo com Silva (1999), existem quatro períodos na gênese do Curso de Pedagogia, os quais merecem reflexões, sobretudo nas questões relativas à identidade profissional do pedagogo. A autora os apresenta da seguinte forma:

- a) Período das Regulamentações: identidade questionada (1939 – 1972);
- b) Período das Indicações: identidade projetada (1973 – 1978);
- c) Período das Propostas: identidade em discussão (1979 – 1998);

d) Período dos Decretos: identidade outorgada (1999 até hoje).

2.3.1 Identidade Questionada (1939 – 1972)

É um período marcado pela dificuldade em se definir a função do Curso de e o destino de seus egressos. Para Silva (1999, p. 50):

Introduzido pelo decreto-lei n. 1.190/39 simplesmente como pedagogo, sem se fazer referência sobre sua destinação profissional não percebia, na época, as ocupações a serem preenchidas por esse novo profissional. As condições de trabalho também não auxiliavam no equacionamento do assunto. A não ser para a ocupação dos cargos de técnicos de educação no Ministério da Educação, o diploma de bacharel não era uma exigência do mercado e, mesmo ao licenciado em Pedagogia, a situação do mercado não se encontrava claramente definida.

A crise identitária do pedagogo pode ser detectada desde o surgimento do curso no Brasil. Os formandos não dispunham de um mercado profissional que o recebesse, formavam-se pedagogos, mas esses, não tinham campo de trabalho para atuar. Segundo Dalla Corte, (2011, p. 107), “[...] Foi um período de muitas fragmentações, insatisfações na organização curricular do curso e insuficiência técnica as exigências do mercado de trabalho; descortinou uma séria crise de identidade ao curso de Pedagogia”. Pairavam, nesse contexto, indagações sobre a identidade do curso e críticas à indefinição do campo de atuação do egresso do Curso de Pedagogia.

Segundo Aquino (2011, p. 15), “[...] percebe-se, então, que desde a sua criação o curso já revelava alguns problemas que o acompanharam por muito tempo”. A identidade profissional é construída a partir dos conflitos e conciliações entre a identidade herdada e a identidade visada.

E até 1961, o curso de Pedagogia permaneceu com o esquema 3+1. O Parecer n. 251/62, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas, tentou entender a controvérsia existente se a formação do professor primário deveria acontecer em nível superior e a dos técnicos da educação (bacharel) em nível de pós-graduação, considerando essas questões viáveis para o futuro.

Diante das necessidades do mercado de trabalho, em 1969, o Conselho Federal de Educação, promulga o Parecer n. 252, de autoria Conselheiro Valnir Chagas, que trouxe grandes expectativas para a época, pois parecia ter a resposta para as controvérsias e impasses do curso. Segundo Furlan (2008, p. 3866):

O parecer visava a formação do professor para o ensino normal (licenciado), e de especialistas para as atividades de orientação,

administração, supervisão e inspeção dentro das escolas e do sistema escolar. Mexeu-se também no currículo, este agora estava estruturado para uma base comum de estudos, e ao especialista oferecia a habilitação específica para os conjuntos de tarefas.

A nova organização curricular provocou a separação entre a metodologia e o conteúdo. Com a regulamentação, segundo Tulio (2015, p. 26), “[...] a licenciatura previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino (esta última em forma de estágio supervisionado). Segundo Brzezinski (1997, p. 57):

Seria impossível ocorrerem momentos de concomitância, se as disciplinas de didática e prática de ensino eram acrescentadas ao bacharelado para formar o licenciado na etapa final do curso de pedagogia. Então por um “passe de mágica”, [...] o bacharel se transformava em professor licenciado.

Além da dicotomia entre o bacharel e o licenciado, a nova organização curricular provocou a separação entre conteúdo e método. Tulio (2015, p. 27) diz:

[...] a primeira reforma do curso de Pedagogia tentou romper com esquema 3+1 e superar a dicotomia entre o bacharel e o licenciado, mas, como pode ser constatado, na prática, permaneceu a concepção fragmentada na formação do pedagogo.

O Parecer contribuiu para manter o caráter generalista do curso e a identidade do profissional a ser formado não foi definida nem a sua destinação profissional.

2.3.2 Identidade Projetada (1973 – 1978)

Esse período é caracterizado por um conjunto de indicações feitas pelo então conselheiro Valnir Chagas, que foram encaminhadas ao CFE com o objetivo de reestruturar os cursos de formação do magistério no Brasil. Silva (1999, p. 58) apresenta a justificativa para dessa reestruturação:

Do conjunto de documentos legais então elaborados, a indicação CFE n.22/73 é a que justifica a iniciativa e traça as normas gerais a serem seguidas em todos os cursos de licenciatura. Das três ondas de licenciatura previstas por ela, a referente às áreas pedagógicas é a que diz respeito ao que possa ser de interesse para os propósitos deste estudo. É a indicação CFE n.67/75 que prescreve a orientação básica a ser seguida nessas áreas, as quais deveriam ter se consubstanciado em quatro outras indicações: a indicação CFE n.68/75, que redefine a formação pedagógica das licenciaturas; a indicação CFE n.70/76, que regulamenta o preparo de especialistas e professores de educação; a indicação CFE n.71/76, que regulamenta a formação superior de professores para educação especial; a indicação prevista, mas não encaminhada, que deveria regulamentar a formação, em nível superior, do professor dos anos iniciais da escolarização, compreendendo aí também a pré-escola.

Esse período foi marcado por essas indicações do Conselheiro Valmir Chagas a favor da redefinição do campo das licenciaturas, a fim de que no futuro o curso de Pedagogia fosse extinto para, então, formar professor especialista somente em pós-graduação, e isso vai se concretizar na Indicação n. 70/76 que “[...] define o pedagogo como um dos especialistas em Educação” (SILVA, 1999, p. 72).

Para Brzeznski (1997), entre os anos de 1973 a 1976, diversas indicações foram encaminhadas ao CFE definindo normas, princípios, diretrizes e procedimentos para nortear a formação do profissional da educação no Brasil. Segundo Pietrobon et al (2005, p. 15), algumas indicações foram enviadas ao CFE como:

[...] a n. 68/75, que redefine a formação pedagógica das licenciaturas; a indicação CFE n. 70/76, que regulamenta o preparo de especialistas e professores de educação; a indicação CFE n. 71/76, que regulamenta a formação superior de professores de educação especial. A formação de especialistas passa a ser feita, então, como habilitação acrescida aos cursos de licenciatura.

Essas indicações fizeram a redefinição da formação pedagógica de todos os cursos de Licenciatura; regulamentaram o preparo dos especialistas em Educação; e determinaram a formação de professores para a Educação Especial, ou de excepcionais. Segundo Silva (199 p. 54):

Estas indicações objetivavam a reestruturação dos cursos superiores para formação do magistério brasileiro (cursos de licenciatura). Contudo, apesar de algumas terem sido aprovadas pelo próprio CFE, incluindo suas homologações pelo Ministério da Educação, estas foram sustadas e reencaminhadas ao conselho. O cerne da questão era a formação do professor especialista, que foi deslocada para o futuro.

Logo, os estudos de formação do pedagogo passariam para a pós-graduação e qualquer licenciado poderia exercer as funções de especialista. Apesar de ter sido homologada pelo Ministério da Educação, tal indicação foi posteriormente revogada devido ao movimento de educadores, que após alguns anos, se transformou na Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Durante toda a década de 1970, desencadeiam-se grandes movimentos de ordem social, mobilizados pelos estudantes e educadores, desencadeando em reflexões e elaboração de propostas para a reformulação dos cursos de pedagogia e das licenciaturas em geral.

2.3.3 A Identidade em Discussão (1979 – 1998)

Historicamente, o curso de Pedagogia tem sido marcado por uma sucessão de indefinições e críticas sobre a identidade do pedagogo. A identidade desse profissional era o foco das discussões, assumindo que esse era o ponto mais problemático e confuso do curso. Logo vieram as grandes mobilizações, porém estas tinham várias finalidades, conforme diz Gonçalves (2011, p. 23):

[...] anistia política (1979), eleição direta para governador (1982), possibilidade de eleições diretas para presidente (1984), acontecimentos que sem dúvida aumentaram o desejo de participação dos educadores em eventos para debater, pensar e repensar a educação e a formação dos educadores.

As grandes mobilizações e eventos debruçavam-se sobre o curso de pedagogia e também sobre as demais licenciaturas. Scheibe e Aguiar (1999, p. 226) listam os seguintes: “[...] I Congresso Mineiro de Educação, I Encontro de Professores de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro, Fórum de Educação do Estado de São Paulo”. Sousa Silva (2012, p. 55) destaca o valor das mobilizações nesse período dizendo:

[...] o destaque, a despeito das mobilizações desencadeadas, foi o documento elaborado pela coordenação do Comitê Pró-participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura (São Paulo) no ano de 1981, pois tal documento apresentou os fundamentos que guariam os trabalhos futuros neste campo.

A partir de então, as mobilizações acionadas pelos estudantes e educadores desencadearam uma gama de reflexões e elaboração de propostas para a reformulação dos cursos de pedagogia e das licenciaturas em geral.

De acordo com Silva (1999, p. 64), “[...] a documentação daí resultante constitui importante fonte de referência a respeito da questão da identidade do pedagogo e do curso de pedagogia”. Em 1990, a questão da identidade do Curso de Pedagogia deixa de ser o centro do movimento. Na época, era liderado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação — ANFOPE, pois se considerava que as divergências já estariam superadas.

O foco muda dos temas específicos do Curso de Pedagogia para aqueles referentes à formação de educadores/as em geral: a base comum nacional.

Em 1996, a LDBN n.9.394, introduz indicadores para a formação de educadores/as para a educação básica e o Curso de Pedagogia, assim como retoma a discussão da identidade com novas questões, dentre as quais a de que

o Curso Normal Superior apresenta especulações sobre o que tinha como função básica: a formação docente.

2.3.4 A Identidade Outorgada (1999...)

A década de 1990 foi marcada por mudanças políticas, econômicas e sociais. Foi um período de forte influência da globalização com redefinição sobre o papel do Estado. Na Educação, Segundo Freitas (1999, p. 19), “[...] a aprovação da LDB n. 9694, em dezembro de 1996, representou o marco da institucionalização de políticas educacionais que já vinham sendo gestadas e implantadas pelo MEC”. A LDB n. 9.394/96 trouxe à tona a discussão da identidade do Pedagogo, quando diz que a função do curso é a de formação de profissionais para a Educação Básica conforme exarado no texto abaixo:

[...] Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da Instituição de Ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 96, p.33)

Em 6 de dezembro de 1999 foi publicado o Decreto Presidencial n. 3.276, que trata da formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, cuja formação passava a ser *exclusivamente* nos cursos normais superiores. A comunidade acadêmica se organiza para resistir o tal decreto.

Segundo Massias (2007, p. 35):

[...] ocorreu a mobilização de várias entidades que se organizaram e criaram o Fórum em Defesa da Formação de Professores. O Fórum, inicialmente, foi composto por 11 entidades, a saber: ANDES/SN, ANFOPE, ANPED, ANPAE, ABT, CEDES, Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileira, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum Paulista de Pedagogia e Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

As manifestações fizeram com que o governo brasileiro não encontrasse outra saída, senão fazer outro decreto para reparar o anterior. Em agosto de 2000, vem, então, o Decreto Lei n. 3.554, que substitui o “exclusivamente” por “preferencialmente”:

§ 2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, ***preferencialmente***, em cursos normais superiores." (Brasil, 2000, p.1, grifo nosso)

Durante esse período de discussão, enquanto as diretrizes para o curso de Pedagogia ainda não tinham sido aprovadas, o CNE instituiu o Parecer CNE/CES n. 133/01 e as Resoluções CNE/CP n. 1 e n. 2/02 para a formação de professores para a Educação Básica. Para Pinho (2009, p. 21), “[...] a aprovação dessas duas resoluções provocou muitos debates, principalmente por parte das entidades acadêmicas, pois o curso de Pedagogia ainda não contava com suas próprias diretrizes”. Nesse período se intensificaram os debates em torno da discussão e elaboração das Diretrizes Curriculares da Pedagogia.

Segundo Pinho (2009, p. 22):

[...] as novas DCNP demarcaram uma nova identidade para a Pedagogia e instituíram um novo delineamento na formação do pedagogo: o curso foi definido como licenciatura e passou a ter a docência como base de formação e de sua identidade.

Ao contrário das demais licenciaturas, cujas Diretrizes Curriculares Nacionais foram implantadas a partir da Resolução CNE/CP n. 1/2002, o curso de Pedagogia, apenas em maio de 2006, passou a ter suas próprias Diretrizes Curriculares Nacionais.

2.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL - DCN PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

Após a LDBN n. 9.394, de 20/12/1996, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação. O curso de Pedagogia não foi contemplado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Somente em maio de 2006 o CNE, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais — DCNs, para o Curso de Graduação em Pedagogia, instituídas pelos Pareceres do CNE/CP n. 05/2005 e 06/2006 e a Resolução n. 1 do CNE/CP de 15 de maio de 2006 que definem os princípios norteadores para organização e funcionamento do curso, os quais devem ser legitimados pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior.

2.4.1 O parecer do CNE/CP n. 05/2005

O Parecer CNE/CP nº 05/2005 foi a primeira versão oficial homologada sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. O Parecer foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de

Educação em 13 de dezembro. As DCNs de Pedagogia, se apresenta como uma solução, mesmo que provisória, para uma controvérsia que vinha se arrastando nos últimos 25 anos, sem perspectiva de negociação e muito menos de consenso.

Ele antecede a terceira proposta de Resolução divulgada pelo CNE e está estruturado do seguinte modo: Introdução; Breve Histórico do Curso de Pedagogia; Finalidade do Curso de Pedagogia; Princípios; Objetivo do Curso de Pedagogia; Perfil do Licenciado em Pedagogia; Organização do Curso de Pedagogia; Duração do Curso de Pedagogia; Implantação das Diretrizes e Conclusão. E apresenta uma descrição do processo histórico que configurou o curso de Pedagogia como instância educacional que forma pedagogos essencialmente para o exercício do magistério, apontando como base para a identidade desses profissionais da educação a docência.

Apesar de esse parecer ter sido divulgado em 13 de dezembro de 2005, nove meses depois do início de todo o processo de tentativa de definição das diretrizes para o curso de Pedagogia, ainda identificamos interesses políticos divergentes que fazem da formação do pedagogo um transtorno que pronuncia a “redução” do curso. O objetivo era:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2005, p. 7).

O principal agravante do Parecer CNE/CP nº 05/2005 é o artigo 14, que admite a formação do pedagogo somente em pós-graduação, deixando para a graduação em pedagogia a formação do professor. Esse artigo está em contradição com o artigo 64 da LDB nº 9.394/96 que abre possibilidade para a formação do pedagogo também em pós-graduação, e não exclusivamente. As manifestações da comunidade acadêmica provocaram alterações que resultaram no Parecer CNE/CP nº 03/2006.

2.4.2 O Parecer do CNE/CP n. 03/2006

O Parecer CNE/CP n. 03, de 21 de fevereiro de 2006, reexamina, pois, o Parecer CNE/CP n. 05/2005. Essa revisão, efetuada pela Comissão Bicameral

de Formação de Professores, levou em consideração, segundo as relatoras Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, as manifestações da comunidade educacional quanto à urgência na homologação e publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia. Para Rangel (2011, p. 102):

[...] a longa tramitação no CNE de tais DCNs, somada à participação de entidades representativas do setor educacional, pessoas e instituições de Educação Superior; o consenso alcançado no processo de estabelecimento de uma proposta curricular, cerceada de apoio amplo e expectativa de obtenção de força normativa; e, sobretudo, a preocupação de contemplar o disposto no Art. 64 da LDB 96.

As muitas manifestações de preocupação foram demonstradas pela sociedade e a Comissão Bicameral, após analisá-lo minuciosamente por conta de todo esse contexto, que resolveu retificar o art. 14 do mesmo, para melhor contemplar o disposto no art. 64 da Lei n. 9.394/1996. Nesse sentido o Parecer CNE/CP n. 03/2006, propõe emenda retificativa ao art. 14 do Projeto de Resolução anexo ao Parecer CNE/CP n. 05/2005, indicando que:

Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia nos termos do Parecer CNE/CP n. 5/2005 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei n. 9.394/96.

§ 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados.

§ 2º Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do Parágrafo único do art. 67 da Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 2006a)

Deste modo, essa redação assevera que as funções de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, previstas no art. 64 da LDBEN n. 96, são parte integrante (não privativa) da Licenciatura em Pedagogia. Segundo Soares e Bettge (2008, p. 17):

O Parecer CNE/CP n° 05/2005 exclui a formação do pedagogo na graduação, deixando a formação para o nível de pós-graduação, a Resolução CNE/CP n° 01/2006 que é idêntica ao Parecer 03/2006, depois de pressão da comunidade acadêmica, retoma a questão da formação do pedagogo no Art. 14. Porém a Resolução CNE/CP n° 01/2006 exclui gradativamente o pedagogo, pois o pedagogo pode ser formado no curso de pedagogia, mas também em cursos de pós-graduação. É um retrocesso histórico, legitimado pela lei, pois o curso de Pedagogia desde sua criação luta pela sobrevivência da profissão do pedagogo como intelectual da educação

Foi somente em fevereiro do ano seguinte, após a adaptação legal ao artigo 64 da LDB n. 9.394/96, as DCN dispostas no Parecer CNE/CP n. 5/2005 foram homologadas pelo Ministério da Educação no Parecer CNE/CP n. 3/2006,

aguardando para ser publicada no Diário Oficial da União (o que só ocorreu em 16 de maio de 2006).

Este documento refere-se à organização do Curso de Pedagogia, com uma nova configuração de formação docente em consequência de uma compreensão de educação que acredita estar na docência a base para qualquer fazer pedagógico.

O Parecer CNE/CP n. 3/2006 esclarece de forma mais definitiva as dúvidas sobre a eventual observância do disposto no art. 64 da Lei n. 9.394/1996, ao enfatizar, de um lado, que a licenciatura em pedagogia realiza a formação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, em organizações (escolas e órgãos dos sistemas de ensino) da educação básica e, de outro lado, estabelece as condições em que a formação pós-graduada para tal deve ser efetivada

2.4.3 O Parecer do CNE/CP n. 01/2006

Em 16 de maio de 2006, na Seção 1, página 11 do Diário Oficial da União, publicou-se em Brasília a Resolução n. 1/2006 do Conselho Nacional de Educação, contando com o Conselho Pleno, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

Segundo o Ministério da Educação, as diretrizes curriculares devem oferecer princípios, objetivos e metas aos institutos de educação superior visando a dar maior liberdade na formatação da grade curricular do curso que oferecerem, cuidando para que haja uma base de conhecimentos e habilidades específicas da área do saber em questão e comuns a todos os cursos daquela área, os quais poderão ser trabalhados da maneira que for mais conveniente para a instituição que as implanta. Diz o art. 2º da referida resolução:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 1).

Percebe-se, de forma explícita, a ampla possibilidade de formação e atuação do profissional da educação, assim como a necessidade de uma sólida

formação em gestão da educação, comprometida com os princípios constitucionais, sem o que não teria razão de ser. A Resolução CNE/CP nº 01/2006 traz a formação de professor no foco, deixando a formação do pedagogo em segundo plano. A ênfase curricular é direcionada aos conhecimentos da prática. Segundo Soares e Bertega (2008, p. 18):

Ao enfatizar a docência para crianças de 0 a 10 anos como eixo central do curso de pedagogia, deixa-se de lado a formação de professores intelectuais que atuarão com consciência e criticidade na educação básica, na elaboração de políticas públicas; deixa-se de lado também a formação dos pedagogos que atuarão como organizadores do trabalho pedagógicos nas escolas e em instituições não escolares, que atuarão como professores universitários e pesquisadores. O campo da pedagogia é amplo e reduzi-lo, como fez a Resolução CNE/CP nº 01/2006, é no mínimo um equívoco.

Da elaboração a efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso é marcado por muita discussão acadêmica e por outro lado documentos oficiais que outorgam de cima para baixo a identidade do curso.

Da elaboração a efetivação das DCNs, o curso é marcado por muita discussão acadêmica e, por outro lado, documentos oficiais que outorgam de cima para baixo a identidade do curso.

Quanto à organização do Curso de Pedagogia, temos quatro artigos que caracterizam perfeitamente, em nosso entendimento, a organização do Curso de Pedagogia pensada pelo parecer do CNE/CP n. 01/2006.

Art. 2º - O Curso de Pedagogia destina-se precipuamente à formação de docentes para a educação básica, habilitando para:

a - Licenciatura em Pedagogia – Magistério da Educação Infantil;
b - Licenciatura em Pedagogia – Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

[...]

Art. 4º - A duração do Curso de Pedagogia será a seguinte:

I – para uma habilitação, no mínimo 2800 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo pelo menos 2500 horas de atividades acadêmicas gerais e pelo menos 300 horas de Estágio Supervisionado em Educação Infantil ou em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

II – no caso de segunda habilitação deverão ser acrescidas pelo menos 800 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo pelo menos 500 horas de atividades acadêmicas gerais e pelo menos 300 horas de Estágio Supervisionado na etapa correspondente à segunda habilitação.

[...]

Art. 8º - A formação de **especialistas** nas áreas de previstas no art. 64 da Lei n. 9394, de 1996, e outras que sejam sugeridas pela realidade social e educacional, será feita exclusivamente para licenciados, conforme exigências do art. 67 da mesma Lei, em cursos especialmente definidos para este fim.

[...]

Art.11 – As instituições de Educação Superior com curso Normal superior autorizado ou reconhecido poderão transformá-lo em Curso de Pedagogia.

De acordo com o parecer do CNE/CP n. 01/2006, aprovada pelo CNE e homologada pelo Ministro da Educação, o Curso de Pedagogia é exclusivamente uma Licenciatura com a formação em docência na Educação Infantil; anos iniciais do Ensino Fundamental; disciplinas pedagógicas do Curso Normal, em nível médio; disciplinas pedagógicas da Educação Profissional, área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais os conhecimentos pedagógicos sejam previstos, além de gestão e produção de conhecimento.

Enfim, acreditamos que a formação do pedagogo deve ser redimensionada, pois tomá-la somente como licenciatura é fechar os olhos para uma sociedade que já reconhece e assume esse profissional como o cientista da educação e não mais como um professor preso ao espaço escolar.

2.5 O PEDAGOGO PARA AS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES

Por muitos séculos, o problema educativo foi objeto de estudos e pesquisas. Eram os filósofos que estudavam os problemas educativos. Para Luzuriaga (1981, p. 3). “[...] A história da educação e da pedagogia só começa com a reflexão filosófica, isto é, com o pensamento helênico, principalmente de Sócrates e Platão”. A filosofia ocupou-se nas suas origens com a educação, por querer responder a todas as grandes questões que perturbavam e afligiam o homem Fonseca (1997, p. 1, grifo do autor), dissertando sobre a ciência das primeiras causas, diz:

[...] para os gregos, ciência, - *episteme* - era conhecimento verdadeiro, universal, necessário. Conhecimento fundamentado e, por isso também, fundamental. *Episteme* era só a Filosofia, única ciência que buscava os fundamentos (e nisso residia a sua cientificidade) - autêntica arqueologia no sentido etimológico da palavra - pois a filosofia era "ciência das primeiras causas e primeiros princípios.

O progresso da ciência e a sistematização do pensamento científico propiciou surgimento de novos conhecimentos, e, que é confirmado por Camargo (2004, p. 8):

[...] é nesse novo cenário renascentista que surgem as denominadas ciências humanas e que vão ser sistematizadas à partir do século XIX. Como consequência tem-se a alteração na visão de homem e de mundo trazidas por essas novas ideias.

Foi a partir da sistematização do pensamento científico, que se iniciou a grande discussão epistemológica sobre a cientificidade das ciências humanas. É

nesse grande palco de discussões, que entra a Pedagogia. Segundo Franco (2005, p. 33), “[...] a pedagogia científica baseia-se numa doutrina filosófica que é a psicologia do mecanismo das representações [...]”. Logo, a Pedagogia vai se organizando conforme as necessidades do tempo histórico atual, buscando transcender o acúmulo de saberes normativos e prescritivos herdados da tradição de tecnologia instrucional.

Historicamente em nosso país, a Pedagogia tem passado por caminhos e descaminho até chegar à forma escrita nos pareceres CNE/CP n. 05/2005; CNE/CP n. 03/2006; CNE/CP n. 01/2006; Segundo Perozzi (2014, p. 37):

Na Resolução CNE/CP 1/2006 é apresentado, em parágrafo único, que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando, entre outros itens, o item IV, que aborda o “trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

O pedagogo, como já abordado, para poder atuar nas organizações não escolares, precisa ser um profissional capaz de atuar em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas às organizações (governamentais e não governamentais), visando sempre à formação humana.

2.5.1 O perfil do pedagogo para as organizações não escolares

O Curso de Pedagogia no Brasil tem passado por mudanças legais para definir o espaço de atuação e das funções a serem desempenhadas pelo pedagogo. Segundo Libâneo (2004, p. 127):

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações.

A Resolução CNE/CP n.1/2006, do Conselho Nacional da Educação, instituiu as DCNs para o Curso de Graduação em Pedagogia, que na visão de Pirozzi (2014, p. 36), “[...] retrata o perfil do pedagogo disposto a trabalhar com educação em espaços escolares e também não escolares”. Sendo assim, o

pedagogo necessita de uma formação que contemple diversas possibilidades, não somente a escola como única forma de educação possível.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP n. 01/2006, para o curso de Pedagogia, pontuam as áreas que compõem o campo de atuação do pedagogo:

- a) Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, credenciando, também, ao exercício profissional na educação especial, na educação de jovens e adultos, na educação no/do campo, na educação indígena, na educação em remanescentes de quilombos ou em organizações não-escolares públicas ou privadas, e outras áreas emergentes no campo sócio educacional;
- b) Gestão Educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à supervisão, à inspeção, à orientação educacional e à avaliação **em contextos escolares e não-escolares e nos sistemas de** ensino e ao estudo e participação na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas na área de educação;
- c) Produção e difusão do conhecimento do campo educacional. (BRASIL, 2006).

As Diretrizes, têm a finalidade de fornecer aos pedagogos uma visão global do processo educacional, aliando a prática docente ao conhecimento básico das demais habilitações. Para Libâneo (2004, p. 120):

[...] a docência é apenas uma das múltiplas especializações profissionais do pedagogo, e a formação do pedagogo e do professor deve ser diferenciada, pois a formação para a docência não contempla as demais especificidades do trabalho pedagógico.

O perfil do pedagogo para os dias atuais tem sido a preocupação constante de educadores comprometidos com o trabalho pedagógico. Segundo Pimenta; Libâneo, (1998, p. 12), que têm debatido sobre “[...] a temática do papel do pedagogo e da pedagogia”, acentuam que o perfil profissional do pedagogo que a sociedade brasileira necessita é algo que se define ao longo dos processos dialógicos entre a práxis e a reflexão. Para Nascimento (2010, p. 63):

O fazer pedagógico no espaço não escolar está diretamente relacionado às atividades que envolvem trabalho em equipe, planejamento, formação pessoal, orientação, coordenação, sendo que o objetivo principal desse fazer está direcionado às transformações dos sujeitos envolvidos na prática pedagógica.

O pedagogo precisa ser um profissional inovador e criativo na sua atuação, capaz de analisar, compreender e lidar com as mudanças da vida social e suas implicações, no sistema educacional, na escola e no seu âmbito. Segundo Fireman (2000, p. 61-62):

O pedagogo, para trabalhar no âmbito não-formal, deve ainda ser capaz de articular com valores humanos, com os sistemas de comunicação, com as relações interpessoais, com currículos, práticas pedagógicas, avaliação e planejamento em contextos diversos. Deverá estar capacitado para trabalhar com as mudanças tecnológicas e de mercado econômico, bem como com a gestão do conhecimento.

O pedagogo, para adentrar aos novos espaços de atuação, necessita de um amplo conhecimento de mundo, tendo a necessidade de uma constante atualização. Para Pimenta; Libâneo (2002, p. 33), os campos de atuação do pedagogo são: “[...] as escolas e os sistemas escolares; os movimentos sociais; as diversas mídias, incluindo o campo editorial; as áreas da saúde; as empresas; os sindicatos e outros que se fizerem necessários”.

Acreditamos ser fundamental manter a formação do pedagogo voltada para a atuação em diferentes contextos.

2.5.2 As Organizações não Escolares

Os últimos séculos têm trazido grandes desafios para a Educação, exigindo mudanças diante de um panorama tão diversificado da sociedade hodierna.

Diante deste cenário, o conceito de Educação amplia-se, configurando assim um novo campo de atuação fora dos muros das escolas. Esse novo campo abrange a sociedade civil, organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos ou processos educacionais articulados com a escola e a comunidade.

Ao questionar a atuação do pedagogo na esfera extraescolar, devemos verificar o que diz as DCNs - Pedagogia (BRASIL, 2006), como exigência direcionada a esse profissional e que passarão a exigir dele novas aptidões, habilidades e responsabilidades para o processo educativo.

Art. 5º - O egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a:
IV - Trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do **processo educativo** (Brasil, 2005)

O processo educativo se baseia em ambientes diferentes, isto é, nos formais, informal e não formal. A educação formal compreende a instituição escolar, na qual há objetivos educativos explícitos, normatizados e sistematizados, principalmente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDBEN), n. 9.394/96. Gohn (2010, p. 18), fundamenta isso dizendo que a educação formal exige “[...] ambientes normatizados, legislações e padrões comportamentais definidos previamente”. Para Libâneo (2004, p. 31), “[...] a educação formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática”. Dentro dos níveis da educação formal destaca-se a básica e a Superior.

A Educação informal não é institucionalizada e não leva em conta o âmbito de aplicação dos currículos de educação existentes.

Segundo Libâneo (2004, p. 31):

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

Para Gohn (2010, p. 16), a educação informal é “[...] gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.). A educação informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados”. Aquino (2011, p. 62), diz que “[...] a educação informal ocorre no momento em que compartilhamos experiências em espaços e contextos de relações coletivas, formando uma cultura de pertencimentos aos grupos”. No âmbito da educação informal o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação.

A educação não formal é um termo que ainda não tem uma definição consensual por parte dos pesquisadores. Pinto (2005, p. 4), diz que: “[...] a educação não-formal é acima de tudo um processo de aprendizagem social, centrado no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste”.

A educação não formal, também, é chamada de ação coletiva do terceiro setor da sociedade, que segundo Gohn (2010, p. 33), é:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e de produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

A educação não formal apresenta formatos diferenciados em termos de tempo e localização, número e tipo de participantes. É, aliás, neste sentido que a educação não formal se distingue mais fortemente da educação informal. O pedagogo, ao desenvolver o seu contexto de sua atuação, aceita que existem competências específicas para a sua profissão, que extrapolam o âmbito escolar.

Quando se refere à educação não-escolar, deve-se ter um olhar atento e bastante crítico, pois não é somente o sistema de ensino formal que apresenta imperfeições. O não escolar pode também, como o formal, não contribuir com uma formação emancipatória, servindo apenas como assistencialista e não transformadora.

2.5.3 O Pedagogo atuando no ambiente não escolar

Na sociedade hodierna a escola já não é mais a única, nem mesmo a mais legítima fonte de formação e de informação existente. O novo conceito de espaços de aprendizagem tem se ampliado e ultrapassado os limites das instituições formais — a escola. O contexto atual tem mostrado o surgimento de novas necessidades de atuação para o pedagogo, nos espaços não escolares.

Diante disso, destacamos nesta pesquisa alguns dos locais que julgamos relevantes para a atuação desse profissional.

a) O Pedagogo na Empresa

Após a promulgação da LDBN 9.394/96, houve a necessidade de regulamentação das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior. Em de 15 de maio de 2006, foi homologado pelo Ministério da Educação a Resolução CNE/CP 1/2006 definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCN). No artigo 2º diz:

As Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimento pedagógicos. (Brasil, 2006 p.1 grifo nosso)

O termo “outras áreas” envolvem os espaços não-escolares destinados ao desenvolvimento da aprendizagem de pessoas que se encontram em diferentes fases evolutivas e em vários níveis e tipos de processos formativos.

Para exemplificar algumas destas “outras áreas” ou destes espaços não escolares. Libâneo (2004, p. 153;176) diz que:

[...] há práticas pedagógicas nos jornais, nas rádios, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos, revistas; na criação e elaboração de jogos, brinquedos; nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários, formação profissional em serviço. As empresas reconhecem a necessidade de formação geral como requisito para enfrentamento da intelectualização do processo produtivo; [...] há profissionais que exercem sistematicamente atividades pedagógicas e os que ocupam parte de seu tempo nessas atividades: formadores, animadores, instrutores, organizadores, técnicos consultores, orientadores.

O pedagogo, como já abordado, pode atuar em espaços não escolares, assim, torna-se relevante ressaltar alguns dos locais que esse profissional poderia atuar: museus, Organizações Não Governamentais - ONGs, hospitais, circos, empresas, editoras, presídios e instituições correcionais, sindicatos, em emissoras de TV e rádio, com foco na difusão cultural, entre outros.

Diante do exposto, ressaltamos que no termo “outras áreas” de conhecimento referendadas pela Resolução de Pedagogia CNE/ Conselho Pleno — CP n. 1, de 15 de maio de 2006, podemos incluir a Pedagogia Empresarial. Para Ribeiro (2010, p. 9):

A Pedagogia na Empresa caracteriza-se como uma das possibilidades de formação/atuação do pedagogo bastante recente, especialmente no contexto brasileiro. Tem seu surgimento vinculado à ideia da necessidade de formação e/ou preparação dos Recursos Humanos nas empresas.

Cada vez mais, as empresas descobrem a importância da educação no trabalho e começam a desvendar a influência da ação educativa do pedagogo na empresa. Dessa maneira, a pedagogia conta com o Pedagogo Empresarial dentro da empresa, visando, além de melhorar a qualidade de prestação de serviços, melhorar também a vida pessoal do indivíduo.

Para Abrantes (2009, p. 95):

A Pedagogia Empresarial pode ser definida como relacionada à aprendizagem das empresas e de seus funcionários ou, como é conhecida atualmente, capital intelectual. A proposta da Pedagogia Empresarial é ajudar as empresas a “aprender a aprender”, isto dentro do contexto da educação continuada, ou seja, para um mundo em constante mudança. O saber de hoje, com certeza, estará ultrapassado em pouco tempo. O sucesso de uma empresa hoje não lhe garante o futuro. Todos, empresa e funcionários, precisam aprender a aprender.

O “aprender a aprender” é entendido como um processo contínuo, que pressupõe ao indivíduo autonomia e motivação para aprender. Segundo a Comissão Europeia para a Aprendizagem (2006, p. 13):

[...] é uma combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes adequadas ao contexto [...] necessárias a todas as pessoas para a realização e o desenvolvimento pessoais, para exercerem uma cidadania ativa, para a inclusão social e para o emprego.

A aprendizagem ao longo da vida precisa ser compreendida segundo Dewey, apud. Ferreira, (2007, p. 67). “[...] é a contínua reconstrução da experiência”. Corroboram Nisbet; Shucksmith (1990, p. 22), quando diz que “[...] las secuencias integradas de procedimientos o actividades que se eligen con el propósito de facilitar la adquisición, el almacenaje y/o la utilización de información o conocimiento”. A Pedagogia Empresarial mostra-se como um novo campo de atuação dentro das empresas, englobando várias funções. Araújo (2011, p. 2) diz que:

[...] a pedagogia empresarial implanta programa de qualificação e requalificação profissional, produz e difunde o conhecimento, estrutura o setor de treinamento, desenvolve e adequa metodologias de informação e da comunicação às práticas de treinamento.

A preocupação com o desenvolvimento da formação dos recursos humanos nas empresas nem sempre foi estendida como êxito empresarial, mas surgiu como uma demanda interna e externa por melhor desempenho e formação profissional, recebendo incentivos governamentais, como o disposto na Lei n. 6.297/75 (BRASIL, 1975, p. 1). Especialmente em seus arts. 1º e 2º, que dispõem:

As pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas, no período-base, em projetos de formação profissional, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. [...]

Art. 2º, Considera-se formação profissional, para os efeitos desta Lei, as atividades realizadas em território nacional, pelas pessoas jurídicas beneficiárias da dedução estabelecida no Art. 1º que objetivam a preparação imediata para o trabalho de indivíduos, menores ou maiores, através da aprendizagem metódica, da qualificação profissional e do aperfeiçoamento e especialização técnica, em todos os níveis (BRASIL, 1975).

A Lei supracitada deu espaço ao pedagogo nas empresas, onde um dos propósitos da Pedagogia na Empresa é a de qualificar todo o pessoal da organização nas áreas administrativas, operacional, gerencial, elevando a qualidade e produtividade organizacionais. De acordo com Ribeiro (2010, p. 9):

As atividades do pedagogo empresarial relacionam-se a quatro áreas/campos à saber: atividades pedagógicas, sociais, burocráticas e administrativas. Essas atividades permitem a atuação do mesmo em empresas e escolas em função de natureza técnica pedagógica e

administrativa; propor e coordenar atualização de profissionais em Empresas e Órgãos ligados à área educacional; coordenar serviços no campo das relações interpessoais; planejar, controlar e avaliar o desempenho profissional de seus subordinados; assessorar empresas e o entendimento de assuntos pedagógicos pessoais. Um dos propósitos da Pedagogia na Empresa é a de qualificar todo o pessoal da organização nas áreas administrativas, operacional, gerencial, elevando qualidade e produtividade organizacionais.

Quando se trata de ambiente empresarial, a primeira tarefa do pedagogo é fazer com que o líder/empresário perceba claramente que o seu ideal de vida, suas aspirações e objetivos pessoais correspondem a uma questão ética e social na empresa. Na Empresa a tarefa do pedagogo é crucial, ele colabora não só nos processos de serviço, como também na avaliação permanente, permitindo diagnosticar as novas necessidades do grupo.

Dessa forma, o profissional da educação deverá atuar na área de Recursos Humanos direcionando seus conhecimentos para os colaboradores da Empresa com o objetivo de:

- a) melhoria de resultados coletivos;
- b) desenvolver projetos educacionais;
- c) selecionar e planeja cursos de aperfeiçoamento e formação;
- d) representar a empresa em negociações, convenções, simpósios;
- e) realizar palestras, aporta novas tecnologias;
- f) pesquisar sobre a utilização e a implantação de novos processos;
- g) avaliar o desempenho e o desenvolvimento de projetos para o treinamento dos funcionários.

A pedagogia na empresa surge como uma novidade no campo empresarial, antes apenas presente no âmbito educacional. As empresa agora buscam o pedagogo para uma melhor formação de seus colaboradores.

b) A Universidade Corporativa

O pedagogo empresarial, além de possuir muitas habilidades, deverá desenvolver as competências das pessoas com as quais está trabalhando. É neste contexto da empresa que o Pedagogo irá deparar-se com a **Universidade Corporativa**, até então gerenciados por Administradores de Empresa.

A Universidade Corporativa é uma organização que tem como finalidade desenvolver, armazenar e transmitir o conhecimento necessário ao sucesso

permanente da Empresa. A primeira Universidade Corporativa que se tem conhecimento foi fundada em 1955 pela General Eletric.

Segundo Ricardo (2007, p. 14), a origem da Universidade Corporativa é ainda mais antiga:

[...] remota 1920 quando a General Motors incorporou uma escola noturna para a indústria automobilística. O General Motors Institute (GMI) durante 56 anos ajudou a transformar a GM na maior montadora do planeta. Em 1982 o GMI se transformou em uma escola independente e, em 1997, passou a ser conhecido como Kettering University.

Nessa época o conceito de treinamento que se tinha baseava-se na concepção de "treinar" os operários a "serem executores", ou seja, apenas a usar as novas tecnologias necessárias para o desempenho de suas atividades, a partir do ensinamento de fórmulas e manuais.

No Brasil, a adoção desse conceito deu-se na década de 1990, pressionado com a necessidade de investir em qualificação como elemento-chave para o desenvolvimento do diferencial competitivo. Uma das primeiras Universidades Corporativas foi fundada em 1992, pelo Grupo Accor, através do consultor Hugo Nisebaum, proprietário da empresa HN Educação e Performance.

Segundo Ebolo (2004, p. 15):

[...] existem aproximadamente 80 Universidades Corporativas no Brasil, e entre elas; empresas do setor financeiro, de telecomunicações, de serviços, de associações de classe, de empresas aéreas, automobilísticas, dentre outras.

Hoje, na realidade brasileira, as iniciativas são significativas, mas ainda precisam ser consolidadas. De acordo com Ricardo (2007, p. 8):

[...] o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial e Diretoria de Articulação Tecnológica, está desde 2003 investindo em desenvolvimento da educação corporativa.

A universidade corporativa se diferencia de um simples treinamento interno por possuir múltiplas escolhas em cursos e em programas para funcionários e colaboradores, dentre eles: *workshops*, programas de imersão, palestras, cursos em várias modalidades, projetos sociais, entre outros.

Acredita-se que, por meio dessas ações educacionais oferecidas através da Universidade Corporativa, seja possível desenvolver competências e habilidades necessárias para o exercício da atividade de um trabalhador, focalizando principalmente no profissionalismo e em resultados.

A pressão do mercado, em busca de qualificação e aperfeiçoamento, exige cada vez mais tempo e dedicação, ou seja, prioriza-se o tempo dedicado para o trabalho deixando de lado, cada vez mais, o tempo destinado ao lazer, antes valorizado pelas antigas formas de organizações sociais produtivas. Isso acontece tanto nas relações sociais produtivas como na escola, pois cada vez mais cedo as crianças estão dedicando seu tempo para atividades voltadas para o desenvolvimento individual produtivo, deixando de lado o lazer.

Segundo Lombardi, Saviani e Sanfelices (2002, p. 108):

[...] a educação não se ajuste simplesmente aos interesses empresariais; vincule o desenvolvimento da cidadania a um tipo de educação de natureza crítica; advoga que a integração entre educação geral e específica tenha como objetivo a formação não apenas do trabalhador competente, mas também do sujeito político, tendo em vista a transformação social.

Portanto, não se deve pensar em Universidade Corporativa como uma forma completa de aprendizagem, pois ela visa atender apenas às exigências de mercado, acabando por excluir uma parcela da sociedade que não se adapta a esse novo cenário de constantes mudanças em que a exigência pelo desenvolvimento de competências e qualificações torna-se cada vez maior e o conceito de empregabilidade consiste no advento do maior número de capital cultural institucionalizado.

Nas Universidades Corporativas o pedagogo avalia os cursos, os profissionais, escolhe a matriz curricular que melhor se adapte à empresa, além de assumir a direção, coordenação e administração destas unidades.

Toda formatação da Universidade Corporativa é garantida por um profissional da educação.

c) O Pedagogo no Hospital.

A Pedagogia Hospitalar surge em 1935 em Paris, quando Henri Sellier inaugurou a primeira escola para crianças inadaptadas. Embora alguns países como Alemanha e Estados Unidos tenham começado também a criar classes hospitalares, pode-se dar um marco para a instituição da Pedagogia Hospitalar: a segunda guerra mundial. Segundo Esteves (2012, p. 8), “[...] seu exemplo foi seguido na Alemanha, e em toda França, na Europa e nos Estados Unidos, com

o objetivo de suprir as dificuldades escolares de crianças tuberculosas.”. A pedagogia hospitalar, de acordo com Matos e Mugiatti (2007, p. 79), é:

[...] aquele ramo da Pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao autocuidado e à prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde.

No Brasil, o movimento da pedagogia hospitalar teve início na década de 50 no Estado do Rio de Janeiro, no Hospital e Escola Menino Jesus, o qual permanece com esse trabalho até os dias atuais.

O atendimento pedagógico oferecido no ambiente hospitalar, segundo Fontes (2004, p. 276), “[...] deve ultrapassar a experiência escolar e atingir níveis diferenciados de educação”. O pedagogo deve ser capacitado para estimular a aquisição de novas habilidades e estar qualificado para atuar no hospital, ambiente este que se difere do escolar pela instabilidade da realidade, buscando sempre se adaptar às circunstâncias de cada criança, bem como sua patologia e necessidades médicas especiais.

Para Ceccim e Fonseca (1999, p. 43), o atendimento pedagógico e educacional oferecido na classe hospitalar deve objetivar:

[...] a continuidade do ensino de conteúdos da escola de origem da criança e/ou o trabalho educativo com conteúdos programáticos próprios à cada faixa etária das crianças hospitalizadas, levando as a sanarem dificuldades de aprendizagem e/ou à oportunidade da aquisição de novos conteúdos intelectivos, além de proporcionar intervenção pedagógico-educacional não propriamente relacionada à experiência escolar, mas que vise às necessidades intelectuais e sócio interativas do desenvolvimento e da educação da criança hospitalizada.

Sendo, pois, a educação um direito de toda e qualquer criança e adolescente, inferimos que as crianças e adolescentes que estejam hospitalizadas também devem ter garantidos esse direito. Conforme Matos e Mugiatti (2007, p. 116):

A ação pedagógica, em ambientes e condições diferenciadas, como é o hospital, representa um universo de possibilidades para o desenvolvimento e ampliação da habilidade do Pedagogo/Educador”, é preciso buscar a vivência de outros lugares para aperfeiçoar o conhecimento teórico.

A educação é direito de toda criança e adolescente, mesmo os que se encontram enfermos, pois se sabe que a saúde e educação é direito de todos. A legislação da Pedagogia Hospitalar está fundamentada no seguinte documento:

- a) Decreto Lei n. 1.044/69, art. 1.º que estabelece tratamento excepcional para alunos de afecções;

- b) Constituição Federal de 1988, art. 205;
- c) A Resolução n. 41/1995 do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente – CNDCA, que institui os direitos da criança e adolescente hospitalizados;
- d) Lei n. 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente – EC;
- e) Lei n.9.394/96 – LDBN;
- f) Resolução n. 02/02 CNE/CEB - Diretrizes Nacional para Educação Especial na Educação Básica.

A educação hospitalar tem representado um papel significativo para as crianças e adolescentes, que durante muito tempo foram silenciados e excluídos em relação ao direito à educação.

O trabalho do pedagogo hospitalar é muito importante, pois atende as necessidades psicológicas, sociais e pedagógicas das crianças/adolescentes. Ele precisa ter sensibilidade, compreensão, força de vontade, criatividade, persistência e muita paciência para atingir seus objetivos.

A Pedagogia Hospitalar é um grande desafio aos cursos de Pedagogia e suas propostas curriculares, visando o preparo do pedagogo para que possa atuar adequadamente, compreendendo as necessidades específicas de cada aluno, respeitando seu ritmo, suas limitações e fragilidades.

g) O Pedagogo nos Museus.

A palavra “**museu**”⁵ tem a sua origem no latim, vem de **MUSEUM**, este vocábulo por sua vez deriva do grego **MOUSEION**, que significa “próprio das musas” e refere-se ao templo onde residem as musas — divindades da mitologia grega que inspiravam todas as formas de arte. Em Alexandria no ano 283 a.C, segundo Reis (2005, p. 11):

Ptolomeu Filodelfo no séc. III a.C. fundou o Museion de Alexandria cuja finalidade era de preservar os conhecimentos do passado a partir de suas coleções. Para Giraudy e Bouilhert (1990) funcionava como uma instituição pluridisciplinar de ensino e de pesquisa que abrigava um museu, uma biblioteca, uma universidade, bem como jardins zoológicos

⁵ Origem das palavras/etimologia de museu. Disponível em: <http://www.gramatica.net.br/>

e botânicos. Estava sobre a direção de um sacerdote e era freqüentada por filósofos. Possuía característica religiosa, os objetos deveriam ser respeitados e admirados.

O Museu foi utilizado para definir um local de estudos, possuía centros de educação e irradiação do conhecimento, era uma espécie de Universidade. Para Suano, (1986, p. 22) no museu "[...] buscava-se discutir e ensinar todo o saber existente no tempo, nos campos da religião, mitologia e medicina, cuja principal preocupação era o saber enciclopédico".

Partindo desse contexto, o museu é um espaço em que vão coexistir diferentes profissionais da educação. Para Pirozzi (2014, p. 40):

No museu, o pedagogo trabalha simultaneamente com educação e cultura. Além de informar e guiar os visitantes, pode desempenhar outras funções como agendar visitas e adaptar conteúdos às diferentes faixas etárias dos visitantes. Pode e deve ser um mediador entre a bagagem que os estudantes (visitantes) trazem e as informações/conhecimentos disponibilizados nos próprios museus.

O pedagogo, por sua vez, é um dos profissionais que pode trabalhar no museu e oferecer orientação aos visitantes. Ele poderá ir além de organizar eventos no museu, a fim de atrair mais público, divulgar a instituição e possibilitar trocas de experiências com os participantes. Nesse sentido, Silvério (2009, p. 45, grifo do autor) reforça que:

Se a formação necessária a todo movimento de mudança é tida também como auto formação, da qual a primeira não se desvincula, nossas reflexões podem vir a contribuir para a construção de uma **Pedagogia do Museu** capaz de instaurar um projeto de educação que se inicie em cada espaço específico, em cada mínima ação que envolva o acervo, o patrimônio e demais elementos constitutivos dos espaços museológicos ressaltados em todas as suas dimensões.

É nessa perspectiva e nesse contexto que entram as novas Pedagogias para a Educação não Escolar, no caso, a Pedagogia do Museu. O Pedagogo, que inicialmente realizava um trabalho determinado por um currículo estreito, hoje, com as novas demandas sociais, exerce seu papel de mediador do conhecimento.

O pedagogo não mais só atua no ambiente escolar. Ao contrário, dispõe de uma vasta área de atuação, tais como: empresas, hospitais ONGs, Centros Culturais, editoras, sites, consultorias, enfim, em todas as áreas que necessitam de um trabalho educativo.

h) O pedagogo nas ONGs

As Organizações não Governamentais - ONGs, começaram a fazer parte de nossa história por volta de 1970 e 1980. Elas surgiram com a exata função de assessorar os movimentos sociais. Elas fazem parte do chamado "Terceiro Setor". Segundo Froz (2005, p. 2):

O “primeiro setor” representado pelo Estado e por todas as instâncias públicas, e o “segundo setor” que engloba a esfera privada, ou mais especificamente, o mercado, defendido pelos liberais como o elemento precípua de regulação da sociedade em detrimento do Estado ou de sua minimização.

O “terceiro setor” é constituído por organismos e iniciativas privadas, onde tudo o que não pertence à esfera governamental pode ser enquadrado em seu conceito. Segundo Montaño (2002, p. 56):

[...] integram o ‘terceiro setor’ as organizações não-governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categoriais, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros ‘exemplos

O terceiro setor surgiu a partir de uma carência do Estado em oferecer serviços de utilização comum à sociedade como saúde, educação, cultura. O poder de influência do Terceiro Setor é importante, inclusive porque parte das mudanças e inovações sociais mais significativas dos últimos tempos, que foram obtidas graças à criação e militância de suas organizações.

Foi com a LDB, n. 9394/1996, em seu primeiro artigo, que as ONGs foram legitimadas como espaços de realização de processos formativos em educação. Os cursos oferecidos pelas ONGs têm como objetivo a inserção de jovens e adultos carentes na sociedade.

As DCNs para o Curso de Pedagogia (2006), art. 4º, o pedagogo trabalha, “[...] em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 2006, p. 1).

Neste contexto das DCNs de Pedagogia, vislumbra o campo dos espaços sociais, visando à transformação da realidade social, à articulação da educação na sociedade como um todo. Holtz (2006, p. 31), corrobora com este assunto dizendo que “A função da Pedagogia é mostrar COMO AGIR de maneira mais construtiva e produtiva para si, para os outros e para a sociedade. A Pedagogia apresenta atividades práticas que levam a atingir o objetivo determinado”.

Diante dessas possibilidades, verifica-se a atuação do pedagogo nas ONGs, como uma valiosa contribuição para o desenvolvimento de estratégias educacionais, pois a educação é um processo de influências relevantes, que se reflete nas ações para com a sociedade. É nesta realidade que se exige uma formação social do Pedagogo conforme diz Freire (1996, p. 50):

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre homens e mulheres o inacabamento se tornou consciente.

O profissional que está constantemente se qualificando, tem consciência sobre o inacabamento do seu currículo, estando atento às modificações do mercado de trabalho. Sposati apud Gadotti (2000, p. 31):

O modelo da educação assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com face de Inclusão, pela benevolência do Estado frente à “carência dos indivíduos”. Esta se dá também nas políticas sociais das sociedades capitalistas desenvolvidas, uma vez que, no limite, o conflito capital trabalho permanece mantendo a desigualdade social. Mesmo ampliando-se a qualidade e quantidade do usufruto de bens e serviços pela força do trabalho o Estado burguês permanece pautado na “distributividade” das soluções nos limites dos interesses do capital.

O projeto neoliberal, no Brasil e no mundo, prega que os estados devem abominar o assistencialismo, não devendo ser arrimo dos pobres. Ou seja, os Estados devem ser mínimos, no tocante à assistência social. Por isso os recursos que deveriam ser destinados a suprir as necessidades dos mais pobres e garantir-lhes a sobrevivência, são investidos em ONGs, cuja missão é ensinar aos pobres resolverem sua própria situação.

O papel do pedagogo dentro das ONGs acaba sendo de caráter social, com o objetivo de promover melhorias para a vida da comunidade assistida. Como as ONGs não visam lucros, o papel de conscientização é bem conhecido, isso de acordo com o perfil da organização, que pode ser ambiental, social, educacional, responsabilidade social, etc.

Na perspectiva de uma atuação significativa do pedagogo e da necessidade da inserção desse profissional na sociedade, concordamos com Pimenta (2002, p. 105) quando afirma que: “[...] precisamos urgentemente convocar pedagogos para trabalhar nas diversas instâncias sociais, fora da esfera escolar, mas que possuam forte potencial educativo”. Tal concepção exposta por Franco contribui para a atuação do profissional de educação na área

jurídica, social, empresarial, política hospitalar etc. Portanto, seu ofício, além de ser desafiador também é transformador

i) O Pedagogo nas Editoras.

O livro foi o principal veículo para a difusão das ideias durante os últimos quinhentos anos, a mídia impressa interpenetra todas as esferas de atividade humana. O comércio de obras impressas teve importante participação no desenvolvimento econômico de todos os ramos da indústria e do comércio.

Mas nada disso seria possível sem a genialidade de Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, que foi o segundo no mundo a usar a impressão por tipos móveis, por volta de 1439, após o chinês Bi Sheng no ano de 1040, e o inventor global da prensa móvel.

Em 1452, Gutenberg imprimiu a Bíblia de 42 linhas, sendo o primeiro livro a ser impresso no mundo. Em 1452 Gutenberg imprimiu a Bíblia de 42 linhas, sendo o primeiro livro a ser impresso no mundo. Aqui começa a história da impressão de livros e, conseqüentemente, das Editoras.

O pedagogo atuando nas Editoras está fundamentado no inciso IV do art. 5º, das DCNs de Pedagogia, que diz que ele pode “[...] trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 2006, p. 2), deste modo Libâneo (2004, p. 153-176), pontua o assunto dizendo: “[...] há pratica pedagógicas nos jornais, nas rádios, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos”. Na Editora, o Pedagogo poderá também realizar assessoria pedagógica, isto é, com base numa determinada obra, pode elaborar um material (encarte pedagógico), com sugestões e orientações didáticas aos professores que forem adotá-la. Para Pirozzi (2014, p. 45), o pedagogo pode:

[...] atuar como avaliadores dos conteúdos das obras, cuidando para que nenhum conceito equivocado seja publicado, sendo, dessa forma, uma espécie de “revisor temático”, oferecendo suporte aos demais autores, desenvolvendo também projetos pedagógicos, cujo objetivo maior é a divulgação cultural de materiais (impressos, vídeos, áudios, etc.).

Desta maneira pode-se confirmar a valiosa e relevante contribuição do pedagogo e das suas estratégias educacionais nessa realidade. É um campo

novo que tem tudo para desenvolver, ampliando a perspectiva do pedagogo, e contribuindo com uma visão holística de sua área.

j) O Pedagogo nos Presídios e Instituições Correcionais.

A história dos Presídios remete-nos à Grécia Antiga, onde as prisões serviam para colocar as pessoas que não pagavam suas dívidas, simplesmente como coação para que quitassem o que deviam. Na Idade Média, as prisões tinham a finalidade de castigos religiosos, para os monges se autopunir por terem se desviado dos ensinamentos. Eles eram mandados para as celas para se penitenciarem, para que se arrependessem. A partir desse momento surgiu o termo “Penitenciária”.

No Brasil, a primeira penitenciária começou a ser construída no Rio de Janeiro em 1834 e recebeu o nome de *Casa de Correção da Corte*, e tinha o objetivo de ser a prisão modelo do império, onde eram executadas as penas com trabalho.

A situação dos Presídios e Instituições Correcionais no Brasil demonstra uma questão social, que pode ser tratada através da Educação, que por suas origens, objetivos, e funções já um fenômeno social. Saviani (1991, p. 55), afirma que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade.

A educação é, portanto, um processo social que se enquadra numa concepção de mundo, a qual estabelece os fins a serem atingidos pelo ato educativo.

Para Pinto (1989, p. 29), “[...] a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”

É dentro deste contexto educacional, a partir das diferentes vivências, que surge o pedagogo prisional, tratando de um resgate dos aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem concreto a que a educação diz respeito.

Hoje no Brasil há pouquíssimas literaturas sobre este assunto, o que mostra uma grande lacuna para o pedagogo.

Segundo Pirozzi (2014, p. 46):

Os educadores sociais das penitenciárias são servidores públicos que prestam concurso para trabalhar com detentos, assessorando com educação, palestras de conscientização, aulas (alfabetização de adultos), tutores de EAD, dentre outras funções. Entretanto, na realidade há poucas vagas para esse mercado de trabalho e os educadores, muitas das vezes, acabam tendo desvio de função, cumprindo, entre outras funções, com o papel administrativo dentro da instituição penitenciária.

O papel do pedagogo em presídios e instituições correccionais é algo que merece muita atenção da sociedade. Segundo Neves e Vasquez (2010, p. 11):

[...] em linhas gerais, o educador social penitenciário interage diretamente com a população carcerária para a efetivação das assistências e operacionalizar o acesso ao trabalho que as pessoas que estão cumprindo pena e medidas de segurança têm direito.

Raramente os cursos de formação de pedagogia oferecem formação específica para essa ramificação. Poucos também são os estudos e pesquisas nessa área. Santos (2009, p. 11), destaca que:

Faz-se necessário que os profissionais em todos os espaços de atuação sejam preparados e capacitados para atuarem de forma significativa para transformação de sujeitos que possam em seu retorno à sociedade participarem de todo o processo com dignidade e harmonia.

O pedagogo, como agente social, precisa ter uma sólida formação acadêmica, um compromisso moral e ético, para poder servir de inspiração para os infratores e criminosos. Com isso deverá haver mudanças de vida, reinserção e ressocialização dos detentos.

Outro aspecto a ser considerado, o pedagogo pode atuar como tutor de EAD de cursos profissionalizantes, servindo de base para a profissionalização do interno, facilitando seu (re) ingresso no mercado de trabalho. Contudo, o pedagogo pode ir além, ousar e ampliar sua atuação, orientando-se pela pedagogia social.

k) O Pedagogo no Circo.

A história do Circo no Brasil começa nos anos de 1800 e está ligado aos ciganos que vieram para cá, com suas tendas, ao serem perseguidos na Europa. Mas, assim como conhecemos hoje, o Circo com picadeiro e arquibancada foi criado em 1770 em Londres, por Philip Astley, um cavaleiro habilidoso, oficial da

Cavalaria Britânica, que fazia a apresentação do espetáculo como mestre de cerimônia e também fazia suas exibições com os cavalos.

Porém, o que ele fez de mais extraordinário e revolucionário, marcando a história do circo e dos espetáculos, foi a construção de um picadeiro que segundo Castro (2005, p. 53), tinha seguinte dimensão:

13 metros são a medida ideal para que a força centrífuga ajude o cavaleiro a manter-se em pé sobre o cavalo e essa descoberta, que alguns atribuem a Astley, fez com que o espetáculo se passasse num círculo, o que proporcionou uma dinâmica toda especial para as cenas e trouxe de volta a milenar arena dos gregos e a tradicional roda das praças públicas

A descoberta de Astley, por volta de 1770 tornou o circo é um espaço redondo, traçado pelo picadeiro e pela lona, onde as apresentações acontecem no centro. A história do circo no Brasil, de acordo com Castro (2005, p. 85):

[...] começou – e não podia ser de outro modo – com uma festa! Índios e portugueses dançando juntos de mãos dadas, ao som de uma gaita. E quem armou a grande roda foi um palhaço. Pois é. Devíamos construir uma estátua, um monumento a Diogo Dias, o cômico gracioso que viajava com Pedro Álvares Cabral e que, no domingo de Páscoa, no início da tarde, resolveu tomar a mão dos índios e dançar com eles. (...). Quem dera a relação portugueses X índios tivesse sido sempre comandada pelos palhaços.

O primeiro circo de que se tem notícia no Brasil é o Circo Bragassi, em 1830. Antes dele, havia pequenos circos improvisados, mas a partir dessa visita, o surgimento de companhias circenses cresceu. Segundo Figueiredo (2007, p. 23), “[...] No Brasil, os circos eram vistos como boas opções de diversão e proposta com intenções pedagógicas e moralizadoras, portanto, como instrumento de “civilização” de costumes.”

O circo é entendido como cultura viajante organizada em sistema de saberes e técnicas corporais. É um espaço privilegiado de mediação entre a tradição e a modernidade, o erudito e o popular, a arte e o esporte, a educação e a política, entre outros. O circo constituiu um terreno onde a família e o trabalho conviviam diariamente.

O circo se constitui num importante "objeto" de representação das práticas sociais na atualidade. A itinerância dos circos viabilizou contato e trocas constantes com diversos lugares, recebendo influências da arte local e agregando elementos e artistas, e assim transformando sua situação política e social

As populações circenses são vítimas da ausência de políticas públicas que ultrapassem os muros da escola. O Ministério da Educação, desde 2011, institucionalizou o Parecer CNE/CEB n. 14/2011 e a Resolução CNE/CEB n. 3, de 16 de maio de 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Recentemente foi aprovado a (PL n. 3.543/12) de autoria do Deputado Federal, Francisco Everardo Oliveira Silva (Tiririca), que garante aos filhos de artistas de circo, entre quatro e dezessete anos, vaga nas escolas públicas ou particulares. Para Silverio (2014, p. 1):

O circo itinerário não para em um local. Ele passa 10 dias em um canto, sete dias em outros, um mês em outro. E aí as escolas não querem aceitar porque eles [filhos] não têm o currículo e o histórico. Então isso dificulta [...] para o filho de um artista circense estudar.

O aluno circense tem um grande diferencial, pois tem contato direto com diferentes culturas. Aprende curiosidades sobre regionalismos, conhece cidades, estados e regiões do nosso país, o que permite uma formação multicultural e contato com a diversidade. A educação está presente em todos os processos da relação do indivíduo com a sociedade, independente de quaisquer peculiaridades.

A Pedagogia atua em diversas áreas com ações múltiplas, onde ética se relaciona com a responsabilidade social. Para Pirozzi (2013, p. 39):

O papel do pedagogo é algo novo no circo e pode servir como um mediador, aplicando uma espécie de reforço escolar e oferecendo suporte pedagógico aos estudantes. Relatos de pedagogos que atuam no circo demonstram que este profissional pode estabelecer ligação entre o conteúdo formal da escola e a bagagem cultural que os alunos trazem, contribuindo com a melhoria da qualidade do ensino.

O pedagogo precisa assumir um perfil além daquele proposto pela IES de sua formação, deverá ser um profissional flexível, com boa comunicação, com comprometimento, sabendo administrar conflitos, conseguir trabalhar sobre pressão, ser eficiente e eficaz, ser criativo, demonstrar dinamismo, habilidade de planejamento, monitoramento e avaliação, dentre outros aspectos.

O pedagogo atuando no Circo deve estar fundamentado no inciso IV do art. 5º, das DCNs de Pedagogia, que diz que ele pode “[...] trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 2006, p. 2),

Não são somente os aspectos intelectuais e vocacionais do desenvolvimento humano que precisam ser alimentados e guiados, mas também os aspectos físicos, sociais, morais, estéticos, criativos e, em um sentido não sectário, os espirituais. Nessa visão, o pedagogo deverá ser esse instrutor, pois segundo as DCNs de Pedagogia (BRASIL, 2006, p. 2), sua formação está atrelada a isso: “[...] na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano”.

Metodologia é um conjunto de procedimentos que são seguidos através de técnicas com o objetivo de, na prática, examinar e avaliar os vários métodos de pesquisa para poder relacionar as limitações ou não em sua utilização e verificar a necessidade da criação de novos métodos visando à melhor resolução dos problemas a serem investigados.

Neste capítulo apresenta-se e justifica-se o tipo de pesquisa que é descritiva, o enfoque é misto qualiquantitativo. O método é Hermenêutica-Dialético, com análise comparativa, integrado a Técnica de Análise de Conteúdo (TAC). Apresenta-se ainda o delineamento da pesquisa, descreve-se a população e a amostra, os instrumentos de coleta de dados (ICD), aplicados (questionário mistos), os procedimentos e a análise dos dados.

3. 1 O TIPO DA PESQUISA

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de procedimentos científicos. Marconi e Lakatos (2007, p. 157), conceituam pesquisa dizendo:

[...] pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Pesquisa também pode ser considerada como procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que mediante confronto de dados, tenta encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

Ludke e André (1998, p. 12), afirmam que a pesquisa trata de:

Promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento.

A nossa dissertação é descritiva, que segundo Gil (2002, p. 70), “[...] a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Neste caso os formandos, docentes e coordenadores envolvidos nos cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI e da FAEPI. Também corrobora

com esse pensamento Andrade (2002, p. 78), quando diz que a pesquisa descritiva “[...] preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisa-los, classifica-los e interpretá-los e o pesquisador não interfere neles. Os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

A pesquisa descritiva envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática e assume, em geral, a forma de levantamento. Ainda, Triviños (2006, p. 110 -112) complementa que:

[...] os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. [...] O estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade. [...] Quando se estabelecem relações entre variáveis, o estudo se denomina estudo descritivo e correlacional. Outros estudos descritivos se denominam estudos de casos. Estes estudos têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade.

[...] os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa etc.

Nesta pesquisa, os fatos foram observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, considerando um público, os formandos, os docentes e os coordenadores dos Cursos de Pedagogia, isto segundo o pensamento de Sampieri et al (2006, p. 110), que diz: “[...] seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim descrever o que se pesquisa”.

O pesquisador se utilizou de dados descritivos na pesquisa, que foram obtidos dos ICDs aplicado aos egressos, docentes e coordenadores dos cursos de Pedagogia, para fundamentar os fatos e justificar a problemática da proposta da investigação.

A pesquisa é também explicativa, que segundo Sampieri et al (2006, p. 105), seu principal interesse “[...] é explicar por que um fenômeno ocorre e em que condições ele se manifesta, ou por que duas ou mais variáveis estão relacionadas”. A pesquisa explicativa torna mais clara a realidade estudada, bem como se expôs o Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações Escolares.

Quanto ao enfoque, optou-se pelo misto (qualiquantitativo), que segundo Creswell (2007, p. 35), este enfoque “[...] emprega estratégias de investigação que

envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas da pesquisa”.

No enfoque qualiquantitativo, quando combinados, não exclui a análise qualitativa e quantitativa, e, permite estabelecer conclusões significativas a partir dos dados coletados, as quais balizam condutas e formas de atuação em diferentes contextos.

Para Minayo et al. (2001, p. 22) “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe. Ao contrário, se complementa, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. ”

A combinação das duas modalidades requer, portanto, o uso de recursos e de técnicas estatísticas, porém não abdica da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados aos dados. Segundo Goldenberg (2000, p. 63), “[...] a pesquisa qualiquantitativa articula dados quantitativos e qualitativos, visando abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”.

O pesquisador também fez uso da **análise comparativa**, assim conceituado por Franco (2000, p. 200):

O princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro. A comparação é um processo de perceber diferenças e as semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença.

Nas análises comparativas, são feitas pesquisas documentais e bibliográficas com o objetivo de coletar informações sobre os objetos em questão. Neste caso os formandos, docentes e coordenadores dos Cursos de Pedagogia. Para Schneider e Schmitt (1998, p. 49):

[...] não se confunde com uma técnica de levantamento de dados empíricos. O uso da comparação, enquanto perspectiva de análise do social, possui uma série de implicações situadas no plano epistemológico, remetendo a um debate acerca dos próprios fundamentos da construção do conhecimento em ciências sociais.

Schneider; Schmitt, (1998, p. 49), identificam três tipos de análise comparativa. O primeiro engloba os estudos dedicados ao exame sistemático da covariação existente entre os casos. Em uma segunda categoria, situam-se os trabalhos nos quais o investigador analisa uma série de casos. Um último enfoque, identificado como “contraste de contextos”, consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando por em evidência suas diferenças recíprocas.

Nesse contexto, aplicamos a análise comparativa dos PPC das duas IES, para verificar se a Proposta Pedagógica contempla a formação do pedagogo para as organizações não escolar, bem como as Matrizes Curriculares para verificação se há disciplinas que habilitam o profissional pedagogo.

A TAC é uma técnica de pesquisa qualitativa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Para Bardin (2002, p. 31):

A análise de Conteúdo se define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (quantitativos ou não) que aposta no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto, visa obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos relativos às condições de variáveis inferidas na mensagem.

A TAC proposta por Bardin (2002) pode ser dividida em três fases: a) *pré-análise*; b) *exploração dos resultados*; c) *interpretação dos mesmos*.

Os dados mencionados nesta pesquisa foram extraídos das análises e interpretações das respostas dos questionários aplicados aos coordenadores, docentes e egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI e da FAEPI, além das análises dos Projetos Pedagógicos de Cursos e matrizes curriculares das duas IES, contidas nos ICD, assim como das matrizes analíticas utilizando a TAC de Bardin.

A escolha por estes instrumentos se deu por estarem mais diretamente relacionados com o tipo de pesquisa e por serem os mais adequados para a realização da mesma.

3.2 O MÉTODO DA PESQUISA

Nesta pesquisa utilizamos como modelo de análise o hermenêutico/dialético, por entendermos ser bastante produtivo para fundamentar os estudos qualiquantitativos. Para Silva (2011, p. 54):

[...] a hermenêutica é uma das mais importantes abordagens da pesquisa em educação, pois o conhecimento é dependente da compreensão subjetiva ou intersubjetiva dos fenômenos em suas diversas manifestações e contextos. E somente o sujeito pode compreender o fenômeno através do contexto histórico no qual ocorre.

A dialética também é entendida como a ciência e a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia, que segundo Minayo (2010, p. 89). “[...] diferentemente da hermenêutica, busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos contraditórios para realizar uma crítica informada sobre eles”.

Assim, a compreensão implica no sujeito, com suas pré-compreensões, estabelecer um novo horizonte no presente, ou seja, dar um novo sentido, uma nova forma de ser em si mesmo.

Partindo deste paradigma, identificamos o eixo norteador deste trabalho que é a questão ontológica onde o investigador define como as coisas são e funcionam. Além disso, pode-se afirmar que o paradigma ontológico baseia suas características metodológicas nos conceitos da hermenêutica-dialética.

Para Minayo (2010, p. 227):

A união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais.

A união da hermenêutica/dialética é destinada a compreender de forma mais profunda os textos, exigindo explicação ou compreensão, buscando os significados subentendidos e explicitando as contradições dentro dele. No tratamento dos dados, ele traz para o primeiro plano as condições cotidianas da vida, e busca compreendê-las de forma mais profunda.

Faz-se necessário esclarecer que esta pesquisa contemplou uma visão interpretativa hermenêutica/dialética, para interpretar o conteúdo dos ICDs, principalmente o objetivo específico primeiro. “Caracterizar, o perfil dos pedagogos formados nessas instituições, comparando suas competências e habilidades e as necessidades do mercado nas organizações não escolares.” Isso para fundamentar e legitimar as aproximações interpretativas através de métodos de investigação que se centram na compreensão e no significado em contextos específicos.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.

Durante o processo de busca dos dados, num primeiro momento, fizemos

uso de um questionário misto com perguntas abertas e fechadas aplicadas aos egressos, docentes e coordenadores de Curso de Pedagogia da UESPI

Segundo Richardson (2007, p. 189), duas funções podem ser atribuídas à utilização dos questionários: “[...] Descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. O conhecimento dessas características beneficia o momento da análise por parte do pesquisador, além de auxiliar na realização de estudos posteriores. Com este instrumento, objetivamos traçar o perfil dos formandos dos cursos de pedagogia das duas IES, buscando conhecimentos sobre o preparo acadêmico e profissional visando às organizações não escolares.

Após a elaboração do questionário, procedemos à realização de um pré-teste com 10 (dez) formandos dos cursos de Pedagogia que não compunham a amostra, com o objetivo de verificar a coerência das questões que seriam apresentadas.

Nossa intenção foi verificar se as questões apresentadas estavam com clareza, se eram de fácil entendimento, se nos trariam as respostas adequadas ao nosso objeto de estudo.

Construímos três questionários (APÊNDICES 1, 2 e 3), denominados ICD. Para poder triangular e encontrar as semelhanças e diferenças entre as respostas dos participantes na pesquisa (formandos, professores e coordenadores) e o conteúdo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia investigados, bem como o que está estabelecido nas Leis, Resoluções, Pareceres referentes à formação do pedagogo no Brasil, os ICDs elaborados estão divididos em duas partes e apresentam as mesmas questões.

A Parte I - Dados de Identificação (nome completo, endereço residencial, idade, estado civil, nome da instituição que representa) que tem por objetivo identificar o perfil sócio demográfico dos participantes na investigação.

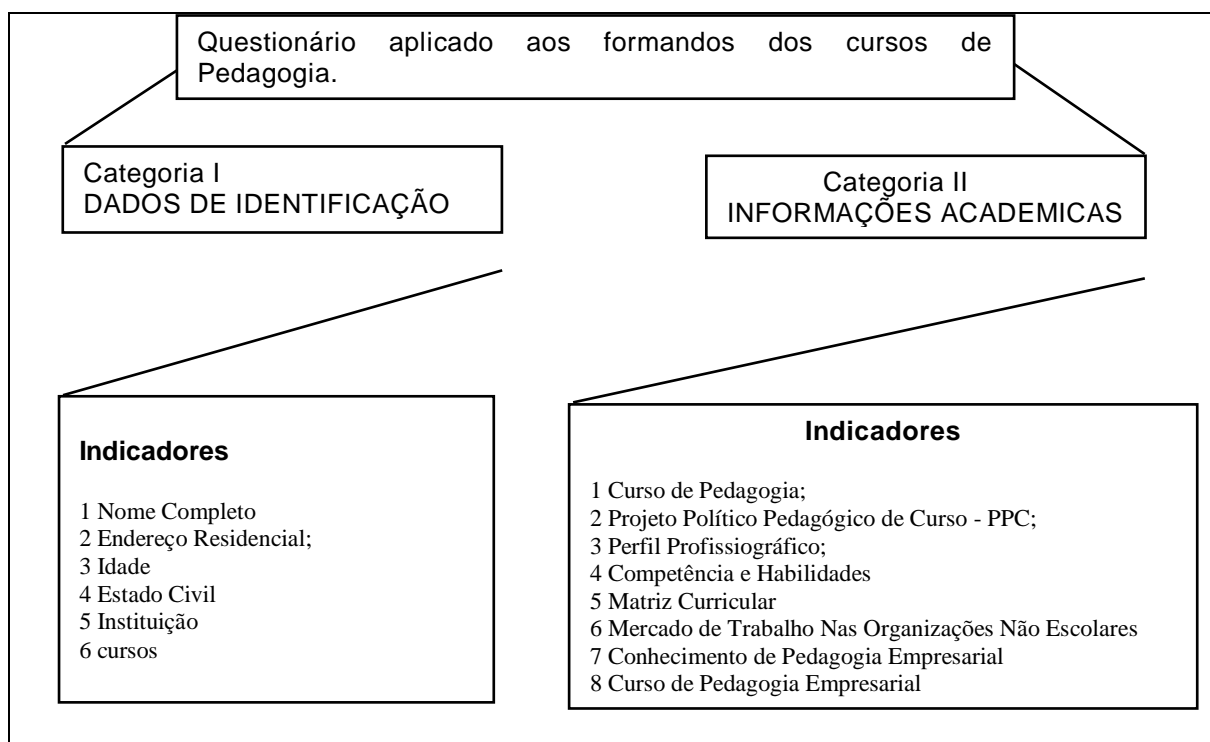
A Parte II - Informações Acadêmicas (opção pelo curso, conhecimento sobre o PPC, convergência entre o perfil proposto e o praticado, atendimento das competências e habilidades do curso às DCNs, disciplinas nas matrizes curriculares que habilitam para trabalhar nas organizações não escolares, conhecimento sobre a Pedagogia Empresarial e criação de um curso em Pedagogia Empresarial) que visa atender os objetivos específicos 1, 2 e 3 da pesquisa.

Compreendemos que os dados que surgem em um processo investigativo são produzidos a partir das condições de realização da pesquisa.

O ICD 01, de 06/12, aplicado aos formandos dos cursos de Pedagogia (**Quadro 3**). Questionário com quatorze perguntas, sendo seis (01, 02, 03, 04, 05 e 06) para Identificação do egresso e oito nas informações acadêmicas, das quais quatro (2,3,4, e 5,) fechadas (dicotômicas) e quatro (1,6,7,8) abertas.

Este instrumento responde ao objetivo 1. A análise quantitativa das respostas às perguntas fechadas realizou-se utilizando a estatística descritiva simples (frequência, média e porcentagem) e a análise qualitativa foi desenvolvida através da TAC. Nas questões fechadas, as categorias (sim, não) de respostas foram definidas *a priori*.

Quadro 3 - Questionário aplicado aos Formandos dos Cursos de Licenciatura de Pedagogia da UESPI e da FAEPI

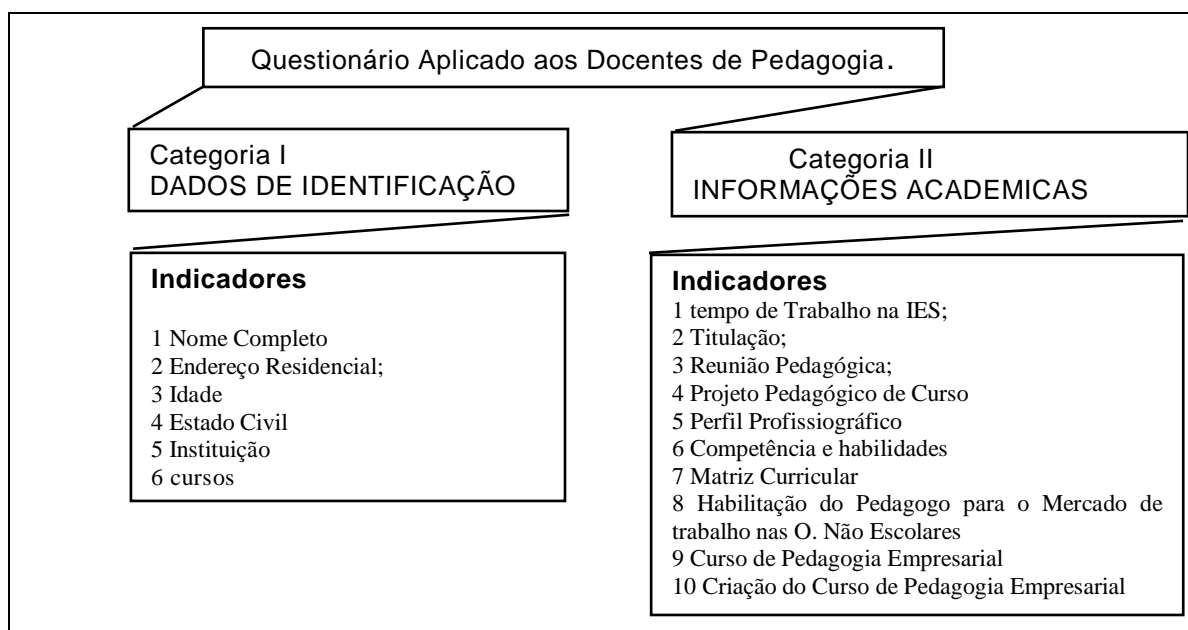


Fonte: ICD 01, de 06/12

O ICD 02, de 08/12, aplicado aos Docentes dos Cursos Pedagogia (Quadro 4). Nesse instrumento, elaborou-se um questionário com dezesseis perguntas, sendo seis para Identificação do Docente, e dez nas informações

acadêmicas, sendo cinco fechadas de múltipla escolha e cinco abertas dicotômicas.

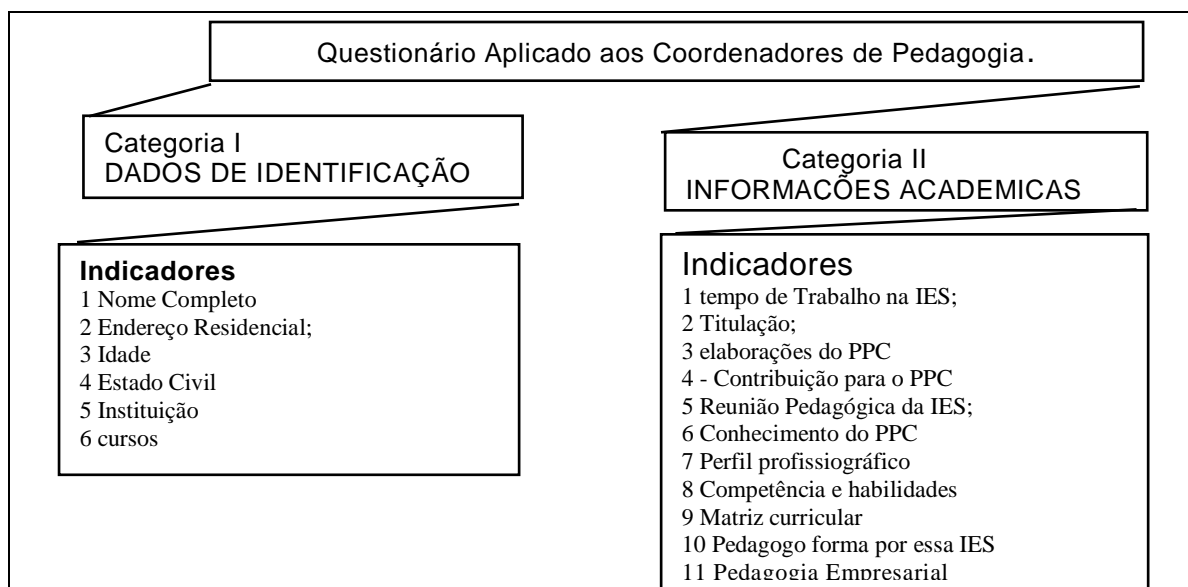
Quadro 4 - Questionário Aplicado aos Docentes dos Cursos de Pedagogia da UESPI e da FAEPI



Fonte: ICD 02, de 08/12

O ICD 03 09/12 foi aplicado aos Coordenadores dos cursos de Pedagogia (Quadro 5). Este questionário contou com 20 questões, sendo seis (01, 02, 03, 04 05 e 06) para identificação das credencias do coordenador, duas questões abertas (04 e 14) e oito (01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12e 13) fechadas (dicotômicas) referentes às informações acadêmicas.

Quadro 5 - Esquema Gráfico dos Questionário dos Coordenadores dos Cursos de Licenciatura de Pedagogia da UESPI e da FAEPI.

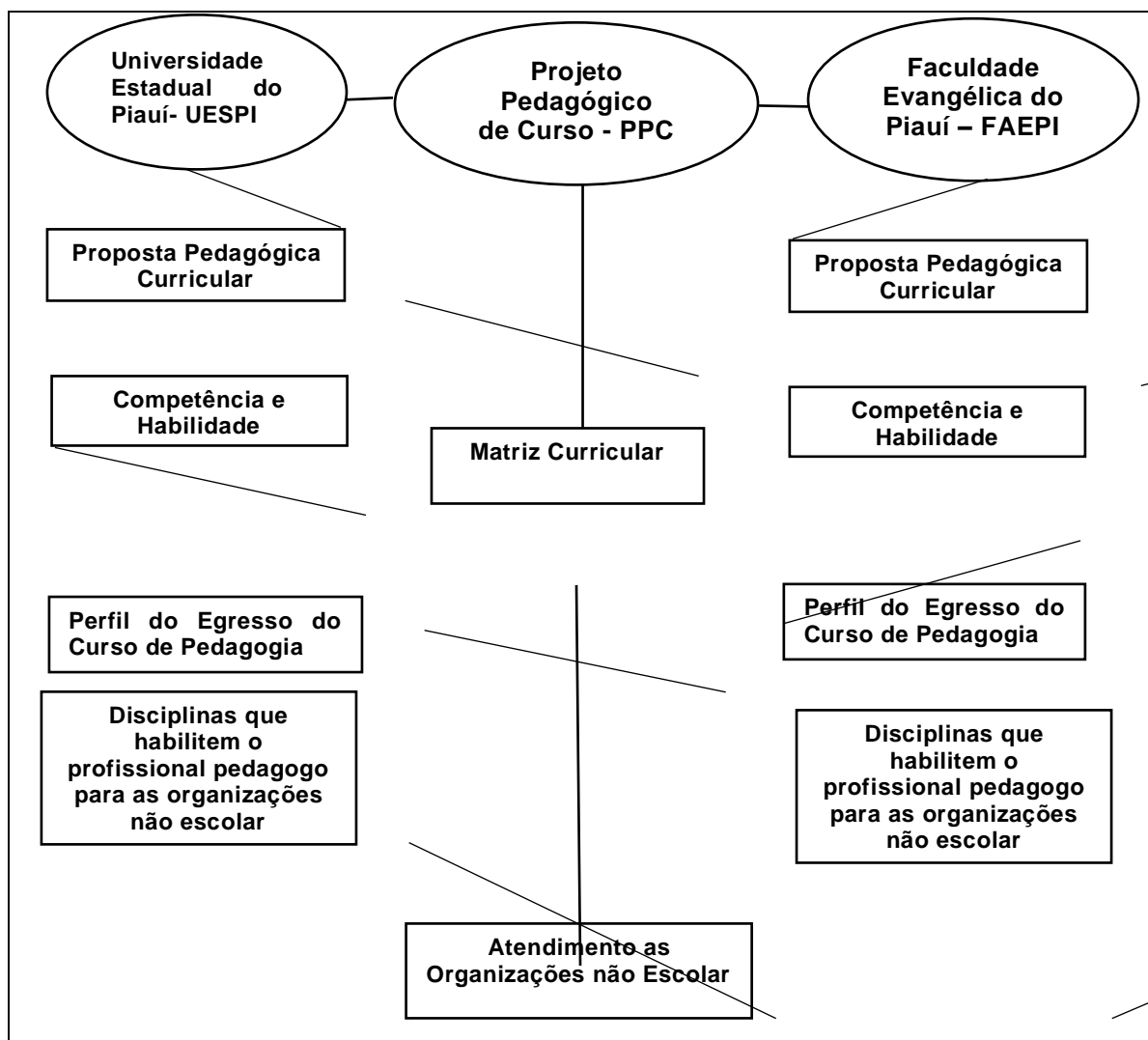


Fonte: ICD 03 09/12

Também formulamos um quadro comparativo (Quadro 6), para análise do perfil profissiográfico e da matriz curricular dos cursos de Pedagogia, para verificação do atendimento das organizações não escolares.

Este instrumento responde aos objetivos 2 e 3. A análise comparativa do Projeto Pedagógico de Curso — PPC dos Cursos de Pedagogia das IES serviu para verificar se há disciplinas que possibilitem o preparo do profissional pedagogo para as organizações não escolares.

Quadro 6 - Quadro comparativo para Análise do Perfil Profissiográfico e Matriz curricular dos Cursos de Pedagogia



Fonte: Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da UESPI e da FAEPI, 2011

A Análise de Conteúdo foi utilizada para enriquecer a interpretação das respostas abertas do questionário. Duas fontes de dados comportaram os dados utilizados nesta análise: documentos relativos ao Projeto Pedagógico dos cursos de Pedagogia e as Matrizes curriculares e as respostas abertas aos questionários.

Vale ressaltar que foi utilizada a técnica de categorização *a priori*, em consonância com os objetivos e questões propostas para a presente pesquisa. Para Schneider e Schmitt (1998, p. 49), o método comparativo:

[...] não se confunde com uma técnica de levantamento de dados empíricos. O uso da comparação, enquanto perspectiva de análise do social possui uma série de implicações situadas no plano epistemológico, remetendo a um debate acerca dos próprios fundamentos da construção do conhecimento em ciências sociais.

Ainda, segundo estes autores, é possível identificar três modos de aplicação da comparação em pesquisa. O primeiro tem por objetivo investigar,

sistematicamente, a covariação entre casos, tendo em vista controlar e gerar hipóteses. O segundo engloba estudos que analisam uma série de casos tendo em vista compreendê-los por meio da adoção de conceitos e categorias que formem a base da construção de uma teoria. O terceiro centraliza a análise em torno das diferenças entre os casos estudados.

Outra maneira de se classificar o método comparativo se dá pelo reconhecimento de dois momentos distintos neste método: o analógico e o contrastivo. No analógico, o foco está na comparação das semelhanças, ao passo que no contrastivo, das diferenças.

Os autores ressaltam que tais momentos ou modos de uso da comparação não são mutuamente excludentes, podendo ser utilizados intercaladamente em um mesmo estudo. A fim de objetivar a compreensão da aplicação do método comparativo em pesquisa, os autores propõem a consideração de três grandes procedimentos do processo comparativo: a seleção de duas ou mais séries de fenômenos comparáveis; a definição dos elementos a serem comparados; e a generalização

A presente pesquisa adotou o cuidado de trabalhar com *categorias pré-definidas de análise*, encaixando-se, assim, no quadro definido pelos autores como detendo um maior enfoque na perspectiva teórica do estudo, até porque é de nosso interesse desenvolver os conceitos aqui aplicados ao nível de uma teoria.

No que se refere ao segundo procedimento, os autores advertem para a possibilidade de se trabalhar tanto com categorias explicativas definidas aprioristicamente (que é o caso da presente pesquisa), quanto a partir dos dados levantados. O uso de um modelo conceitual previamente construído tem por objetivo verificar seu potencial explicativo, estando, portanto, em consonância com nossas aspirações. Por outro lado, nada impedirá que novas categorias possam ser extraídas a partir dos dados a serem gerados.

3.4 O UNIVERSO, AMOSTRA E DELINEAMENTO DA PESQUISA

A população ou universo da pesquisa é o conjunto dos elementos que têm características comuns, que podem ser contadas, pesadas, medidas, ordenadas de alguma forma e que sirvam de base para as propriedades que se

quer investigar. Na concepção de Fachin (2005, p. 47), universo é entendido como “[...] o conjunto de fenômenos, todos os fatos apresentando uma característica comum”. Constitui-se como universo desta pesquisa os coordenadores, professores e formandos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UESPI e da FAEPI. A amostra é um subconjunto representativo da população, isto é, a parte do todo que servirá de base para o estudo. Para Vergara (2004, p. 50), amostra “[...] é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade”. E deve apresentar, portanto, as mesmas características da população da qual foi extraída.

Considerando a natureza deste estudo, que busca analisar o Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares, objetivamos que esta investigação iria ter como abrangência todas as IES do estado do Piauí, que possuem curso de Pedagogia. Porém, isso deu origem a um importante questionamento: levando em consideração a dimensão do referido estado, seria mesmo possível realizar este trabalho em um período máximo de dois anos? Era bem claro, que isto não seria possível, por isso optamos em utilizar os seguintes critérios para selecionar as IES:

- a) Ser autorizada ou reconhecida pelo MEC;
- b) Ter curso de pedagogia com alunos matriculados no último semestre;
- c) Autorizar a solicitação para a pesquisa;

Partindo deste exposto, selecionamos e recortamos o nome de cada IES que possuem curso de Pedagogia, e através de sorteio foi escolhida a UESPI, Campus Dr^a. Josefina Demes, situado a BR 343, s/n – bairro Campo Velho, na cidade de Floriano estado do Piauí, e da FAEPI, situado Rua 13 de Maio, 2660 – bairro Vermelha, na cidade Teresina, capital do estado do Piauí.

Na sequência, realizamos contatos telefônicos para agendar uma visita a UESPI. Após agendamento, fomos recebidos pela diretora do Campus, e, solicitamos autorização para desenvolver a pesquisa junto aos formandos em Pedagogia dessa IES (APÊNDICE 4).

Na FAEPI, foi preciso três contatos telefônicos para agendamento de uma visita. Em seguida, fomos recebidos pelo Professor Antônio Freitas, que nos apresentou toda a unidade educacional. Após longo diálogo, apresentamos a proposta de investigação, e solicitação de autorização para pesquisa.

Inicialmente, realizamos as primeiras visitas às salas de aula onde tivemos conversas informais com os formandos, e, apresentamos a proposta da pesquisa, bem como fizemos agendamento de visitas futuras. Realizamos mais duas visitas onde fizemos um levantamento do número de formandos das IES. De posse da relação dos formandos, realizamos mais uma visita as salas de aula para fortalecer os vínculos com a turma.

Para a definição dos participantes da pesquisa (formandos, docentes e coordenadores), tivemos algumas dúvidas sobre quem, especificamente, deveria ser selecionado para compor a amostra.

Assim, para definirmos os participantes deste estudo, optamos por uma escolha baseada em alguns critérios como:

1. Formandos:

- a) Ser aluno do último semestre de pedagogia;
- b) Ter disponibilidade e aceitar participar da pesquisa.

2. Docentes:

- a) Ser docente há mais de um ano na IES;
- b) Ter disponibilidade e aceitar participar da pesquisa.

3. Coordenadores

- a) Ser coordenador há mais de seis meses na IES;
- b) Ter disponibilidade e aceitar participar da pesquisa.

A partir desses critérios, a amostra foi composta por 40 formandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia que estudaram nas duas IES, no ano de 2011; dois coordenadores, e 10 professores, totalizando 52 participantes. A distribuição por instituição ficou da seguinte maneira:

UESPI:

- 25 Graduados que estudaram em 2011;
- 05 Professores que lecionam nos Cursos de Pedagogia em 2011;
- 01 Coordenador que trabalhou em 2011.

FAEPI:

- 15 Graduados que estudaram em 2011;
- 05 Professores que lecionam nos Cursos de Pedagogia em 2011;
- 01 Coordenador que trabalhou em 2011.

O delineamento desta pesquisa que para Gil (2002, p. 42), “[...] é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Foi realizada dentro da área de concentração “Currículo e Ensino” da UEP, e, no processo de Revalidação de Título feitos no exterior, e realizado na UFPI, está dentro da linha de pesquisa Ensino, formação do professor e práticas pedagógicas.

O projeto foi submetido ao *Comitê de Pós-graduação da UEP*, onde foi analisado e aprovado, considerando os seguintes aspectos: Novidade Científica; Proposta Metodológica; Fundamentos Teóricos; Instrumentos de Pesquisa; Questões Éticas e Éticas Profissionais; e Cronograma da Pesquisa (ANEXO 1).

Quanto aos procedimentos técnicos, o pesquisador utilizou a revisão de literatura, análise documental e pesquisa de campo.

Na revisão de literatura foi utilizado referências teóricas já analisadas e publicadas. A pesquisa documental tem como fonte documentos diversos os quais, segundo Ludke e André (1988, p. 45), “[...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação”. Já a pesquisa de campo, Segundo Severino (2007, p. 123), utiliza-se da coleta de dados, na qual “[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio”.

A revisão de literatura, evidenciou os estudos produzidos na área e os enfoques que foram dados a esses. A pesquisa documental tem o seu mérito na constituição da história do curso de Pedagogia, visto que foi necessário recorrer aos documentos legais (leis, decretos, resoluções e pareceres) que regulamentaram o curso. Por sua vez, a pesquisa de campo proporcionou o contato com os formandos, possibilitando o levantamento das informações desejadas

Os dados coletados para análise e interpretação foram levantados pelo pesquisador, por meio de questionário e análises do PPC das IES. Tomando por base a metodologia proposta por Bardin (2009), destaco que, no caso desta pesquisa, as categorias e as unidades de registro dos questionários com perguntas semiestruturada foram previamente estabelecidas por temas em função dos objetivos delimitados na pesquisa.

As análises ocorreram sobre os elementos que emergiram desses dados e foi feita uma triangulação com aporte teórico que sustentou a pesquisa bem como da leitura de autores que tratam das temáticas evidenciadas.

3.5 DESIGN DA PESQUISA

Tema da Pesquisa	O Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares: Estudos Exploratórios em duas Instituições de Ensino Superior.						
Problema da pesquisa	Os profissionais formados nos cursos de Pedagogia, atendem às necessidades das Organizações não Escolares?						
Objetivo Geral	Analisar Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares						
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TIPO DE PESQUISA	MÉTOD O(S) USADO (S)	TÉCNICA(S) USADA(S)	CATEGORIA	INDICADORES	ICD USADO(S)
1	Caracterizar, o perfil dos pedagogos formados nessas instituições, comparando suas competências e habilidades e as necessidades do mercado nas organizações não escolares	QUALIQUANTITATIVA	Hermenêutico/Dialético	Análise de conteúdo	Dados de Identificação Formação Acadêmica	Perfil profissiográfico	Questionário misto (ICD 1, ICD 2, ICD 3)
2	Verificar se o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior (IES) tem em seu conteúdo uma proposta pedagógica que contemple o binômio habilidade/competência profissiográfica		Análítico	Análise de conteúdo	Projeto Pedagógico do Curso	Competências e Habilidades profissiográficas	PPC
3	Confirmar se nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia das IES há disciplinas que possibilitem o preparo do profissional pedagogo para as organizações não escolares;		Comparativo	Comparativo	Projeto Pedagógico do Curso	Disciplinas que habilitam para trabalhar em organizações não escolares	Matrizes Curriculares

QUADRO 7 - Design da Pesquisa

Fonte:

elaborada

pelo

autor

da

Pesquisa

CAPITULO IV - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo foi desenvolvido o processo de análise, discussão e interpretação dos dados coletados pelas ferramentas utilizadas na pesquisa de campo realizada em 2011 e a validação da tese, a partir desses dados.

4.1 O CENÁRIO DA PESQUISA

Por se tratar de um estudo baseado em amostra por conveniência, conseguiu-se coletar dados com 40 egressos dos cursos de Pedagogia, 10 Docentes e 02 gestores.

A pesquisa foi realizada com 36% dos 70 egressos do Curso de Pedagogia do ano de 2011; 01 Coordenador, atingindo 100% da amostra; e 30% dos 18 docentes do Curso de pedagogia da UESPI.

Na FAEPI atingimos 30% dos 52 egressos do Curso de Pedagogia do ano de 2011; 01 Coordenador atingindo 100% da amostra, e 32% dos 15 docentes do Curso de Pedagogia

Sampieri, Collado e Lucio (2006) recomendam que se os respondentes possuem um nível educativo elevado e capacidade de discriminação, pode-se utilizar um número maior de categorias. Porém este número deve ser o mesmo em todos os itens a serem medidos. As Instituições ficaram assim especificadas:

4.2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI – UESPI

A UESPI, campus Dr.^a Josefina Dêmes em Floriano — PI, foi criada em novembro de 1993 e iniciou suas atividades acadêmicas em janeiro de 1994, com os cursos de Letras/Português e Ciências, isso em regime especial de férias.

4.2.1 ICD – 01 Aplicado aos Egressos dos cursos de pedagogia da UESPI

Na Categoria Identificação, procuramos apresentar os dados relativos à situação contextual do pedagogo, conforme (Quadro 8), onde 40% residem em Floriano

Quadro 8 - Situação Contextual dos Egressos da UESPI

Localidade	Situação contextual dos Egressos de Pedagogia da UESPI	
	Quantidade	%
Residentes em Floriano	15	60 %
Residentes em Picos	5	20 %
Residentes em Teresina	1	4 %
Residentes em Barão de Grajaú – MA,	3	12 %
Não Mencionados	1	4 %

Fonte: ICD 01, de 06/12

No (Quadro 9), foram expostos os aspectos referentes ao sexo, faixa etária, estado civil. Esses dados mostram que ainda é muito forte a presença da mulher no contexto do Curso de Pedagogia, sendo desde o seu surgimento em 1939, marcado pela presença feminina

Quadro 9 - Sexo, idade e estado civil dos Egressos do Curso de Pedagogia da UESPI

Sexo	Feminino			Masculino			
	80 %			20 %			
Idade	18 a 23 anos	24 a 29 anos	30 a 35 anos	36 a 41 anos	42 a 47 anos	Mais de 48 anos	
	20 %	40 %	20%	20 %	0 %	0 %	
Estado civil	Casado(a)		Solteiro(a)		Divorciado(a)		Outro
	6		18		01		0

Fonte: ICD 01, de 06/12

Esta pesquisa contempla uma visão hermenêutica, que para Minayo (2010, p. 227), “[...] A união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social”

Na Categoria Informações Acadêmicas, a partir dos questionários aplicados aos formandos do curso de Pedagogia da UESPI, observou-se a contribuição do Curso para a vida profissional. Segundo Masini (2000, p. 63), a interpretação é o trabalho do pensamento que:

[...] consiste em decifrar o sentido aparente, em desdobrar os sinais de significação implicados na significação literal. Há interpretação onde houver sentido múltiplo e é na interpretação que a pluralidade de sentidos torna-se manifesta.

Aprender a interpretar o fenômeno vivido e não apenas fazer uma descrição passiva, faz parte da pesquisa, na qual trabalhou com opiniões dos formandos de Pedagogia, docentes e coordenadores e suas interpretações acerca da formação do profissional pedagogo para as organizações não escolar.

Uma das questões que fizeram parte do questionário aplicado aos egressos versou sobre a Escolha do Curso “*Porque Escolheu o Curso de Pedagogia?*”. O (Quadro 10), mostra que 40% dos pesquisados disseram não ter outra opção.

É nesse processo de indefinição, que marca a identidade do pedagogo, que deve estar fundamentado na Resolução de Pedagogia CNE/CP n. 01/2006 (BRASIL), que é composta de 15 artigos, e regulamenta a identidade do Pedagogo.

Quadro 10 - Informações acadêmicas dos Egressos da UESPI

Indicadores.		Respostas	Quant	%
1	Porque Escolheu o <u>Curso de Pedagogia</u> ?	Não tinha Outra Opção	10	40 %
		Me Identifico com o Curso;	5	20 %
		Não Opino;	3	12 %
		Não Sei.	7	28 %
2	Você Conhece o <u>Projeto Político Pedagógico do Curso</u> de Pedagogia – PPC	Conheço;	10	40 %
		Não Conheço;	5	20 %
		Não Opinaram;	3	12 %
		Não Sei.	7	28 %
3	O <u>Perfil Profissiográfico</u> proposto é o mesmo Praticado?	Perfil Proposto é Praticado;	10	40 %
		Perfil Proposto não é Praticado;	5	20 %
		Não Opino;	6	24 %
		Não Sabe.	4	16 %
4	As <u>competências e habilidades</u> que devem desenvolver o curso de Pedagogia, atendem as DCN?	Atende e também é Praticado;	5	20 %
		Não Atende	10	40 %
		Não Opino;	5	20 %
		Não Sabe	5	20 %
5	A <u>matriz curricular</u> contém disciplinas que habilitem o pedagogo para atender as necessidades do mercado de trabalho nas Organizações não Escolares?	Contem Disciplinas	5	20 %
		Não Contem Disciplinas;	20	80 %
		Não Opino;	0	0 %
		Não Sabe.	0	0 %
6	O Pedagogo formado por essa IES está habilitado para docência e atender <u>as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares</u> . Comente sua Resposta.	Está Habilitado;	7	28 %
		Não Está Habilitado;	12	48 %
		Não Opino	6	24 %
		Comentários		
	Não há <u>preocupação com a formação do aluno para o mercado de trabalho</u> .	14	56 %	
7	Você conhece pedagogia Empresarial? Justifique sua resposta.	Conhece;	9	36 %
		Não Conhece;	14	56 %
		Não Opino	2	8 %
		Justificativa		
	<u>Um curso para trabalhar gestão nas escolas. É mais uma Pedagogia.</u>	6	24%	
8	Você faria um curso de Pedagogia com uma linha de pesquisa voltada para a pedagogia	Sim, Faria;	14	56 %
		Não Faria;	2	8 %

empresarial? Por quê?	Não opino	3	12 %
	Justificativa		
	Porque tenho desejo de entrar na área de gestão; é uma nova opção; O curso já me habilita para isso.	6	24%

Fonte: ICD 01, de 06/12

Os formandos da UESPI têm na docência a sua base de formação. Para Lombardi, Saviani e Sanfelices (2002):

“[...] a educação geral e específica tem como objetivo a formação não apenas do trabalhador competente, mas também do sujeito político, tendo em vista a transformação social que envolva as demais atividades exercidas no espaço escolar e não-escolar”.

A importância de conhecer o Projeto Pedagógico do curso centra-se na possibilidade de uma maior integração dos componentes curriculares, na maior aproximação dos docentes entre si e com a comunidade e, conseqüentemente, uma maior aproximação com a Missão e a Visão da IES, articulada aos objetivos e perfil requeridos do curso.

O (Quadro 10), os Indicadores, *Projeto Político Pedagógico do Curso e Perfil Profissiográfico proposto e Praticado* — demonstrou que somente 40% dos formandos conhecem PPC do Curso e 40% dizem que o perfil proposto e praticado. Temos que recorrer a Veiga (2000, p.17) que diz: “[...] Não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”.

O baixo conhecimento sobre o perfil profissiográfico está relacionado ao próprio PPC da UESPI, que não tem um tópico para descrever o perfil do egresso, portando não se enquadra com o Parecer CNE/CP n. 5/2005 (BRASIL).

O conhecimento do PPC é uma exigência legal e o perfil de atuação do docente-pedagogo deverá estar ancorado nas diretrizes traçadas pelo Parecer CNE/CP n. 5/2005 (BRASIL, 2005), exigindo consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, realizadas ao longo do desenvolvimento do Curso

Merece destaque ainda no (Quadro 10), os seguintes indicadores:

- As competências e habilidades, que devem desenvolver o curso de Pedagogia, atendem as DCN?;

- A matriz curricular contém disciplinas que habilitem o pedagogo para atender as necessidades do mercado de trabalho nas Organizações não Escolares?;
- O Pedagogo formado por essa IES está habilitado para docência e atender as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares.? Comente sua Resposta.

É importante saber que a introdução das competências no sistema educacional brasileiro, principalmente no ensino superior, parece revelar um ajuste para fomentar a competitividade e melhorar a inserção do país na economia internacional. Para Deluis, (2001, p. 12), o termo “competência”:

[...] origina-se das Ciências da Organização e surge no quadro de crise do modelo de organização taylorista/fordista, de mundialização da economia, de exacerbação da competição nos mercados e de demandas de melhoria da qualidade dos produtos e de flexibilização dos processos de produção e de trabalho.

As competências são realizadas apenas nas situações concretas, uma vez que elas só podem ser comprovadas na prática, conforme corrobora Tardif (2002, p. 4-5) o entendem como:

[...] modalidades práticas de utilização de conhecimentos aplicados em situações apropriadas, através de comportamentos e de atitudes típicas em relação às finalidades da tarefa”. Para ele, “ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta

Nesta pesquisa, percebe-se que 20% dos formandos que responderam os questionários disseram que as competências e habilidades não atendem as DCN; 20% afirmaram que a matriz curricular contém disciplinas que habilitam para o mercado de trabalho nas Organizações não Escolares; 28% confirmaram que estão habilitados para docência e atendimento as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares; e 56% comentaram que não há preocupação com a formação do aluno para o mercado de trabalho.

Perrenoud, (2001, p. 139,140) salienta:

[...] que manifestar competências profissionais diante de uma situação complexa é ser capaz: de identificar os obstáculos e problemas a serem superados; de considerar estratégias realistas em termos do tempo e dos recursos; de planejar e implementar estratégias adotadas, procedendo por etapas, atendendo as necessidades, mobilizando atores e reavaliando a situação; de respeitar princípios legais e éticos; de controlar as emoções, os humores e valores; de cooperar com outros profissionais e de extrair todos os ensinamentos durante e após a ação.

As habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Para Moretto (2002, apud COUTINHO, p. 21, 2003), “[...] a

habilidade está associada ao saber fazer, a ação física ou mental que indica a capacidade adquirida”. As competências/habilidades são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos para o desenvolvimento curricular.

As DCNs para o Curso de Graduação em Pedagogia, instituídas pelos Pareceres do CNE/CP n. 05/2005 e 06/2006 e a Resolução n. 1 do CNE/CP de 15 de maio de 2006, definem os princípios norteadores para organização e funcionamento do curso como: Competência/habilidade, matriz curricular e habilitação para o mercado de trabalho nas Organizações não Escolares.

E pedagogo é o profissional que estuda e que se insere na práxis da educação na sociedade. Segundo Parecer CNE/CP n. 05/2005, p. 6)., o Curso de Pedagogia deve referendar aos seus licenciados, formação para a atuação na docência, gestão e avaliação de instituições de ensino e de atividades educativas, abrangendo:

A formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
Os cursos de ensino médio de modalidade normal e em cursos de educação profissional;
A área de serviços e apoio escolar;
Outras áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação assim definida abrangerá integralmente à docência, a participação da gestão e a avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL, 2005)

Considera-se, assim, a necessidade de formação que proporcione uma gama diferenciada de conhecimentos para que o pedagogo possa atuar nas áreas em que sejam exigidos seus conhecimentos teóricos e práticos.

Quanto ao indicador Pedagogia Empresarial, (Quadro 10), 36% conhecem Pedagogia Empresarial e 56 % fariam o curso. Pedagogia empresarial designa as atividades de estímulo ao desenvolvimento profissional e pessoal realizadas dentro das empresas. O termo foi cunhado pela professora Maria Luiza Marins Holtz.

Para Ribeiro (2010, p. 10):

A Pedagogia Empresarial se ocupa basicamente com os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes consideradas como indispensáveis/ necessários à melhoria da produtividade. Para tal, implanta programa de qualificação/ requalificação profissional, produz e difunde o conhecimento, estrutura o setor de treinamento, desenvolve programas de levantamentos de necessidades de treinamento, desenvolve e adequa metodologias de informação e da comunicação às práticas de treinamento.

Para Greco (2005, p. 4), esse novo profissional precisa atuar em sintonia com os outros profissionais de gestão, pois:

Assim será possível elaborar e consolidar planos, projetos e ações que visem colaborar para a melhoria da atuação dos funcionários, em como para melhorar o desempenho da empresa. [...] O que o pedagogo empresarial busca é efetivar os saberes corporativos como seu domínio colaborará para a melhoria do clima organizacional, da qualidade laboral, da qualidade de vida e aumento da satisfação pessoal de todos. A atuação do pedagogo empresarial está aberta. É ampla e extrapola a aplicação de técnicas visando estabelecer políticas educacionais no contexto escolar. Sua atuação avança sobre as pessoas que fazem as instituições e empresas de todos os tipos, portes e áreas.

Segundo Andrade Filho (2006, p. 8, grifos do autor):

A inserção dos 'pedagogos empresariais' no mercado de trabalho tende a preparar este profissional para atuar na área empresarial desenvolver habilidades humanas e técnicas com vistas à compreensão das transformações provocadas pelos avanços das ciências e das novas tecnologias. Esta, a capacidade de se perceber a educação continuada como poder de 'inovar reinventar' o perfil do pedagogo brasileiro para enfrentar e ampliar novo mercado de trabalho na atual sociedade informatizada.

É urgente que pedagogos e empresários se unam na concepção de propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo, uma vez que, hoje a educação aparece como um desafio não só ligado à intelectualidade do funcionário, mas também à evolução harmônica do gênero humano.

4.2.2 ICD – 02 Aplicado aos Docentes do curso de Pedagogia da UESPI

Na Categoria Identificação Acadêmica, procuramos apresentar os dados relativos à situação contextual dos Docentes da UESPI, conforme (Quadros 11) e 12, onde 3 docentes, ou seja, 60% residente em Floriano, 60% são do sexo feminino, 40% tem idade entre 41 a 47 anos e 80% são casados.

Quadro 11 – Situação contextual dos Docentes da UESPI

Localidade	Situação contextual dos Docentes de Pedagogia da UESPI	
	Quantidade	%
Residentes em Floriano	3	60 %
Residentes em Picos	1	20 %
Residentes em Teresina	1	20 %
Residentes em Barão de Grajaú – MA,	0	0 %
Não Mencionados	0	0 %

Fonte: ICD 02, de 08/12.

Quadro 12 - Sexo, idade e estado civil dos Docentes do Curso de Pedagogia da UESPI

Sexo	Feminino			Masculino		
	60 %			40 %		
Idade	18 a 23	24 a 29	30 a 35	36 a 41	42 a 47	Mais de

	anos	anos	anos	anos	anos	48 anos	
	00 %	20 %	20%	20 %	40 %	0 %	
Estado civil	Casado(a)		Solteiro(a)		Divorciado(a)		Outro
	4		1		00		0

Fonte: ICD 02, de 08/12.

Na Categoria **Informações Acadêmicas**, traçamos um perfil dos Docentes da UESPI, conforme (Quadros 13).

Quadro 13 - Informações acadêmicas dos Docentes da UESPI

Indicadores.		Respostas	Quant	%
1	Há quanto <i>tempo você trabalha</i> nessa IES?	Um ano;	2	40 %
		Dois anos;	1	20 %
		Mais de dois anos;	2	40 %
		Não Opinou	0	0 %
2	Qual a sua Titulação?	Especialista	4	80 %
		Mestrado	1	20 %
		Doutorado	0	0 %
		Não opinou	0	0 %
3	Você participa das Reuniões Pedagógicas da IES? Por quê?	Sim, participo;	4	80 %
		Não, participo;	1	20 %
		Não Opino;	0	0 %
4	Você conhece o projeto Pedagógico de da IES?	Sim, conheço;	5	100 %
		Não conheço;	0	0 %
		Não opinou	0	0 %
5	O Perfil Profissiográfico proposto é o mesmo praticado?	Sim,	3	60 %
		Não	2	20 %
		Não opinou	0	0 %
		Não sabe	0	0 %
6	As <i>competências e habilidades</i> que devem desenvolver o curso de Pedagogia atendem as DCN?	Sim,	5	100%
		Não	0	0 %
		Não opinou	0	0 %
7	A matriz curricular contém disciplinas que habilitam o pedagogo as necessidades do mercado de trabalho nas Organizações não Escolares? Quais?	Contém	1	20 %
		Não Contém;	4	80 %
		Não Opino	0	0 %
		Justificativa		
	<i>Legislação, gestão etc.</i>	2	40 %	
8	O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e também para atender as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares?	Sim	1	20%
		Não	4	80%
		Não opino	0	0%
9	O que é o curso de Pedagogia Empresarial para você?	Não sei;	1	20 %
		Mas uma pedagogia	2	40 %
		Uma disciplina de gestão	2	40 %
		Justificativa		
	Estímulo ao desenvolvimento pessoal realizado dentro das empresas.	2	40 %	
10	Você concordaria com a criação de um curso de graduação em pedagogia Empresarial? Por quê?	Sim	5	100 %
		Não	0	0 %
		Não opino	0	0 %

Fonte: ICD 02, de 08/12.

O estudo foi desenvolvido com docentes da UESPI, (Quadro 13), os 6 primeiros indicadores (1, 2, 3, 4, 5, 6), revela-nos que 40% dos docentes têm mais de dois anos na IES; somente um docente tem mestrado; 80% participam das

Reuniões pedagógicas; 100% conhecem o PPC; 60% disseram que o Perfil Profissiográfico proposto é o mesmo praticado; 100% disseram que as competências e habilidades que devem desenvolver o curso de Pedagogia atendem as DCN.

A formação de professores na perspectiva reflexiva é mais do que um espaço, é uma necessidade. Além disso, configura-se como política de valorização do desenvolvimento pessoal — profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condição de trabalho propiciadoras da formação contínua dos professores, do local de trabalho, em redes de auto formação e em parceria com outras instituições de formação.

A pesquisa mostrou que os docentes participam da reunião pedagógica e conhecem o PPC. Torres (2001, p. 45) diz que:

As reuniões pedagógicas vêm sendo apontadas como espaço privilegiado nas ações partilhadas do coordenador pedagógico com os professores, nas quais ambos se debruçam sobre as questões que emergem da prática, refletindo sobre elas, buscando lhes novas respostas e novos saberes, ao mesmo tempo.

Além do espaço para reflexão, as reuniões pedagógicas devem ser um encontro cordial. Conforme Torres (2001, p. 47) “[...] para se dar avisos, distribuir materiais, informar diretrizes da empresa, discutir materiais, discutir problemas de caráter geral, ou mesmo do prédio da escola”.

Portanto, nas reuniões pedagógicas, o coordenador precisa reconhecer os conhecimentos já adquiridos pelos professores para que nas vivências novos conceitos sejam elaborados. Requer também que ouça o que o outro tem a dizer, os problemas, os anseios, as dificuldades dos professores, só assim será possível traçar metas e solucionar os impasses que surgirem para um bom PPC.

Para Gadotti (2006, p. 579):

Todo projeto supõe “rupturas” com o presente e “promessas” para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Para Veiga (2000, p. 27) “[...] a escola deve buscar novas formas de organização curricular, em que o conhecimento escolar estabeleça uma relação aberta e inter-relacione-se em torno de uma ideia integradora”. A saber, se uma Instituição Escolar não dá importância ao Projeto Pedagógico do Curso, indiretamente também não valoriza o processo educativo.

Os docentes pesquisados revelaram conhecimento das DCNs para o Curso de Graduação em Pedagogia, instituídas pelos Pareceres do CNE/CP n. 05/2005 e 06/2006 e a Resolução n. 1 do CNE/CP de 15 de maio de 2006 ao afirmarem que o Perfil Profissiográfico proposto é o mesmo praticado e que as competências e habilidades que devem desenvolver o curso de Pedagogia, atendem as DCN.

É preciso que os cursos de Pedagogia continuem sendo cursos de excelência para formar o pedagogo e demais profissionais da educação, qualificando-o no campo da produção do conhecimento científico, ou melhor, a pesquisa como base da formação.

Os quatros últimos indicadores (7, 8, 9, 10) mostram que os docentes têm conhecimento do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares ao afirmarem que a matriz curricular não contém disciplina que os habilitem para o mesmo, porém ao justificarem suas respostas, 40% citaram “gestão, legislação”, que ao verificar as ementas não contem habilitação.

No indicador 8 no (Quadro 13), os docentes dizem que os egressos não estão habilitados para a docência e atendimento das necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares.

Nos indicadores (9, 10) que se referem à Pedagogia Empresarial, os docentes mostraram o conhecimento e desejo de cursar pedagogia Empresarial.

Para Ribeiro (2010, p. 9) é:

“[...] uma das possibilidades de formação/atuação do pedagogo bastante recente, especialmente no contexto brasileiro. Tem seu surgimento vinculado à ideia da necessidade de formação e /ou preparação dos Recursos Humanos nas empresas”.

O curso de Pedagogia no Brasil, ao longo da história, forma profissionais que dominam os conhecimentos pertinentes aos processos educativos na escola e no meio social, tendo como principal objeto de estudo a forma de ensinar e a gestão educacional.

4.2.3 ICD – 03 Aplicado ao Coordenador do Curso de Pedagogia da UESPI

Em meados da década de 60 ocorreram mudanças no Ensino Superior, motivadas pela Reforma Universitária. Para Sabadia (1998, p. 23):

As Coordenações de Cursos no ensino superior surgiram como uma das novidades da Reforma Universitária de 1968, em substituição aos Conselhos Técnicos Administrativos e Congregações que se constituíram

em um colegiado com a responsabilidade referente aos assuntos direta e especificamente ligados ao ensino de graduação.

Devido a todo o processo de mudanças posto pela era da informação e do conhecimento, é necessário introduzir novas técnicas e métodos de gestão que resultem em novos procedimentos acadêmicos e que demandem por uma reavaliação da pessoa do coordenador.

Na UESPI a coordenação do Curso de Pedagogia é exercida por uma Professora Pedagoga com Mestrado em Educação. Cabe às Coordenações de Cursos a responsabilidade pela parte pedagógico-didática de um curso de graduação de uma instituição de ensino superior. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica dos discentes da instituição, desde a entrada no curso até a formatura.

Quadro 14 - Matriz Analítica das Resposta do Coordenador do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, ano 2012

Perguntas feitas à Coordenadora do curso de Pedagogia	Respostas
Há quanto tempo você trabalha nessa IES?	02 anos;
Titulação	Mestrado
Você participou da elaboração do PPC	Não
Se participou que tipo de contribuição	Nenhuma
Você participa das Reuniões Pedagógicas da IES?	Sim
Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso?	Sim
O perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado	Sim
As competências e habilidades atendem o DCN? Diretrizes Curriculares Nacionais.	Sim
A Matriz Curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares?	Sim
O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial?	Sim
O que é Pedagogia Empresarial para você?	Mais uma disciplina

Fonte: ICD 03 09/12.

A Coordenadora do Curso de Pedagogia da UESPI trabalha há dois anos na instituição, possui mestrado em Educação, não participou na elaboração do projeto do Curso, porém conhece o Projeto e participa das reuniões.

De acordo suas respostas, o perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado. As competências e habilidades atendem as DCN, assim como a matriz curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares. O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial e considera que a pedagogia Empresarial é mais uma disciplina no currículo.

Para compreender melhor apresentamos no (Quadro 15), a matriz analítica das respostas ao questionário dos Egressos, Docentes e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UESPI.

Quadro 15 - Opiniões dos egressos, docentes e Coordenador do Curso de Pedagogia da UESPI

Indicadores	Egressos	Docentes	Coordenador
Perfil profissional	A maioria (40%) conhecem o PPC e dizem que o perfil proposto é o praticado	Todos conhecem o PPC e (60%) dos entrevistados dizem que o perfil proposto é o praticado	O coordenador do curso de Pedagogia da UESPI, conhece o PPC e diz que o perfil proposto é praticado
Competências/Habilidades	Para 20% as competências e habilidades atendem as DCNs	100% informam que as competências e habilidades atendem as DCNs	O Coordenador diz que as competências e habilidades atendem as DCNs
Matriz curricular/ Disciplinas que habilitam para atuar. Nas organizações não escolares	Para 20% as matrizes curriculares contêm disciplinas que habilitam para atuar nas organizações não escolares	80% disseram que a matriz curricular não contém disciplinas que habilitam para atuar em organizações não escolares	A matriz curricular contém disciplinas que habilitam para atuar em organizações não escolares
Docência/ necessidades do Mercado de trabalho em Organizações não escolares,	Somente 28% afirmaram que o Pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho não escolar	20% afirmaram que o Pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho não escolar	O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho em ambientes não escolares
Conhecer / Fazer O curso de Pedagogia Empresarial	36% conhecem e 56% fariam um curso de Pedagogia empresarial	40% disseram que é mais uma pedagogia, e 100% disseram que fariam o curso de pedagogia empresarial	O Coordenador diz que é mais uma disciplina

Fonte: ICD 01, de 06/12; ICD 02, de 08/12; ICD 03 09/12

4.2.4 Análise do Projeto Pedagógico PPC do Curso de Pedagogia da UESPI

A construção do Projeto Pedagógico é de fundamental importância, visto que ele confere significado às ações educativas exercidas de acordo com a identidade da instituição Escolar estabelecida coletivamente.

Vasconcelos (1995, p. 45) aponta algumas possíveis finalidades para o Projeto tais como:

[...] aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; ser urna canal de participação efetiva; dar urna referencial de conjunto para a caminhada;

ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola; ser uma instrumento de transformação da realidade; colaborar na formação dos participantes.

A UESPI, na trajetória curricular dos cursos de graduação, destaca dois elementos diretamente articulados que configuram a sua estrutura e dinâmica: a missão da IES e a construção da identidade dos cursos.

A história do curso de pedagogia da UESPI destaca-se por três grandes propostas, marcadamente influenciadas pelo contexto histórico da Educação Estadual Superior no Estado do Piauí: o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, criado em 1986; o Curso de Pedagogia com Habilitação: em Administração e Supervisão Educacional; e o curso de Licenciatura Plena em Normal Superior, ofertados em 2001.

A UESPI, em sintonia com o contexto nacional, instituiu uma comissão composta por representantes discentes e docentes para elaboração de uma nova matriz curricular que respeitasse os instrumentos legais. Considerando a urgência da matéria, o projeto de curso foi aprovado no primeiro semestre de 2004.

Após a implementação da nova matriz curricular em 2004, esta continuou em discussão no sentido de aperfeiçoá-la. Com o resultado das discussões e reflexões coletivas algumas alterações foram propostas e implantadas a partir de 2010/2011. As alterações não mudaram a concepção do curso aprovada em 2004, mas incluiu algumas disciplinas reivindicadas, alteração da carga horária e realocação de outras.

O projeto que ora estamos analisando tem a seguinte composição: Apresentação; Justificativa; Histórico do Campus de Floriano; Princípios e Fundamentos Curriculares; Objetivo do Curso; Competência e Habilidade; Estrutura Curricular; Equivalência Curricular; Administração Acadêmica do Curso; Infraestrutura Física do Curso e Referências.

4.2.4.1 Proposta Pedagógica Curricular da UESPI

A Proposta Pedagógica Curricular é um documento que serve como base para orientar a prática docente. Devemos lembrar que a proposta pedagógica só será eficaz se for fruto de uma ação reflexiva e coletiva, com a compreensão do

significado das mudanças provocadas pela reforma educacional (LDB, DCNs) e com base nos conteúdos levando em conta a realidade do contexto escolar.

O Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da UESPI, destaca o seguinte:

O novo Curso de Pedagogia que em seu projeto visa formar o docente para atuar na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e, simultaneamente, a formação em gestão do trabalho pedagógico, gestão educacional, atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de planos, projetos pedagógicos e políticas públicas na área educacional” (PPC, 2010, p. 11)

O Curso de Pedagogia da UESPI pauta-se na Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006, que institui as DCNs para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.

Art.1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos do sistema de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP no 5/2005 e 3/2006.

As DCNs para o Curso de Pedagogia, estabelecida pela Resolução CNE/CP n. 01/2006 aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional.

Para Silva Luz (2010, p.64):

A docência, nas DCN – Pedagogia, não é entendida no sentido restrito do ato de ministrar aulas. O sentido da docência é ampliado, uma vez que se articula à ideia de trabalho pedagógico, a ser desenvolvido nos espaços escolares e não escolares.

A Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UESPI diz o seguinte:

O pedagogo egresso da UESPI tem na docência a sua base de formação compreendendo-a numa dimensão de complexidade tal qual que envolva as demais atividades exercidas no espaço escolar e não escolar. Esta concepção implica perceber a gestão educacional, como eixo de formação, de tal forma imbricada à docência que só é possível percebê-las numa relação dialética, necessária a formação de um profissional competente. (PPC, 2010, p. 16).

Verifica-se que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea descortinam a ação valiosa do pedagogo fora da instituição escolar e para isso ele precisa estar atento para atender as necessidades que surgem junto às oportunidades. A proposta Curricular da UESPI não se preocupa com a formação para as Organizações não Escolar.

4.2.4.2 Competência e habilidades Contidas no PPC da UESPI

O Projeto de Curso de Pedagogia da UESPI, quando se refere às Competências/Habilidades diz:

O pedagogo é prioritariamente um profissional da educação desta forma as competências a serem exigidas deste profissional, além daquelas específicas ao pedagogo exigem-se aqueles pertinentes aos demais profissionais da educação e que estão estabelecidas no Parecer CNE/CP n. 009/2001. (PPC, 2010, p.19).

Perrenoud, (2001, p. 139,140) salienta que:

[...] manifestar competências profissionais diante de uma situação complexa é ser capaz: de identificar os obstáculos e problemas a serem superados; de considerar estratégias realistas em termos do tempo e dos recursos; de planejar e implementar estratégias adotadas, procedendo por etapas, atendendo as necessidades, mobilizando atores e reavaliando a situação; de respeitar princípios legais e éticos; de controlar as emoções, os humores e valores; de cooperar com outros profissionais e de extrair todos os ensinamentos durante e após a ação.

Competências se constituem num conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida.

Ainda de acordo com Perrenoud (2001, p. 15):

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos para solucionar uma série de situações que muitas vezes vão exigir um esforço que há alguns anos atrás não seria necessário, mas que na atualidade pode extrapolar as expectativas do professor.

Considerando competências como conteúdo, conhecimento, teoria e habilidades em ação, elas estão caracterizadas pela função e habilidades pela capacidade de ação, sendo estas inseparáveis, logo, a competência é o saber construído, elaborado e desenvolvido pelas muitas descobertas, redescobertas e as habilidades se referem ao saber quando e como fazer.

O Projeto de Curso de Pedagogia da UESPI, quando se refere às Competências/Habilidades está de acordo com a Lei n. 9.394/96; Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006; Pareceres CNE/CP n. 5/2005 e 3/2006; Parecer CNE/CP n. 009/2001.

4.2.4.3 Perfil do formando do Curso de Pedagogia da UESPI

O processo educacional realizado no interior de uma Instituição de Ensino Superior tende a formar profissionais habilitados a atuarem na sua área, através dos cursos oferecidos. Para Iglesias e Vosgerau (2011, p. 10):

A aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia consubstanciadas os Pareceres CNE/CP n. 05/2005 e n. 01/2006 e na Resolução CNE/ CP n. 01/2006, demarcaram, a ampliação do campo de atuação profissional dos pedagogos, sendo tal perspectiva reforçada nos artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 01/2006.

O perfil profissiográfico é a consideração das atitudes, habilidades e competências esperadas do profissional, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a área. Quando em circunstância de egressos de curso de pedagogia, o perfil de atuação do docente-pedagogo deverá estar ancora do nas Diretrizes traçadas pelo Parecer CNE/CP n. 5/2005, exigindo consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, realizadas ao longo do desenvolvimento do Curso.

O PPC da UESPI, não tem um tópico para descrever o perfil do egresso, porém faz a seguinte menção:

“[...] Curso de Pedagogia [...] visa formar o docente para atuar na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e, simultaneamente, a formação em gestão do trabalho pedagógico, gestão educacional, atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de planos, projetos pedagógicos e políticas públicas na área educacional” (PPC, 2010, p. 11)

Espera-se, que ao concluir sua formação, o egresso possa refletir sobre sua prática, a partir do conhecimento apropriado ao longo do curso, articulando ações democráticas, críticas e coletivas no contexto educativo onde está inserido.

4.2.4.4 Matriz Curricular de Pedagogia da UESPI

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (2006), fica determinado que os conhecimentos e as práticas de formação do pedagogo devem ser visualizados e planejados, atendendo ao projeto pedagógico e ao currículo interdisciplinar.

Portanto, para melhor refletir sobre a formação inicial e a mobilização de saberes necessários para a atuação docente, buscam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia que diz:

Art. 2º [...] aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e

objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, [...]. (BRASIL, 2006, p.1):

A matriz curricular da UESPI, conforme consta no PPC, fundamenta-se em:

A estrutura curricular está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacional para Formação de Professores e nas Diretrizes Curriculares Nacional para o Curso de Pedagogia e foi elaborada coletivamente com docentes e discentes. (PPC, 2010, p. 22).

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UESPI em conformidade com a Lei n. 9.394/96; Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006; Pareceres CNE/CP n.º 5/2005 e 3/2006; Parecer CNE/CP n. 009/2000, e está organizado em 09 blocos semestrais, com um total de 3.640 horas de atividades acadêmicas composta de conteúdos científico culturais, formação docente e atividades complementares, que deverão ser integralizados em no mínimo 04 anos e no máximo 07 anos. (APÊNDICES 1 e 2).

4.2.4.5 Disciplinas que habilitem o profissional Pedagogo para as Organizações não Escolar.

O curso de Pedagogia, com a aprovação das DCNs assume de forma bastante ampla três focos: docência, gestão e pesquisa.

Há necessidade de um curso específico para a pedagogia empresarial, considerando que a carga horária atual do curso de pedagogia em conformidade com a Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006, é de 3.200 horas, podendo ser concluída em 4 anos. Enquanto pedagogia empresarial se estuda em 60 horas o máximo, ou seja, em um curto prazo, onde não abrange todos os saberes necessários para uma atuação efetiva nas organizações não escolares.

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UESPI, em toda a sua matriz curricular, disponibiliza duas disciplinas que habilitariam o egresso para as organizações não Escolares. **Quadro 16.** Mas um grande problema surge: as ementas das disciplinas estão voltadas mais para gestão e não das Organizações não Escolares,

Quadro 16 - Disciplinas de habilitação profissional do pedagogo para as organizações não escolar da UESPI

Disciplinas	Carga Horário
Gestão de Processos Educativos I,	60
Gestão de Processos Educativos II	90
Total	150

Fonte: Matriz curricular do curso de pedagogia da UESPI

A educação não escolar deve propiciar uma formação dialógica, na qual os envolvidos construam naquele ambiente educativo o sentimento de pertencimento, envolvendo-se no processo educacional e sendo valorizado por ele.

4.2.4.6 O Atendimento as Organizações não Escolares

As grandes mudanças sociais, econômicas e políticas que vêm ocorrendo no âmbito da sociedade, tem causado um grande incremento no mercado de trabalho para o pedagogo, em espaços não escolar. A atuação do pedagogo não se restringe somente a escola no espaço formal de educação, mas também em espaços não formais. Para Oliveira (2012, p. 10):

O pedagogo pode atuar em todas as áreas que requerem trabalhos educativos, que envolvam processos de ensino-aprendizagem, assim, pode atuar tanto nas escolas, quanto em organizações que valorizem a qualificação profissional, o importante é se ter um conhecimento sólido a respeito das atividades exercidas.

A educação está presente, seja na escola, seja em uma organização, pois ela é a transformação da sociedade e está ligada aos valores sociais, morais e culturais. Para Meister (1999, p. 23):

A educação não termina quando o aluno se forma na escola tradicional. Na antiga economia, a vida de um indivíduo era dividida em dois períodos: aquele que ia para a escola e o posterior a sua formatura, em que começava a trabalhar. Agora espera-se que os trabalhadores construam sua base de conhecimento ao longo da vida.

Até pouco tempo a visão da função do pedagogo era de atuar em âmbito escolar. Este olhar está se modificando, a educação não escolar passa a ser um foco para o pedagogo. Portanto, o trabalho do pedagogo, como articulador de conhecimentos, está em todos os lugares, onde haja pessoas capazes de aprender. No (Quadro) 17, temos a análise do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI.

Quadro 17- Análise do PPC de Pedagogia da UESPI

Categoria	Indicadores	Descrição
-----------	-------------	-----------

PPC	Proposta Curricular	O pedagogo egresso da UESPI tem na docência a sua base de formação compreendendo-a numa dimensão de complexidade tal qual que envolva as demais atividades exercidas no espaço escolar e não escolar. Esta concepção implica perceber a gestão educacional, como eixo de formação, de tal forma imbricada à docência que só é possível perceber-las numa relação dialética, necessária a formação de um profissional competente
	Perfil profissiográfico	O PPC da UESPI, não tem um tópico para descrever o perfil do egresso. Portanto está aquém das DCNs.
	Competências/Habilidades	O Projeto de Curso de Pedagogia da UESPI, quando se refere às Competências/Habilidades está de acordo com a Lei n. 9.394/96; Resolução no 1, de 15 de maio de 2006; Pareceres CNE/CP no 5/2005 e 3/2006; Parecer CNE/CP n. 009/2001
	Matriz curricular/carga horária	O Curso está organizado em 09 (nove) blocos semestrais com um total de 3.640 horas de atividades acadêmicas composta de conteúdos científico culturais, formação docente e atividades complementares, que deverão ser integralizados em no mínimo 04 anos e no máximo 07 anos.
	Disciplinas que habilitam para atuar nas organizações não escolares	Em toda a matriz curricular só existem duas disciplinas que habilitariam o egresso para as organizações não Escolares, porém a ementa mostra está voltado para a gestão de escola. Significando que o Pedagogo egresso da UESPI não está habilitado para o mercado de trabalho nas organizações não escolares.
	Atendimento as Organizações não Escolares	Apesar da carga horária (3.640hs), a matriz curricular apenas reserva 4.13% para as disciplinas voltadas para às organizações não escolares

Fonte: PPC de Pedagogia da UESPI

Na análise do Projeto Pedagógico de Curso da UESPI, verificamos que o foco central da formação do pedagogo é a docência. Nesta visão, o pedagogo poderá ser apenas um docente responsável pelas turmas de ensino infantil e fundamental, bem como exercendo a função de supervisor e coordenador de ensino nas escolas. Mas ressaltamos que o papel desse profissional pode e deve ser ampliado, concordando com Pirozzi (2014, p. 36):

Dessa forma, uma temática bem pertinente para a reflexão é a pedagogia em espaços não escolares, algo novo, que surge como uma reafirmação da função do pedagogo como um profissional da educação, tendo seu campo de atuação não se restringindo exclusivamente ao universo escolar.

A educação não escolar deve propiciar uma formação dialógica, na qual os envolvidos construam naquele ambiente educativo o sentimento de pertencimento, envolvendo-se no processo educacional e sendo valorizado por ele.

Comprando os indicadores contidos no (Quadro 17), verificamos que há diferenças significativas com relação as respostas dos ICDs aplicados aos docentes e formandos em Pedagogia. Partindo desse exposto, afirmamos que o Pedagogo egresso da UESPI não está habilitado para o mercado de trabalho nas organizações não escolares.

4.3 A FACULDADE EVANGELICA DO PIAUÍ – FAEPI

A **FAEPI** é uma entidade privada, criada e mantida pela Associação Educacional do Piauí — ASSEPI, sociedade civil, de caráter social, educacional e cultural, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí. No dia 13 de setembro de 2004 através da Portaria n. 2.858, a **FAEPI**, passa a ser credenciada, e no mesmo ano e dia pelas Portarias n. 2.859 e n. 2.860 autoriza se o funcionamento do Curso de Pedagogia.

4.3.1 ICD – 01 Instrumento de Coleta de Dados Aplicado aos Formandos do Curso de pedagogia da FAEPI.

A educação ocorre durante toda a vida e compreende uma variedade de manifestações e atividades culturais, sociais, religiosas, políticas e não se restringe somente à escola ou à família. O pedagogo, profissional da educação, se faz presente nos diferentes espaços e âmbitos da existência individual e social. Através do (Quadro 19), mostramos a situação contextual dos egressos do curso de pedagogia da FAEPI, na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí Há um predomínio feminino, 100%, cerca de 40% têm entre 36 a 41 anos de idade, 10 são casados e 6 residem em Teresina

Quadro 18 – Situação contextual dos Egressos da FAEPI

Localidade	Situação contextual dos Docentes de Pedagogia da FAEPI	
	Quantidade	%
Residentes em Altos	3	20 %
Residentes em Teresina	6	60 %
Residentes em Timom – MA,	3	20 %
Não Mencionados	0	0 %

Fonte: ICD 01, de 06/12.

Quadro 19. Sexo, idade e estado civil dos Egressos do Curso de Pedagogia da FAEPI

Sexo	Feminino			Masculino		
	100 %			0 %		
Idade	18 a 23 anos	24 a 29 anos	30 a 35 anos	36 a 41 anos	42 a 47 anos	Mais de 48 anos
	00 %	20 %	20%	40 %	20 %	0 %
Estado civil	Casado(a)		Solteiro(a)	Divorciado(a)		Outro
	10		5	00		0

Fonte: ICD 01, de 06/12.

A identidade do pedagogo continua em processo de construção, juntamente com a construção de um curso de formação que não se sabe se deve formar para a lógica do mercado ou para se contrapor ao mesmo. Competem a nós pedagogos sempre nos atualizar, se aperfeiçoar e lutar pela valorização de nossa profissão, tendo em mente o compromisso social que nossa atuação exige.

Segundo Pimenta (2002, p. 77):

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão constante das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas [...] Do confronto entre teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no seu mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes e suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim a partir de sua rede de relações com os outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

A base de formação dos profissionais da educação deverá ser os fundamentos dos estudos pedagógicos, isto porque a Pedagogia é a ciência que deverá organizar a concretização dos meios e processos educativos de uma sociedade em busca de uma identidade contextual.

Quadro 20 - Informações acadêmicas dos Egressos da FAEPI

Indicadores.		Respostas	Quant	%
1	Porque Escolheu o <u>Curso de Pedagogia</u> ?	Não tinha Outra Opção	3	20 %
		Me Identifico com o Curso;	6	40 %
		Não Opino;	3	20 %
		Não Sei.	3	20 %

2	Você Conhece o <u>Projeto Político Pedagógico do Curso</u> de Pedagogia – PPC	Conheço;	3	20 %
		Não Conheço;	6	40 %
		Não Opinaram;	6	40 %
		Não Sei.	0	0 %
3	O <u>Perfil Profissiográfico</u> proposto é o mesmo Praticado?	Perfil Proposto é Praticado;	4	28 %
		Perfil Proposto não é Praticado;	6	40 %
		Não Opino;	3	20 %
		Não Sabe.	2	12 %
4	As <u>competências e habilidades</u> que devem desenvolver o curso de Pedagogia atendem as DCN?	Atende e também é Praticado;	6	40 %
		Não Atende	3	20 %
		Não Opino;	3	20 %
		Não Sabe	0	0 %
5	A <u>matriz curricular</u> contém disciplinas que habilitem o pedagogo para atender as necessidades do mercado de trabalho nas Organizações não Escolares?	Contem Disciplinas	4	28%
		Não Contem Disciplinas;	4	28%
		Não Opino;	3	20 %
		Não Sabe.	4	28 %
6	O Pedagogo formado por essa IES está habilitado para docência e atender <u>as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares</u> . Comente sua Resposta.	Está Habilitado;	11	72 %
		Não Está Habilitado;	4	28 %
		Não Opino	0	0 %
		Comentários		
	Os professores estão preocupados com o futuro pedagogo..	4	28 %	
7	Você conhece pedagogia Empresarial? Justifique sua resposta.	Conhece;	8	56 %
		Não Conhece;	3	20 %
		Não Opino	1	4 %
		Justificativa		
	É mais uma Pedagogia.	3	20%	
8	Você faria um curso de Pedagogia com uma linha de pesquisa voltada para a pedagogia empresarial? Por quê?	Sim, Faria;	12	80 %
		Não Faria;	3	20 %
		Não opino	0	0 %
		Justificativa		
	Para melhor me preparar para o mercado de trabalho	7	48%	

Fonte: ICD 01, de 06/12.

No (Quadro 20), encontramos as respostas dos formandos em Pedagogia da FAEPI. Eles confirmaram que na FAEPI há conhecimento do PPC. O perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado. As competências e habilidades atendem as DCN, assim como a matriz curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares e que o pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial, enfim consideram que a Pedagogia Empresarial é mais uma disciplina no currículo.

Recorrendo a Libâneo (2004, p. 153) e a Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, podemos compreender melhor as respostas dos egressos da FAEPI.

O termo pedagógico é representativo de uma concepção de educação que considera a Pedagogia como reflexão sistemática sobre as práticas educativas. [...] A ação pedagógica, portanto, não se refere apenas ao “como se faz”, mas, principalmente, ao “por que se faz”, orientando o trabalho educativo para as finalidades sociais e políticas almejadas pelo grupo de educadores.

O artigo 3º da Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006 diz respeito à formação do estudante de Pedagogia:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

O pedagogo na atualidade hoje não quer apenas trabalhar dentro da escola ou somente com crianças, ele quer mais. Não é de hoje que se observa a grande demanda de pedagogos para ambientes não-escolares.

De acordo com Ferreira (1995, p. 8): “[...] Um dos propósitos da Pedagogia na Empresa é a de qualificar todo o pessoal da organização nas áreas administrativas, operacional, gerencial, elevando a qualidade e produtividade organizacional.”

Cada vez mais o ambiente escolar torna-se pequeno para a extensão da área de pedagogia.

4.3.2 ICD - 02 Instrumento de Coleta de dados Aplicado aos Docentes do Curso de pedagogia da FAEPI

Quadro 21– Situação contextual dos Docentes da FAEPI

Localidade	Situação contextual dos Docentes de Pedagogia da UESPI	
	Quantidade	%
Residentes em Altos	0	0 %
Residentes em Timom	0	0 %
Residentes em Teresina	5	100 %
Não Mencionados	0	0 %

Fonte: ICD 02, de 08/12.

Quadro 22 - Sexo, idade e estado civil dos Docentes do Curso de Pedagogia da FAEPI

Sexo	Feminino			Masculino		
	80 %			20 %		
Idade	18 a 23 anos	24 a 29 anos	30 a 35 anos	36 a 41 anos	42 a 47 anos	Mais de 48 anos
	00 %	00 %	20%	60 %	20 %	0 %
Estado civil	Casado(a)		Solteiro(a)	Divorciado(a)		Outro

	5	0	00	0
--	---	---	----	---

Fonte: ICD 02, de 08/12.

No (Quadros 21), encontramos a situação contextual dos docentes da FAEPI, que responderam os questionários da pesquisa. O (Quadro 22), mostra a A predominância das mulheres, dos 5 docentes, 4 são mulheres, o que representa 80% do contingente, cerca de 60% está entre os 36 e 41 anos de idade, todos são casados, e residem em Teresina.

Quadro 23 - Informações acadêmicas dos Docentes da FAEPI

Indicadores.		Respostas	Quant	%
1	Há quanto <u>tempo você trabalha</u> nessa IES?	Um ano;	1	20 %
		Dois anos;	2	40 %
		Mais de dois anos;	2	40 %
		Não Opinou	0	0 %
2	Qual a sua Titulação?	Especialista	3	60 %
		Mestrado	2	40 %
		Doutorado	0	0 %
		Não opinou	0	0 %
3	Você participa das Reuniões Pedagógica da IES? Por quê?	Sim, participo;	4	80 %
		Não, participo;	1	20 %
		Não Opino;	0	0 %
4	Você conhece o projeto Pedagógico de da IES?	Sim, conheço;	3	60 %
		Não conheço;	1	20 %
		Não opinou	1	20 %
5	O Perfil Profissiográfico proposto é o mesmo praticado?	Sim,	3	60 %
		Não	2	20 %
		Não opinou	0	0 %
		Não sabe	0	0 %
6	As <u>competências e habilidades</u> que devem desenvolver o curso de Pedagogia, atendem as DCN?	Sim,	4	80%
		Não	0	0 %
		Não opinou	1	20 %
7	A matriz curricular contém disciplinas que habilitam o pedagogo as necessidades do mercado de trabalho nas Organizações não Escolares? Quais?	Contém	4	80 %
		Não Contém;	1	20 %
		Não Opino	0	0 %
		Justificativa		
		<i>Pedagogia empresarial</i>	2	40 %
8	O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e também para atender as necessidades do Mercado de Trabalho nas Organizações não Escolares?	Sim	4	80%
		Não	1	20%
		Não opino	0	0%
9	O que é o curso de Pedagogia Empresarial para você?	Não sei;	1	20 %
		Mas uma pedagogia	1	20 %
		Uma disciplina de gestão	3	60 %
		Justificativa		
		Uma nova visão de mercado	4	80 %
10	Você concordaria com a criação de um curso de graduação em pedagogia Empresarial? Por quê?	Sim	4	80 %
		Não	1	20 %
		Não opino	0	0 %

Fonte: ICD 02, de 08/12.

O (Quadro 23), mostra que 40% dos docentes está há mais de dois anos na FAEPI; que 60% têm titulação de especialistas, participam das reuniões pedagógicas, conhecem PPC. Eles disseram que o perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado e que as competências e habilidades atendem às DCN, assim como a matriz curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares e que o pedagogo, formado por essa IES, está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial. Enfim, consideram que a pedagogia Empresarial é uma nova visão de mercado.

Redefine-se o perfil do pedagogo na sociedade capitalista do século XXI com novas perspectivas para a educação não escolar e também para uma educação não formal. Passamos a constatar que o pedagogo deixa de ser, no atual contexto, o mesmo pedagogo do século XX.

O pedagogo lida com a prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. Assim, o trabalho pedagógico não se reduz ao trabalho escolar e docente, pois a base da identidade profissional do educador é a ação pedagógica e não apenas a ação docente.

Libâneo (2001, p. 51), reforça dizendo que o pedagogo depara-se com duas esferas de ação educativa:

“[...] escolar – que são os professores (ensino público e privado especialistas da ação educativa escolar (supervisores, coordenadores pedagógicos, administradores escolares, etc.); e especialistas em atividades pedagógicas para escolares (instrutores, técnicos, animadores, consultores, orientadores, psicopedagogos, etc.); extra escolar – são os profissionais que exercem sistematicamente atividade pedagógicas e os que ocupam apenas parte de seu tempo nestas atividades (trabalhadores sociais, monitores, instrutores de recreação, administração de pessoal, etc.).”

A nova formação ofereceu oportunidades para os acadêmicos em diferentes áreas, o que amplia a área de atuação no mercado de trabalho.

4.3.3 ICD - 03 Instrumento de Coleta de Dados aplicado ao Coordenador do curso de Teologia da FAEPI

Quadro 24 - Matriz Analítica das Resposta do Coordenador do Curso de Pedagogia da – FAEPI, ano 2012

Perguntas feitas à Coordenadora do curso de Pedagogia	Respostas
Há quanto tempo você trabalha nessa IES?	01 anos;
Titulação	Mestrado
Você participou da elaboração do PPC	Não

Se participou que tipo de contribuição	Nenhuma
Você participa das Reuniões Pedagógicas da IES?	Sim
Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso?	Sim
O perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado	Sim
As competências e habilidades atendem o DCN? Diretrizes Curriculares Nacionais.	Sim
A Matriz Curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares?	Sim
O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial?	Sim
O é Pedagogia Empresarial para você?	uma disciplina de Gestão

Fonte: ICD 03 09/12

O coordenador do curso de Pedagogia da FAEPI reside em Teresina, é do sexo feminino, tem entre 30 a 35 anos de idade, está na Instituição a 01 anos e possui a titulação de Mestrado, não participou da elaboração do PPC e participa das reuniões Pedagógicas.

No (Quadro 25), temos uma comparação das respostas dos egressos docentes e coordenadores.

Quadro 25 - Opiniões dos egressos, docentes e Coordenador do Curso de Pedagogia da FAEPI

Indicadores	Formandos	Docentes	Coordenador
Perfil profissiográfico	A maioria conhece (40%) conhecem o PPC e dizem que o perfil proposto é o praticado	Todos conhecem o PPC e (60%) dos entrevistados dizem que o perfil proposto é o praticado	O coordenador do curso de Pedagogia da FAEPI conhece o PPC e diz que o perfil proposto é praticado
Competências/Habilidades	Para 40%, as competências e habilidades atendem as DCNs	80% informam que as competências e habilidades atendem as DCNs	O Coordenador diz que as competências e habilidades atendem as DCNs
Matriz curricular/ Disciplinas que habilitam para atuar. Nas organizações não escolares	Para 36% a matriz curricular contém disciplinas que habilitam para atuar nas organizações não escolares	80% disseram que a matriz curricular contém disciplinas que habilitam para atuar em organizações não escolares	A matriz curricular contém disciplinas que habilitam para atuar em organizações não escolares
Docência/ necessidades do Mercado de trabalho em Organizações não escolares,	Somente 72% afirmaram que o Pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho não escolar	80% afirmaram que o Pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho não escolar	O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e mercado de trabalho em ambiente não escolares
Conhecer / Fazer O curso de Pedagogia Empresarial	56% conhecem e 80 % fariam um curso de Pedagogia empresarial	60% disseram que é uma disciplina de gestão e 80% disseram que fariam o curso de pedagogia	O Coordenador diz que é uma disciplina de Gestão

		empresarial	
--	--	-------------	--

Fonte: ICD 01, de 06/12; ICD 02, de 08/12; ICD 03 09/12

4.3.4 Análise do projeto político Pedagógico – PPC do Curso de Pedagogia da FAEPI

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que concentra a concepção do curso de graduação, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem da Graduação. Segundo Libâneo (2001, p. 125), o projeto pedagógico "[...] deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola", tendo em conta as características do instituído e do instituinte”.

Quando falamos da construção do projeto pedagógico falamos de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, que deverá conduzir demais etapas.

A história da Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI sintetizada:

A FAEPI é a concretização de um projeto educacional de uma equipe de educadores piauiense, que há alguns anos vem oferecendo à comunidade de Teresina o Curso de Bacharelado em Teologia, de caráter livre. Por constatar o interesse de sua clientela em ter um Curso de Bacharelado em Teologia credenciado pelo Ministério da Educação (MEC), e fundamentando-se nas regulamentações já emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para a criação do Bacharelado em Teologia, tomou a decisão de credenciar a FAEPI junto ao MEC e solicitar autorização para transformar seu Curso livre de Teologia em um Bacharelado com um Projeto Pedagógico voltado para a discussão da religião em uma perspectiva ecumênica. Nesta Perspectiva no dia 13 de setembro de 2004 através da Portaria n. 2.858 a Faculdade Evangélica do Piauí passa a ser credenciada, no mesmo ano e dia pelas Portaria n. 2860 e Portaria n. 2859, Autoriza o Funcionamento do Curso Pedagogia e conseqüentemente a Autorização do Curso de Bacharelado em Teologia com 200 vagas totais anuais nos turnos diurno e noturno. No Ano de 2010 vem a Reconhecer o Curso de Bacharelado em Teologia através da Portaria n. 1287 de 02 de setembro de 2010.(PPC, 2010, p. 8)

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FAEPI foi elaborado por uma comissão de Mestre e Doutores e tem a seguinte Divisão:

1. Dados gerais do curso e da Instituição de Ensino Superior;
2. Organização Didático-Pedagógica;

3. Coordenação e Corpo Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia
4. Bibliografia

O Projeto Político Pedagógico é um documento que permite ser reescrito, uma vez que sua vigência é de quatro anos letivos consecutivos, onde tal procedimento requer a participação de todos os segmentos da IES, em especial, a grande importância dos saberes docentes que contribuem para a confecção deste instrumento.

1.3.4.1 Proposta Pedagógica Curricular da FAEPI

O trabalho pedagógico deve ser organizado conforme a LDBEN, disposto no Artigo 3º (Lei n. 9.394/96), devendo o ensino ser ministrado com base de igualdade de condições, acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a fim de que nosso aluno possa se formar um ser humano com dignidade, perspectiva de futuro melhor, bem como tornar-se consciente de seu papel na sociedade.

O Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da FAEPI, diz o seguinte:

Diante da carência e da necessidade do Estado do Piauí e circunvizinhança em cumprir a meta nacional da garantia do acesso e permanência a todos em idade escolar, o número de escolas de educação infantil e ensino fundamental cresceu significativamente no Estado desde a década de 90, garantindo um amplo e diversificado mercado de trabalho para os profissionais graduados em Pedagogia. Com base nesse contexto, a **FAEPI** oferece o **Curso de Licenciatura em Pedagogia** fundamentada na Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006, na qual fica facultado aos portadores de diploma do curso de graduação em Pedagogia, o exercício no Magistério com possibilidades na Administração, Supervisão, Assessoria Pedagógica e Educacional em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental), na Formação e Treinamento de Recursos Humanos em instituições não-escolares (como sindicatos, empresas, etc.), ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial (PPC, 2010, p.9).

O grande desafio para as Instituições é justamente organizar sua proposta pedagógica curricular considerando a flexibilidade do trabalho do pedagogo. Conforme o Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da FAEPI, a Proposta Pedagógica Curricular é a seguinte:

[...] curso superior de formação de pedagogos, a **FAEPI** promove um conjunto de ações articuladas que incidem no estudo dos conteúdos curriculares da educação básica escolar, da didática, das teorias pedagógicas em articulação com as metodologias, tecnologias de informação e comunicação com as respectivas linguagens aplicadas ao ensino; estudo dos processos de organização do trabalho escolar e não-

escolar; investigação na área educacional e empresarial, e, ainda, a análise das relações entre educação e trabalho, cujos resultados beneficiam o sistema educacional piauiense.(PPC,2010, p.10,11).

Quando se pensa nos cenários pedagógicos, pode-se estar em qualquer lugar escolar e não-escolar, seja em uma empresa, onde o aprendizado envolverá o aperfeiçoamento do processo organizacional, exigindo interação, comunicação, informatização e desenvolvimento de capacidades, seja em uma comunidade em que se aplicará a aprendizagem cidadão em qualquer âmbito, em que se precisa de alguma forma do processo aprendizagem. A Proposta da FAEPI, mostra a preocupação em preparar o pedagogo para as organizações não escolar.

4.3.4.2 Competências e Habilidades contidas no PPC da FAEPI

Estudos atuais apontam para as transformações que a sociedade está passando, sobretudo no que diz respeito à criação de uma nova cultura que apresenta mudanças nas formas de produção e apropriação dos saberes. Para Felix e Navarro (2009, p. 2):

As mudanças atuais no conceito do que é ensinar diz respeito à capacidade de ir além dos conteúdos e das informações didáticas, de modo que estes possibilitem a aprendizagem como uma competência central que possa ser desenvolvida tanto pelo educador quanto pelo educando, através de suas próprias realidades vividas.

Competências se constituem num conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida. De acordo com Perrenoud (2001, p. 15),

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos para solucionar uma série de situações que muitas vezes vão exigir um esforço que há alguns anos atrás não seria necessário, mas que na atualidade pode extrapolar as expectativas do professor.

O desenvolvimento das habilidades e competências ocorre por meio de atividades como pesquisa, conhecimento teórico, vivência, reflexão e ação. Sendo assim, as competências e as habilidades só serão desenvolvidas num trabalho interdisciplinar e contextualizado. Mas para que isto ocorra, o professor precisa estar apto a desenvolver sua própria postura interdisciplinar e contextualizada.

No Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da FAEPI não existe o tópico “*Competências e Habilidades*”, destacado como deveria ser, porém encontramos “lampejos” no decorrer do conteúdo como:

[...]estudo dos conteúdos curriculares da educação básica escolar, da didática, das teorias pedagógicas em articulação com as metodologias, tecnologias de informação e comunicação com as respectivas linguagens aplicadas ao ensino;(PPC,2010, p. 10).

[...] estudo dos processos de organização do trabalho escolar e não-escolar; investigação na área educacional e empresarial, e, ainda, a análise das relações entre educação e trabalho, cujos resultados beneficiam o sistema educacional piauiense. (PPC,2010, p. 11)

Considerando competências como conteúdo, conhecimento, teoria e habilidades em ação, elas estão caracterizadas pela função, e as habilidades pela capacidade de ação, sendo estas inseparáveis. A competência não pode ser transmitida. Ela deve ser construída de forma ativa. Uma competência pode estar desenvolvida em diferentes níveis de complexidade e nunca é um produto final, acabado, mas um processo em permanente desenvolvimento.

O PPC da FAEPI não faz nenhuma referência ao Parecer CNE/CP n. 009/2001, que trata das DCNs para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. O PPC que estamos analisando é de 2010 — não tivemos acesso às atualizações.

4.3.4.3 Perfil do Egresso do Curso de Pedagogia da FAEPI

O perfil do egresso, em conjunto com as concepções filosóficas, é o elemento que articula os demais componentes do projeto pedagógico. Neste sentido, o processo de construção do perfil do egresso é fundamental para o sucesso de um projeto pedagógico e implica definição dos elementos constituintes deste perfil e na metodologia para sua especificação e validação. No Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da FAEPI:

O Pedagogo formado pela **FAEPI** pode atuar tanto no Magistério da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental e com possibilidades na Administração, Supervisão, Assessoria Pedagógica e Educacional em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental), Formação e Treinamento de Recursos Humanos em instituições não-escolares (como sindicatos, empresas, etc.), ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial. O estudante sai licenciado em Pedagogia, com atuação docente nas séries da educação infantil e iniciais do ensino fundamental; estuda e pesquisa o trabalho pedagógico nestes níveis de ensino e pode trabalhar como pedagogo na direção e coordenação do planejamento, execução e avaliação de sistemas escolares e das unidades que os compõem. Seu campo de atuação amplia-se para as instituições não-escolares e não-formais e para classes/instituições que recebem alunos portadores de deficiência. (PPC, 2010, p.11).

Pelas novas Diretrizes, o Curso de Pedagogia passou a destinar-se a diversas formações e campos de atuação: professores para a Educação Infantil,

para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para o ensino nos cursos de nível médio, na modalidade Normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; às atividades de organização e gestão educacionais; e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional.

No parágrafo único do art. 4º, as novas DCNs para o curso de Pedagogia (2005-2006) dispõem que, a participação na organização e na gestão de sistemas e instituições de ensino faz parte das atividades docentes, por isso o trabalho docente engloba o planejamento, a execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação de tarefas próprias do setor da educação; de projetos e experiências educativas não escolares e de difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares. Ao analisar o PPC da FAEPI, no tópico, (*Perfil do Egresso do Curso de Pedagogia*), verificamos que não é mencionado a LDB n. 9394/96, e as DCNs para o curso de Pedagogia, para justificar as afirmações exposta no conteúdo.

4.3.4.4 Matriz Curricular de Pedagogia da FAEPI

Portanto, para melhor refletir sobre a formação inicial e a mobilização de saberes necessários para a atuação docente, buscam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia Brasil:

Art. 2º [...] aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, [...]. (BRASIL, 2006, p.1)

O Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEPI destaca o seguinte:

O Projeto Pedagógico do **Curso de Licenciatura em Pedagogia** da **FAEPI**, visando atender a legislação vigente, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura, propõe-se a fazer uso de componentes imprescindíveis à formação integral do profissional, que são: atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculada aos aspectos acadêmico-científico-culturais e regionais em ambientes escolares e não-escolares (PPC, 2010, p.16)

O Curso de Pedagogia da FAEPI tem 3.270 horas distribuído em 8 semestres, atualmente reconhecido pelo MEC através da Portaria n. 288 de 22 de julho de 2011.

4.3.4.5 Disciplinas que habilitem o profissional Pedagogo para as Organizações não Escolar

As práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, mas estão subordinadas a interesses de grupo e de classes sociais.

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da FAEPI tem em toda a matriz curricular cinco disciplinas que habilitariam o egresso para as organizações não escolares, conforme **Quadro 26**. Foi reservado somente 9.17 % da matriz curricular para habilitar o Pedagogo para as Organizações não Escolares.

Quadro 26: Disciplinas de habilitação profissional do pedagogo para as organizações não escolares FAEPI

Disciplinas	Carga Horário
Gestão do Trabalho Pedagógico I	60
Gestão do Trabalho Pedagógico II	60
Pedagogia Empresarial e Empreendedorismo	60
Educação em Ambiente Não Escolar	60
Psicologia do Comportamento Organizacional	60
Total	300

Fonte: Matriz curricular da FAEPI

A pedagogia sendo um instrumento da educação e tendo essa educação agora ampliado seu leque de atuação, seja em Associações de Moradores, de Artesãos, em Igrejas e ONGs, Empresas tanto particulares como públicas, sua formação deve contemplar princípios epistemológicos visando a transformação da nossa sociedade numa mais justa e solidária, crítica e autônoma. Temos assim o que Holtz (2006, p. 6) chamou de casamento perfeito:

[...] a Pedagogia e a Empresa fazem um casamento perfeito. Ambas têm o mesmo objetivo em relação às pessoas, especialmente nos tempos atuais. Vejam, tanto a Empresa como a Pedagogia agem em direção a realização de ideais e objetivos definidos, no trabalho de provocar mudanças no comportamento das pessoas. Este processo de mudança provocada no comportamento das pessoas em direção a um objetivo chamasse aprendizagem.

Sabe-se que, independentemente do ambiente no qual o profissional venha a trabalhar, precisará ser competente, porém jamais se exonerando de seu compromisso com a formação de sujeitos conscientes e críticos.

4.3.4.6 O Atendimento as Organizações não Escolares

O pedagogo tem uma grande responsabilidade quando colabora em espaços muitas vezes por ele desconhecido, exemplificando os contextos não escolares (Hospitais, Empresas, ONGs, Instituições).

A educação está presente na escola ou em uma organização, pois ela é a transformação da sociedade e está ligada aos valores sociais, morais e culturais. Frison (2004, p. 88) discute o lugar da educação afirmando que:

[...] na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou não formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades.

Reconhecer que existem diferenças entre cada tipo de educação em função de seus espaços culturais e físicos, é reconhecer a diversidade de educações e amplitude de atuação da sociedade e do pedagogo, em especial.

Na FAEPI, a análise do PPC, demonstrou que a matriz curricular determina 3.270 horas, distribuídas em atividades formativas (2.850 horas), Estágio Supervisionado (300 horas) e Atividades Complementares (120 horas).

As análises dos ICDs aplicado aos docentes, coordenadores e formandos da FAEPI, evidenciaram que o Pedagogo formado por essa IES, está habilitado para as Organizações não Escolar, e à Docência. Assim, acreditamos ter conseguido dar ênfase às questões relevantes acerca do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar.

5 CONCLUSÃO

Chegar ao final de um trabalho de pesquisa pode significar um recomeço, uma reflexão sobre aquilo que tínhamos no início. Estamos chegando ao final de uma jornada. Ao olharmos para trás não é possível deixar de compreender o tamanho do caminho percorrido para chegar até aqui. O desenvolvimento deste trabalho de pesquisa nos fez perceber que não podemos falar em conclusão, em término, pois a Ciência é infinita.

Compreender o processo da produção científica requer do pesquisador muito mais do que a apresentação de resultados. A construção de uma pesquisa científica é um desafio. Para Schutz, (1972, p. 23-24):

[...] a compreensão de uma determinada coisa só é possível ao reduzi-la à atividade que a criou e aos motivos que a originaram, somente sendo possível compreender a atividade humana compreendendo a ação correspondente. Assim, a ação está determinada pelo projeto que inclui o "motivo para" que é o propósito da ação e o "motivo porque" ou seja a razão ou causa da ação.

A pesquisa possibilita o avanço do conhecimento acerca de uma determinada situação, visto que sem ela a compreensão de mundo torna-se limitada e pouco consciente. A presente investigação, foi norteadada pela seguinte questão problematizadora: Os profissionais formados nos cursos de Pedagogia atendem às necessidades das Organizações não Escolares?

A princípio, realizamos um estudo bibliográfico descrevendo e caracterizando a história do curso de Pedagogia desde a sua origem na Grécia Antiga, até a promulgação das DCNs para o Curso de Pedagogia através da Resolução CNE/CP n. 1/06 (BRASIL, 2006). No Brasil, em toda a sua trajetória, o curso de Pedagogia passou por três regulamentações desde a sua criação em 1939 (Decreto-Lei n. 1190): a) em 1962 (Parecer n. 251/62 - CFE); b) em 1969 (Parecer n. 252/69 - CFE) e c) em 2006, com a promulgação das DCNs para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006). Através deste estudo, foi possível identificar e conhecer as normas legais que o constituíram desde sua criação, e a origem dos questionamentos que ainda acompanham o curso.

Nesta pesquisa, confirmamos o que muitos pesquisadores como: Aquino (2011); Dalla Corte (2011); Silva (1999); Tulio (2015), já vinham sinalizando em seus estudos sobre o curso de Pedagogia e o pedagogo. Para esses pesquisadores o curso de Pedagogia é de caráter generalista, não há definição da identidade do profissional a ser formado, e tão pouco, reocupação com a formação do profissional para o mercado de trabalho nas organizações não escolares.

As etapas seguintes, foram análise dos Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia das IES pesquisadas, e aplicação dos questionários com perguntas semiestruturadas aos formandos, docentes e coordenadores de curso. As análises e interpretações dos dados não foi tarefa fácil, pois selecionamos aquilo que realmente nos interessava em um universo muito amplo de informações. Em alguns momentos, tínhamos a sensação de não ter selecionado as categorias de maneira adequada. No entanto, o que buscamos foi uma articulação dos dados revelados a partir da leitura do material.

Acreditamos que não exista uma análise melhor ou pior, mas uma análise adequada aos objetivos do estudo, bem como ao material coletado. Esta fase, talvez a mais longa e exaustiva do trabalho, oportunizou o contato com informações valiosas para que chegássemos às respostas dos questionamentos iniciais.

Assim, todo o caminho percorrido até aqui foi feito para encontrar subsídios a fim de que pudéssemos analisar o Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar.

De acordo com o primeiro objetivo estabelecido para a pesquisa, construímos três ICDs, e aplicamos aos formandos, docentes e coordenadores dos cursos de Pedagogia da UESPI e da FAEPI. Os resultados das análises mostraram que não há harmonização nas respostas entre os pesquisados, principalmente no que se refere aos indicadores Perfil Profissiográfico proposto e Praticado, e, competências e habilidades.

No segundo objetivo, procuramos identificar as propostas pedagógicas contidas Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia da UESPI e da FAEPI, onde foi constatado que o pedagogo aparece como sujeito essencial para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao processo educativo, porém não há ênfase aos espaços e organizações não escolares.

As análises comparativas enunciaram a constatação de diferenciais significativos na Proposta Pedagógica dos Cursos de Pedagogia das duas IES.

Por fim, nosso último objetivo foi confirmar se há preparo e habilitação do profissional pedagogo para as organizações não escolares. As análises das matrizes curricular através de comparações, verificou que a UESPI tem em sua matriz curricular duas disciplinas para habilitar o pedagogo em espaços e organizações não escolares que totaliza 150 horas/aula, e 4.13% de sua malha curricular. A FAEPI tem em toda a sua matriz curricular, cinco disciplinas para habilitação do formando para as organizações não escolar, o que equivale a 300 horas/aula, 9.17 % da grade curricular.

Pelo exposto até aqui, conforme comprovado pelas análises do PPC, respostas dos questionários aplicados aos formandos, docentes e coordenadores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, constatamos que a UESPI não habilita o Pedagogo para as Organizações não Escolar. Sua ênfase é a docência.

Na FAEPI, a análise do PPC, e as respostas dos questionários, constataram que há habilitação do Pedagogo para as Organizações não Escolar, e à Docência.

Assim, acreditamos ter conseguido dar ênfase às questões relevantes acerca do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar.

Esta pesquisa se apresenta mais como uma possibilidade do que como algo concluído, e, em virtude disto, exige ainda um grande refinamento, dando-lhe uma atenção na agenda de pesquisas e foi neste enclave que esta investigação se encaixou.

A contribuição do presente trabalho foi, além de demarcar o corte temporal das discussões, situar o problema frente ao debate e validar o estudo do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar.

Nas recomendações, destacamos as possibilidades de avanços, com proeminência para alguns aspectos nos quais o tema problematizado ainda demanda pesquisas mais aprofundadas. As condições de realização deste estudo foram de fundamental importância para o autor da Pesquisa, que se preocupa com a integridade de seus resultados e análises.

Face ao exposto, sugerimos, então, que novos estudos sejam realizados para que os números de pesquisas consistentes acerca do tema suscitem novas estratégias e criem novas teorias relacionadas ao Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolar. Recomendamos:

- ✓ Reestruturação das matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das IES, para que os futuros pedagogos possam atender com qualidade as necessidades do mercado de trabalho nas organizações não escolares.
- ✓ Incluir nos Projetos Pedagógicos as competências e habilidades estabelecidas nas DCNs para o curso de graduação em Pedagogia;
- ✓ Incluir na matriz curricular dos cursos de Pedagogia a prática pré-profissional (estágio) voltada para a docência em organizações não escolares;
- ✓ Um prático, onde a formação do discente esteja elencada para o binômio escola e as organizações não escolar.

Com alegria celebramos a conclusão deste trabalho e esperamos que as constatações e reflexões apresentadas aqui sejam utilizadas como fontes de estudos e pesquisas nos Cursos de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola; VISALBERHI, Aldo. **História de la pedagogia**. Madrid, Es: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ABRANTES, José. **Pedagogia Empresarial**: nas organizações que aprendem. Rio de Janeiro: Wak. 2009.

AMATUCCI, Marco. **O Perfil do Administrador Brasileiro Para o Século XXI: Um enfoque metodológico.** São Paulo, 2000. 295f. Tese de (Doutorado em Administração de Empresa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE FILHO, Francisco Antônio de. **Filosofia e epistemologia:** gestão do conhecimento e Pedagogia Empresarial na sociedade informatizada. Disponível em: <http://www.users.hotlink.com.br/fico/refl0091.htm> Acesso em: 01 jan. 2013.

AQUINO, Soraia Lourenço de. **O Pedagogo e seus Espaços de Atuação nas Representações Sociais de Egressos do Curso de Pedagogia.** 2011, 189f. Dissertação de (Mestrado Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

ARAÚJO, Ana Flávia Crespim da Silva. Pedagogia Empresarial e Aprender Brincando e a Importância do Jogo: Diferentes Temas na Área Educacional. **Facsi em Revista**, [S.l.], a. 3, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2013.

ARANTES, Ana Paula Pereira.; GEBRAN, Raimunda Abou. O curso de Pedagogia e o Processo de Formação do Pedagogo no Brasil: percurso histórico e marcos legais. **Revista HOLOS**, Natal: ano 30, v. 6. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643>. Acesso em: 20 maio 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. rev e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização:** lições de filosofia a do direito e do Estado. Tradução Patrice Charles Guillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ARROYO, Miguel. Trabalho: educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 138-165

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BARBOSA, Cláudio Luís de Alvarenga. **Educação Física Escolar:** as

representações sociais. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

BARBOSA, Elazier. **Dicionário - A Origem das Palavras**. São Paulo: RG Editores, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Parecer sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Especial. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Ministério de Educação. **Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública**. Decreto n. 19.402, de 14 de Novembro 1930. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Congresso Nacional. Dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas. Lei n. 6.297, de 15 de dezembro de 1975. Publicado no **Diário Oficial da União** em 16/12/1975 - Seção 1. Brasília, DF: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6297-15-dezembro-1975-357263-norma-pl.html>. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. Ministério de Educação. **Criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras**. Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de Abril de 1939. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1190.htm. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Presidência da República. **A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica**. Decreto-Lei n. 3.276, 1999. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília: 1999. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer 5/2005**. Projeto de Resolução. Aprovada em: 13 dez. 2005. Disponível em:<www.mec.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2012.

_____. Ministério de Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer 3/2005**. Projeto de Resolução. Aprovada em: 13 dez. 2005. Disponível em:<www.mec.gov.br>. Acesso em: 08 nov. 2012.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006. **Diário Oficial da União**, 16 maio 2006. Disponível em:<www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: Ed.UFPI, 1996.

BRZEZINSKI, Íria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

BUNGE, Mario. **Epistemologia**. São Paulo: Ed.USP, 1980.

CACHAPUZ, António; GIL-PÉREZ, Daniel; CARVALHO Anna Maria Pessoa de; PRAIA, João; VILCHES, Amparo (Org.). **A necessária renovação do Ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAMARGO, José Carlos Godoy. O problema do Método nas Ciências Humanas: o Caso da Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Rio Branco, ano 03, número 06, 2004. Acesso em: 13 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/120/91>. Acesso em: 13 fev. 2013.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CARVALHO, Geraldo do Nascimento. **Educação-mercadoria: a expansão do Ensino Superior Privado no Piauí (1990-2005)**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

CASTRO, Alice Viveiros. **O Elogio da Bobagem – Palhaços no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro:Família Bastos, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg., FONSECA, Eneida Simões da. Classe hospitalar: buscando padrões referenciais de atendimento pedagógico-educacional a criança e ao adolescente hospitalizados. **Revista Integração**, MEC/SEESP, ano

9, n. 21, p. 31-39, 1999.

CERONI, Mary Rosane. O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares. In. I Congresso Internacional de Pedagogia Social, **Anais...2006**. São Paulo. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/>. Acesso em: 13 dez.2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CHAVES, E. O. C. O curso de Pedagogia: um breve histórico e um resumo da situação atual. **Cadernos do CEDES**. A formação do educador em debate. São Paulo, v 1, p. 47-69, 1981.

COMENIUS. **Didática Magna**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006 sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. (2006/962/CE). Bruxelas, Be: **Jornal Oficial da União Europeia**, 2006.

COSTA, Cristina. **Educação, imagem e mídias**. São Paulo: Cortez, 2005.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da educação**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

COOPER, Donald.; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, Jonh. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Giseli Barreto da. **O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de Pedagogos Primordiais**. 2008. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DALLA CORTE, Marilene Gabriel. **O Estágio Curricular e a Formação de Qualidade do Pedagogo**. 2010. 314f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Pesquisa**: princípios científicos e educativos. São Paulo: Cortez, 1990.

DELUIZ, Neize. O Modelo das Competências profissionais no Mundo do trabalho e na Educação: implicações para o currículo. **Boletim técnico do Senac**, v. 27, n. 15-25, p.1, set./dez. 2001.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Loyola, 2004.

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. **Formação do Pedagogo**: Entre Velhos Desafios e Novos Compromissos. 2008, 138f. Dissertação de (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. n 18, p. 22-34, 2001.

DURHAM, Eunice. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 24 -197

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

EBOLO, Marisa. **Educação corporativa no Brasil**: mitos e verdades. São Paulo: Gente, 2004.

ESCARIO, Silvana. **A noção de competências nos currículos em cursos de pedagogia no estado de Santa Catarina**. 2010, 82f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2010

ESTEVES, Claudia R. Pedagogia Hospitalar: um breve histórico. São Paulo, e-**Faceq: revista eletrônica dos discentes da Faculdade Eça de Queiros**, ano 1, n. 1, junho de 2012. Disponível em: <http://qualievidanapedhospitalar.blogspot.com>. Acesso em: 22 dez. 2013.

FACHIN, Odilia, **Fundamentos de Tecnologia**. São Paulo, Saraiva, 2005.

FRAUCHES, Celso da Costa. **Curso de Pedagogia**: o que fazer? SEMESP. São Paulo: 2006.

FELIX, Fabiola Angarten; NAVARRO, Elaine Cristina. Habilidades e Competências: Novos Saberes Educacionais e a Postura do Professor. **Revista in disciplinar**. Universidade do Vale do Araguaia, p.2, 2009.

FIREMAN, Maria Derise. **O Trabalho do pedagogo em instituição não escolar**. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2006.

FERRARI, Márcio. **Grandes pensadores**: Johann Friedrich Herbart. São Paulo: Nova Escola, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Paulo Pinto. **Treinamento de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, Paulo da Trindade. **Guia do animador na formação de adultos**. 6. ed. Lisboa, PT: Presença, 2007.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FONTES, Rejane de S. A reinvenção da escola a partir de uma experiência instituinte em hospital. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n.2, maio/Ago, p.271-282, 2004.

FONSECA, Maria de Jesus. Sobre o Conceito de Ciência. **Revista MILLENIUM** n. 6 - Março de 1997. Disponível em: http://www.ipv.pt/millennium/arq6_1.htm. Acesso em: 12 set. 2012.

FRANCO, Maria Ciavatta. Estudos comparados em educação: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: CIAVATTA, Maria Aparecida Franco.(Org.) **Estudos Comparados e educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRANCO, M. C. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação e Sociedade**. ano XXI, n. 72, p. 197-230, ago. 2000.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para a formação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 63-97, jan./abr. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Revista Educação e Sociedade**, v. 20. n. 68, Campinas, SP: 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068.pdf> . Acesso em: 9 nov. 2012.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. O pedagogo em espaços não escolares: novos desafios. **Ciência**. Porto Alegre: n. 36, p. 87-103, jul./dez. 2004.

FROZ, Suany Clise Cutrim. ONGs e Movimentos Sociais: para uma análise dos elementos conceituais. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...** Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2005.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005. In: Congresso Nacional de Educação. **Educere**. Curitiba: n. 8, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Atica, 2000.

_____. **História das Ideias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GALLO, Mariana Sieni da Cruz. A História da Formação de Pedagogos no curso de Pedagogia: um debate identitário. In. IX Congresso nacional de Educação – EDUCARE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **Anais...** Curitiba: PUC , 2009.

GERALDO, José Luis González. **La influencia de la educación antigua en la educación actual: el ideal de Paideia**. Sevilla, Es: Cefaleia, 2010.

GHIRALDELLI JR., PAULO. **O que é pedagogia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisar**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, Gilmara de Carvalho; TOLEDO, Juliane Dias. Perfil Profissiográfico: O que é?. **Revista Lavorita – o seu RH Virtual**, São Paulo: ano 1, n.2 nov. 2010 Disponível em: <https://sites.google.com/site/lavorita/perfil-profissiografico-o-que-e>. Acesso em: 23 ago. 2013.

GONÇALVES, Sonia. DONATONI, Alaide Rita. Da História da Pedagogia a História da Educação: Fatos e Marcos em busca de (Res)significação Epistemológica. Uberaba, **Revista uniub**, ano 2, n.10 ago., 2010. Disponível em: <http://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/324/315>. Acesso em: 20 out. 2012.

GONÇALVES, Quelma Gomes. **O Curso de Pedagogia e a Formação de Docentes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2011, 127f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

GRECO, Myrian Glória. **O pedagogo empresarial**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp00.htm>> Acesso em: 15 jan. 2007.

GUBA, E; Lincoln, Y. Competencia de paradigmas en la investigación cualitativa. In: DENZIN, N.; Lincoln, Y. (Eds). **Hand book of Qualitativa Research**. California: Sage Publications. Traducción Mario Perrone. CEIL. Seminario de metodología. Material de uso interno.

GUELMAN, Anahí. **Pedagogos y alternativas pedagógicas en América Latina**. Disponível em: <http://ecpuna.fahce.unlp.edu.ar>. Acesso em: 20 dez. 2013.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves.; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Ed. USP, 2000.

HESSELGRAVE, David J. **Comunicação transcultural do evangelho**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

HOLTZ, Maria Luiza M. Lições de pedagogia empresarial. **MH Assessoria Empresarial**. Sorocaba. 2006. Disponível em: http://www.licoas_de_pedagogia_empresarial. Revista e ampliada 2006. Acesso em: 10 de julho de 2012.

IGLESIAS, Sandra Letícia S.; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. A Formação do Pedagogo em Diferentes Realidades. X Congresso Nacional de Educação - Educare; I Seminário internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. SIRSSE. **Anais...** Curitiba: PUC, 2011.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BLANCA, Jiménez Lozano. Epistemología y métodos de las ciencias. **Perfiles Educativos**, n. 63, p. 59-71, 1994.

JOHNSON, Robert. Burke et al. Toward a definition of mixed method research. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, n. 2, p. 112-133, 2007. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.130.8292&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em: 15 fev. 2014.

KUHN, Thomas Samuel. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado em questão. Brasília: Reduc, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. Que destino os educadores darão à pedagogia? In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996. p. 107-134.

_____. “Pedagogia e modernidade: presente e futuro da escola”. In: GHIRALDELLI, Paulo. **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 27 - 176.

_____. Educação: pedagogia e didática: o campo investigativo da pedagogia no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.) **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997. p.5 -11.

_____. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, n. 17, p. 153-176. Curitiba, 2001.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out. 2006.

_____. PARREIRA. Lelis. Pedagogia, como ciência da educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 131, mar/ago. 2007.

_____. **Adeus Professor, Adeus Professora? Nova Exigências Educacionais e Profissão Docente**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Diretrizes curriculares da Pedagogia: um adeus à Pedagogia e aos pedagogos?** 2006. Disponível em:
<http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/JoseCarlosLibaneo.htm> . Acesso em: 20 fev. 2012.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados 2002.

LOBATO, Vivian da Silva. **Revisitando a Educação na Grécia Antiga: A Paidéia**. 2001, 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1998.

LUZ, Thaizi Helena Barbosa e Silva. **Ser pedagogo: o conhecimento da identidade profissional pelas histórias de vida**. Teresina: 2010, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

MANFREDI, Silvia M. Trabalho, Qualificação e Competência Profissional das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**. ano XIX, n. 64, set. 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. A Pedagogia Católica Clássica e a Proposta Pedagógica Jesuítica Contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 5/6, p. 391-417, maio/jun. 2009.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como póiesis**. São Paulo: Cortez, 1992.

MASSIAS, Simone Carvalho. **As Propostas da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do Curso de pedagogia no Brasil (1990 -2006)**. 2007, 155.f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATTOS, Luiz Alves de, **Primórdios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MARQUES, Ramiro. **Dicionário Breve de Pedagogia**. São Paulo: Presença, 2000.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 63-68.

MEISTER, Jeanne C. **Educação corporativa: A Gestão do Capital Intelectual Através das Universidades Corporativas**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999

MESNARD, Pierre. "La Pedagogia dos Jesuítas", In: JEAN, Château. **Los Grandes Pedagogos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Contextualização" (verbetes). **Dicionário interativo da educação brasileira: Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=55>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. **Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciência y La Cultura**. Reúñion de Consulta Técnica sobre Investigación en Formación del Profesorado. México, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONEZI, Mary R.Ceroni. Atitude Interdisciplinar na Docência. **Revista do IMAE** - Instituto Metropolitano de Altos Estudos para o Desenvolvimento das Pesquisas do UniFMU. Periódicos Interdisciplinares, São Paulo, ano 4, n. 9, p. 56-60, jan./jun.2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORANDI, Franc. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MORETTO, V. P. **Construtivismo, a produção do conhecimento em aula**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo**: questões atuais. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MOREIRA, Laélia Carmelita Portela. **Pedagogia e Educação**: A Construção de um Campo Científico. 2007, 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MORETTO, V. P. Competências ou inteligências múltiplas: que confusão é essa? **Revista do Curso de Pedagogia, Brasília**, v. 1, n. 1, p. 1, jul./dez., 2002.

NASCIMENTO, Claudio Eduardo do. A Companhia de Jesus e a evangelização dos índios nos sete povos das missões. **Mimesis**, Bauru, v. 34, n. 2, p. 155-164, 2013.

NASCIMENTO, Aretha Soares. et al A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun. 2010 – Semestral. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/download/4481/4606>. Acesso em: 24 dez. 2013.

NASSIF, Ricardo. **Pedagogía General**. Bogotá: Editorial Cincel – Kapelusz, 1991.

NEVES, Edmar Souza das; VASQUEZ, Eliane Leal. Atuação profissional do educador social penitenciário: o caso do sistema penitenciário do Amapá. **Anais...**Congresso Internacional de Pedagogia Social. Março, 2010. Disponível: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092010000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 10 maio 2013.

NISBET, John.; SHUCKSMITH, Janet. **Estrategias de aprendizaje**. Madrid, Es: Santillana XXI, 1990.

NÓVOA, Antônio. **O processo histórico de profissionalização do professorado**. In: _____ (Org.) Profissão professor. 2. ed. Porto: PT: 1995. p.15-25.

OLIVEIRA, Lúcia Bitencourt. **Pedagogia Empresarial: Atuação do Pedagogo nas Organizações**. IV Colóquio Internacional. **Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, RJ, 2012.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **A construção dos tempos escolares: possibilidades e alternativas plurais**. 2006. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PACHECO, João Alves. **Processos e práticas de educação e formação**. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. **Revista Portuguesa de Educação**, 2009. p. 105-143.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação brasileira nos últimos quarenta anos: de JK a FHC**. In: **Pedagogia Cidadã. Caderno de Formação – História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara, 2005, p. 61-74.

PASCOAL, Mirian. **O pedagogo e a responsabilidade social**. **Educação: Teoria e Prática**, Campinas, n. 29, p. 87-102, 2007. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/educacao/article/viewFile/1037/965>> Acesso em: 01 dez. 2012.

PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à realidade piauiense**. 2003. 302f. Tese (de Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **América Latina: 90 anos da Reforma de Córdoba e 40 anos a Reforma Universitária Brasileira**. **Políticas Educativas**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 54-75, dez. 2008.

PERRENOUD, Philippe **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PETRUS, Antoni. **Novos Âmbitos em Educação Social. Profissão: Educador Social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PICHETH, Fabiane Maria. **PeArte**: um ambiente colaborativo para a formação do pesquisador que atua no Ensino Superior por meio da participação em pesquisas do tipo estado da arte. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

PIETROBON, Sandra Regina Gardacho; CORRÊA, Roberto Lobato. Aspectos da Educação Superior no Brasil e do curso de Pedagogia. **Revista Analecta**, v. 6, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2005.

PILLÃO, Delma. **A pesquisa no âmbito das relações didáticas entre matemática e música**: estado da arte. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido **Professor Reflexivo**: historicidade do conceito. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação**: educação, pedagogia e didática. In: PIMENTA, S. G. (Coord.). Pedagogia, ciência da educação? 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____(Org.). **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Luis Castanheira. Sobre Educação não-formal. **Cadernos Inducar**. Documento *on line*. Maio de 2005. Disponível em: <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia e Pedagogos Escolares**. 2006. 184f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINHO, Bárbara Bianca Bronzo de. **A Visão dos Formadores sobre a Formação do Pedagogo numa Perspectiva Crítica no contexto das Reformulações Curriculares**. 2009, 111f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, 2009.

PIROZZI, Giani Peres. Pedagogia em Espaços não Escolares: Qual é o papel do Pedagogo?. **Revista Educare CEUNSP**, n. 2, v. 1, 2014.

RANGEL, Moço Angellyne. **As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/cp n.º. 1/2006)**: entre a paciência do discurso e a panacéia legislativa. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ: 2011.

REIS, Bianca Santos Silva. **Expectativas dos professores que visitam o Museu da Vida**. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

REIS, Maria Amélia de Souza; PINHEIRO, Maria do Rosário. **Para uma pedagogia do museu**: algumas reflexões. Revista Museologia e Patrimônio, v. II, n. 1, jan./jun. 2009.

REIS, Jairo. **Geografia do Piauí 2**. Virtual Books. Disponível em https://www.academia.edu/4039423/Geografia_do_Piaui_2. Acesso em: 29 maio 2016.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial**: atuação do pedagogo na empresa. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

RIBEIRO, Marisabel de Souza Prado. **O “ser professor” para docentes de escolas voltadas para o contexto empresaria**. 2008. 256f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Gestão da educação corporativa**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência**: da antiguidade ao renascimento científico 2. ed. v.1, Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **História da ciência**: da antiguidade ao renascimento científico 2. ed. v. 2, Brasília: FUNAG, 2012.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo, RS: Ed. UPF, 1998.

SABADIA, José Antonio Beltrão. O Papel da Coordenação de Curso. A

experiência no ensino de Graduação em Geologia na Universidade Federal do Ceará. **Revista de Geologia**, v. 11.p. 23-29, 1998. Disponível em: http://www.revistadegeologia.ufc.br/03_1998.pdf. Acesso em 23 out. 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. **A organização universitária e suas interfases com as estruturas de poder no Piauí**. 1998, 178f. Dissertação (Mestrado em Gestão Universitária) Programa de Pós Graduação. Centro de Ciências da Educação. – Universidade Federal do Piauí, Teresina,1998.

SANTOS, Jussara Resende Costa. **Políticas Públicas de Educação nos Presídios: O Papel do pedagogo em novos espaços como agente de transformação social**. 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

SAVIANI, Demerval. Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. **Pedagogia história-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Formação de profissionais da educação no Brasil: curso de pedagogia em questão. **Educação e Sociedade**, a. XX, n. 68, dez. 1999.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia del mundo social: introducción a la sociologia comprensiva**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A Constituição da Pedagogia: Entre a Instrucionalização e o Paradigma da Ciência da Educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 20/21, n.1/2, p. 16-30, jan./dez. 2011/2012.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2000.

SILVA, Henrique Alves da. Abordagem fenomenológica-hermenêutica. **Ágora - Revista Eletrônica**, p. 54-55, 2011. Disponível em: <www.agora.ceedo.com.br>. Acesso em: 25 dez. 2011.

SILVA LUZ, Thaizi Helena Barbosa e. **Ser Pedagogo: O Conhecimento da Identidade Profissional pelas Histórias de Vida**. 2010, 166f Dissertação de (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação. Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SILVERIO, Lara. **Projeto garante vaga em escola pública para filhos de artistas circenses**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/>. Acesso em: 22 abril 2014.

SOARES, Solange Toldo.; BETTEGA, Maria Odete de Pauli. Políticas públicas de formação docente e a ação pedagógica no Ensino Superior. In: VII Seminario de la Red Latinoamericana de Estudios sobre Trabajo Docente: nuevas regulaciones em América Latina. **Anais...**Buenos Aires: Redestrado, 2008.

SOUZA, Débora Aparecida Ianusz de. O papel do coordenador de curso no ensino superior. **Diário de Itabira**, Itabira, MG, p. 6 - 6, 17 set. 2006.

SOUSA SILVA, Patrícia Raquel. **A Formação para o Ensino de Ciências no curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal da Bahia**. 2012, 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SUANO, Marlene. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da escola Normal no Brasil**. São Paulo: CRPE, n. 13, 1970.

_____. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Editores Associados, Campinas, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago.2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira. **Filosofia da educação**: um estudo sobre a história da disciplina no Brasil. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

TORRES, Suzana Rodrigues. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 2-18.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

TULIO, Juliana Maria Capeline Furman. **Identidade do Pedagogo dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pública**. 2015, 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PIAUI. Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Centro de Ciências da Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Teresina: UESPI, 2010. Digitado.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Educação Básica e Educação Superior**: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VELÁZQUEZ, Isabel. Una Aproximación al Mapa Disciplinar de la Pedagogía. **Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em: <http://www.buenastareas.com/materias/una-aproximaci%C3%B3n-al-mapa-disciplinar-de-la-pedagog%C3%ADa/0>. Acesso em: 12 abril 2013.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **V. História da Formação de Professores No Brasil**: O Primado das Influências

Externas. 2008. Disponível em:http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf. Acesso em: 18 julho de 2011.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 98.

APÊNDICES

APÊNDICE - A: Questionário Aplicado aos Formandos do curso de Licenciatura em Pedagogia do ano 2011 (ICD 02)



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Este questionário é um dos instrumentais utilizados na pesquisa do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares: Estudo Exploratório em duas Instituições de Ensino Superior. Objetiva fazer um levantamento do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares. Portanto, solicito a gentileza de respondê-lo de forma verdadeira, sendo fiel à sua realidade. Informo que nenhum dado ou identificação pessoal será

revelada sem o seu consentimento. As informações solicitadas são para controle dos dados do estudo e possíveis contatos com a pesquisador

Questionário 1 - Egressos do curso de pedagogia do ano 2011 (ICD 02)

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1 Nome Completo: _____

2 Endereço Residencial:

Rua _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Telefone _____

3 Idade:

18 a 23 anos ()

24 a 29 anos ()

30 a 35 anos ()

36 a 41 anos ()

54 47 anos ()

48 a 53 anos ()

54 a 59 anos ()

60 anos ou mais ()

4 Estado civil:

Casado (a) ()

Solteiro (a) ()

Divorciado (a) ()

Outro () Qual _____

II FORMAÇÃO ACADÊMICA

1 Curso: _____

2 Você conhece o Projeto Político-Pedagógico do Curso?

() Sim () Não

3 O perfil profissiográfico proposto é o mesmo que o praticado?

() Sim () Não () Outros _____

4 As competências e habilidades atendem o DCN? Diretrizes Curriculares Nacionais)

- () Sim () Não () Não sabe _____
- 5 A Matriz Curricular contém disciplinas que habilitam para atuar em ambientes formais e não formais de educação
() Sim () Não () Não sabe
- 6 O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente não formais de educação?
() Sim () Não () Não sabe
- 7 Você faria um curso de pedagogia com uma linha de pesquisa voltada para pedagogia empresarial? Justifique a sua resposta.

APÊNDICE - B: Questionário Aplicados aos Docentes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia. (ICD 01)



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Este questionário é um dos instrumentais utilizados na pesquisa do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares: Estudo Exploratório em duas Instituições de Ensino Superior. Objetiva fazer um levantamento do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares. Portanto, solicito a gentileza de respondê-lo de forma verdadeira, sendo fiel à sua realidade. Informo que nenhum dado ou identificação pessoal será

revelada sem o seu consentimento. As informações solicitadas são para controle dos dados do estudo e possíveis contatos com a pesquisador

Questionário 2 – Aplicado aos Docentes (ICD 01)

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome Completo: _____

2. Endereço Residencial:

Rua _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Telefone _____

3 Idade:

18 a 23 anos ()

24 a 29 anos ()

30 a 35 anos ()

36 a 41 anos ()

55 47 anos ()

48 a 53 anos ()

54 a 59 anos ()

60 anos ou mais ()

4 Estado civil:

Casado (a) ()

Solteiro (a) ()

Divorciado (a) ()

Outro () Qual _____

II FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Nome da Instituição: _____

2. Curso: _____

3. Há quanto tempo você trabalha em IES? _____

4. Você possui

- Graduação Especialização Mestrado Doutorado outro
5. Você participa das Reuniões Pedagógica da IES?
 Sim Não Não Sabe
6. Você Conhece o Projeto Pedagógico do Curso?
 Sim Não Não Sabe
7. O perfil profissiográfico proposto é o mesmo que é praticado?
 Sim Não Não Sabe
8. As competências e habilidades atendem o DCN? (Diretrizes Curriculares Nacional)
 Sim Não Não Sabe
9. A Matriz Curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades não-escolares? Quais?

10. O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e gestão em ambiente empresarial? Justifique sua resposta.

11. O que é pedagogia empresarial para você?

12. Voe concordaria com a criação de um Curso de Graduação em Pedagogia Empresarial? Justifique a sua resposta.

APÊNDICE – C: Questionário Aplicado aos Coordenadores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (ICD 03)



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

Este questionário é um dos instrumentais utilizados na pesquisa do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares: Estudo Exploratório em duas Instituições de Ensino Superior. Objetiva fazer um levantamento do Perfil Profissiográfico do Pedagogo para atuar nas Organizações não Escolares. Portanto, solicito a gentileza de respondê-lo de forma verdadeira, sendo fiel à sua realidade. Informo que nenhum dado ou identificação pessoal será

revelada sem o seu consentimento. As informações solicitadas são para controle dos dados do estudo e possíveis contatos com a pesquisador

APÊNDICE 3: Questionário 3 – Coordenadores (ICD 03)

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

3 Nome Completo: _____

4 Endereço Residencial:

Rua _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Telefone _____

3 Idade:

18 a 23 anos ()

24 a 29 anos ()

30 a 35 anos ()

36 a 41 anos ()

56 47 anos ()

48 a 53 anos ()

54 a 59 anos ()

60 anos ou mais ()

4 Estado civil:

Casado (a) ()

Solteiro (a) ()

Divorciado (a) ()

Outro ()

Qual _____

II FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Nome da Instituição: _____

2. Curso: _____

3. Há quanto tempo você trabalha nesta IES? _____

4. Você possui

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () outro

5. Você participou da elaboração do PPC? (Projeto Pedagógico de Curso)

Sim Não Não Sabe

6. Se participou que tipo de contribuição foi solicitada?

7. Você participa das Reuniões Pedagógica da IES?

Sim Não Não Sabe

8. Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso?

Sim Não Não Sabe

9. O perfil profissiográfico proposto é o mesmo praticado?

10. Sim Não Não Sabe

11. 10.As competências e habilidades atendem o DCN? Diretrizes
Curriculares Nacional

Sim Não Não Sabe

11.A Grade Curricular contém disciplinas que habilitam as necessidades não
escolares?

Sim Não Não Sabe

12. O pedagogo formado por essa IES está habilitado para a docência e
gestão em ambiente empresarial?

Sim Não Não Sabe

APÊNDICE D - Autorização para Pesquisa



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
 Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - FACHE
 Coordinación de Postgrado – Maestría e Doctorado

Solicitud de Autorización para Investigación

JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS, registro 701 del programa de doctorado en Ciencias de la Educación, la línea de la investigación currículo y enseñanza, desarrollo de una investigación con el siguiente tema: El perfil profesional de los curso de pedagogía de las instituciones de educación Superior del estado do Piauí e la assistência as las necesidades de las organizaciones del educación formal: una visión de la pedagogía de empresa. Ven solicitar a la IES, la cooperación y el permiso para desarrollar la investigación con los coordinadores, profesores y estudiantes de pedagogía. El informe preliminar de la investigación serán presentados en el auditorio de la UEP em 27 de enero 2011 las 17:00. Quiero dar las gracias por adelantado.

Eu, JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS, matrícula 701, do programa de Doutorado em Ciências da Educação, linha de pesquisa Currículo e Ensino e desenvolvendo uma pesquisa com a seguinte temática: **O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PIAUI E O ATENDIMENTO AS NECESSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO: Uma Visão da pedagogia Empresarial.** Venho solicitar a esta IES, a cooperação e permissão para desenvolver pesquisa junto aos coordenadores, professores e alunos do curso de Pedagogia.

O relatório preliminar desta pesquisa será apresentado no dia 27 de janeiro de 2011 no auditório da UEP às 17:00. De antemão agradeço penhoradamente vossa cooperação.

Asunción(PY), outubro de 2010

José Expedito Dias Reis
 Pesquisador

Telef. (595) (021) 55 76 22 / 55 33 69
 J. Aguirre C/ Av. C. Lambare (Col. Gutenberg)
 Asunción - PY



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE CONSENTIMENTO E COLABORAÇÃO COM A PESQUISA

Eu, _____
 declaro meu consentimento e colaboração com a pesquisa desenvolvida por JOSÉ EXPEDITO DIAS REIS, aluno de **Postgrado da Universidad Evangélica del Paraguay- UEP**, curso Maestria em Ciencia de la Educación, sob a orientação da professora Dra. Lilian Doussou Romero, cujo objetivo investigar **O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES, DO ESTADO DO PIAUÍ (BRASIL) E O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES.**

Autorização ainda a utilização do nome na pesquisa.

Asunción(PY) _____ de _____ de 2012.

 Assinatura do (a) colaborador (a)

 José Expedito Dias Reis
 Pesquisador

ANEXOS

ANEXO - A: Declaração do Comitê de Postgrado da Universidad Evangélica del Paraguay- UEP



UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY – UEP
DIRECCIÓN DE POSTGRADO
MAESTRIA EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que a Dissertação: **O PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES, DO ESTADO DO PIAUÍ (BRASIL) E O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO ESCOLARES**, de autoria de José Exedito Dias Reis, defendida e aprovada no Programa de Postgrado da Universidad Evangélica del Paraguay-UEP, teve em sua fase inicial seu projeto analisado e aprovado pelo Comitê de Postgrado da referida Universidade, considerando os seguintes aspectos:

- a) Novidade Científica
- b) Proposta Metodológica
- c) Fundamentos Teóricos
- d) Instrumentos de Pesquisa
- e) Questões Éticas e Éticas Profissionais;
- f) Cronograma da Pesquisa.

Sendo o que me foi solicitado, subscrevo. Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Edson Roberto Oaigen'.

Prof. Dr. Edson Roberto Oaigen
Coordenador

ANEXO – B: Projeto Pedagógico da Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI



FACULDADE EVANGÉLICA DO PIAUÍ - FAEPI

PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGOGIA

TERESINA-PI

FACULDADE EVANGÉLICA DO PIAUÍ - FAEPI

DIREÇÃO GERAL

- **Diretor:** Prof. Me. Hamilton Vale Leitão

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Diretor:** Prof. Me. Moses Haendel Melo Rodrigues

DIREÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- **Diretora:** Profa. Me. Marisa Pascarelli Agrello

COORDENAÇÃO DO **CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

- **Coordenadora:** Profa. Me. Mônica Núbia Albuquerque Dias

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



FACULDADE EVANGÉLICA DO PIAUÍ - FAEPI
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

	Apresentação	123
1	DADOS GERAIS DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
1.1	Dados Gerais da Instituição	
1.2	Dados Gerais do Curso	
1.3	Breve Histórico da Instituição de Ensino Superior – IES	
1.4	Lista dos Cursos Autorizados e Reconhecidos, bem como número de vagas de cada um, de candidatos por vaga no último vestibular, número total de alunos, número e tamanho das turmas	
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
2.1	Justificativa do Curso de Licenciatura em Pedagogia	
2.2	Perfil do Egresso	
2.3	Objetivos do Curso de Licenciatura em Pedagogia	
2.4	Metodologia	
2.5	Conteúdos Curriculares	
2.6	Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia	
2.6.1	Ementário e Bibliografia do Curso de Pedagogia	
2.7	Coerência da Bibliografia	
2.8	Alfabetização e Letramento	
2.9	Integração do Aluno a Prática Educativa	
2.10	Integração com os Sistemas Públicos de Ensino Municipal, Estadual e Distrito Federal	
2.11	Laboratório de Ensino e Brinquedoteca	
2.12	Estágio Supervisionado	
2.13	Trabalho de Conclusão de Curso	
2.14	Atividades Complementares	
2.15	Processo de Avaliação da Aprendizagem	
2.16	Atendimento ao Discente	

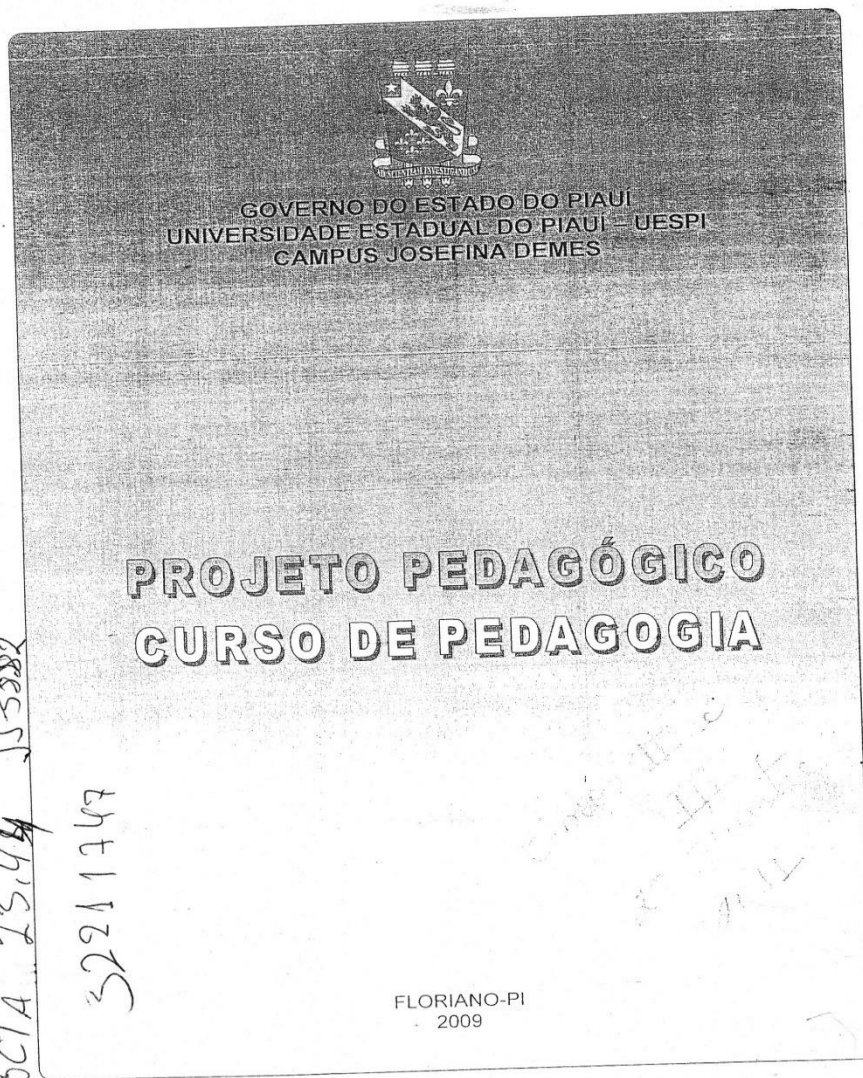
2.17	Autoavaliação do Curso	
3 COORDENAÇÃO E CORPO DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA		
3.1	Titulação, Formação Acadêmica e Experiência da Coordenadora do Curso de Pedagogia	
3.2	Composição e Atuação do Núcleo Docente – NDE	
3.3	Composição e Funcionamento do Colegiado do Curso	
3.4	Matriz Curricular do Curso e Respectivos Docentes	
3.5	Quadro Demonstrativo de Professores	
4 BIBLIOTECA		
4.1	Relação dos Principais Periódicos (Revistas, Jornais) Nacionais e Internacionais que são Assinados pela Biblioteca	
4.2	Política de Aquisição e Atualização de Acervo	
4.3	Laboratório de Informática	
4.4	Edificações, Instalações Físicas e Equipamentos	

ANEXO – C: Projeto Pedagógico da Universidade Estadual do Piauí – UESPI

DATA 11.20 P20706

VOTA 25.47 5582

32211747



51